

O Compromisso das Empresas com o Alfabetismo Funcional



INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL
BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

AÇÃO DO IBOPE PELA EDUCAÇÃO **instituto**
paulo montenegro

Patrocinadores

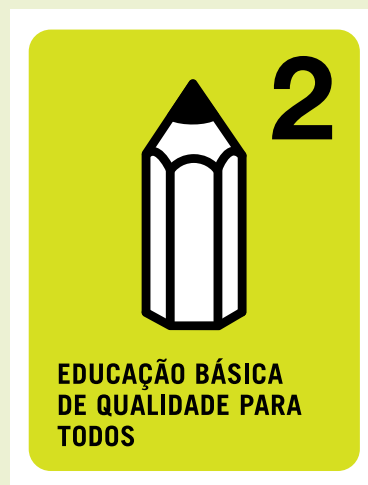
Carrefour

"Valorizar o ser humano é dar a ele condições de ampliar os seus horizontes, o que somente pode ser obtido por meio do conhecimento. É com base nesse conceito que o Grupo Carrefour desenvolve projetos de alfabetização há mais de três anos, os quais já beneficiaram um número superior a 4.500 pessoas, em 157 salas de aula, em lojas e na comunidade. Nessa mesma trilha, incentiva e mobiliza os seus fornecedores. Apoiar esta publicação é um convite a todas as empresas para que se integrem ao movimento que abre as portas de um mundo ainda desconhecido para muitos."

Gerdau

"O Grupo Gerdau sente-se honrado em patrocinar o lançamento desta publicação, pois entendemos que só a educação tem o poder de transformar pessoas em cidadãos. Uma das iniciativas apoiadas pela Gerdau é o Programa Qualiescola, desenvolvido pelo Instituto Qualidade de Ensino (IQE), entidade coordenada pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo (Amcham-SP). Criado em 1994, o IQE já atuou em mais de 300 escolas, tendo contribuído para a capacitação de 4,6 mil educadores e possibilitado a inclusão social de cerca de 80 mil meninos e meninas do ensino fundamental em todo o país."

O Compromisso das Empresas com o Alfabetismo Funcional



INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL
BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

São Paulo, setembro de 2005

O Compromisso das Empresas com o Alfabetismo Funcional

é uma publicação do Instituto Ethos, distribuída gratuitamente a seus associados.

Realização

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
Rua Francisco Leitão, 469, 14º. andar, conj. 1407
Pinheiros — 05414-020 — São Paulo, SP
Tel.: (11) 3897-2400
Site: www.ethos.org.br

Parceria

Instituto Paulo Montenegro (IPM)
Alameda Santos, 2101, 9º. andar
Cerqueira César — 01419-002 — São Paulo, SP
Tel.: (11) 3066-1601
E-mail: ipm@ibope.com.br
Site: www.ipm.org.br

Patrocínio Institucional

Banco Safra

Patrocínio

Carrefour e Gerdau

Apoio Institucional

Inter-American Foundation (IAF)

Colaboradores do Instituto Ethos

Benjamin S. Gonçalves (coordenação e edição),
Karinna Bidermann Forlenza (captação de patrocínio),
Leno F. Silva e Paulo Itacarambi (direção editorial)

Redação e Pesquisa

Ricardo Prado

Reportagem

Mariana Ferreira

Colaboradores Convidados

Daniel Augusto Moreira (FEA-USP), Fábio Montenegro (IPM),
Scott Murray (Instituto de Estatística da Unesco no Canadá)
e Vera Masagão Ribeiro (Ação Educativa)

Projeto e Produção Gráfica

Waldemar Zaidler e William Haruo (Planeta Terra Design)

Tiragem: 5.000 exemplares

São Paulo, setembro de 2005.

É permitida a reprodução desta publicação, desde que citada a fonte e com autorização prévia do Instituto Ethos.

Esclarecimentos importantes sobre as atividades do Instituto Ethos:

1. O trabalho de orientação às empresas é voluntário, sem nenhuma cobrança ou remuneração.
2. Não fazemos consultoria e não credenciamos nem autorizamos profissionais a oferecer qualquer tipo de serviço em nosso nome.
3. Não somos entidade certificadora de responsabilidade social nem fornecemos “selo” com essa função.
4. Não permitimos que nenhuma entidade ou empresa (associada ou não) utilize a logomarca do Instituto Ethos sem nosso consentimento prévio e expressa autorização por escrito.

Para esclarecer dúvidas ou nos consultar sobre as atividades do Instituto Ethos, contate-nos, por favor, pelo serviço “Fale Conosco”, do site www.ethos.org.br.



SUZANO
PAPEL E CELULOSE

Impresso em Reciclato — capa 240 g/m², miolo 90 g/m² — da Suzano Papel e Celulose, o offset brasileiro 100% reciclado.

Índice

APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO I	7
Alfabetização e letramento	
CAPÍTULO II	14
Uma história do analfabetismo no Brasil	
CAPÍTULO III	27
O analfabetismo funcional	
CAPÍTULO IV	37
Esses analfabetos funcionando	
ENTREVISTA: DANIEL AUGUSTO MOREIRA	51
Mostra-me como escreves e te direi se a vaga é tua	
CAPÍTULO V	53
Histórias de um professor exemplar	
CAPÍTULO VI	56
Coréia do Sul e Cuba: duas experiências bem-sucedidas no combate ao analfabetismo	
ENTREVISTA: SCOTT MURRAY	65
“Cada país precisa encontrar sua própria receita”	
CAPÍTULO VII	67
Boas práticas de alfabetismo nas empresas	

As Metas do Milênio



Cerca de 1,2 bilhão de pessoas sobrevivem com menos do que o equivalente a 1 dólar por dia. Mas tal situação já começou a

mudar em pelo menos 43 países (entre os quais o Brasil), cujos povos somam 60% da população mundial. Nesses lugares, houve avanços rumo à meta de, até 2015, reduzir pela metade o número de pessoas que ganham quase nada e, por falta de emprego e de renda, são vulneráveis à fome.



Estão fora da escola 113 milhões de crianças no mundo. Mas há exemplos viáveis de que é possível diminuir o

problema — como na Índia, que se comprometeu a ter 95% das crianças na escola já em 2005. Depois da matrícula, levará algum tempo para aumentar o número dos que completam o ciclo básico, mas o resultado será um número maior de adultos alfabetizados e capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais. O Brasil praticamente já atingiu a meta de incluir todas as crianças na escola. Aqui, o esforço é pela melhoria da qualidade do ensino e pela ampliação do número de anos de estudo.



Dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres, e 80% dos refugiados são mulheres e crianças. Superar as

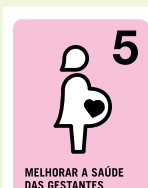
disparidades gritantes entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal será um dos alicerces para capacitar as mulheres a ocupar papéis cada vez mais ativos na economia e na política de seu país. No Brasil, o nível de escolaridade das mulheres já é maior que o dos homens, e elas são quase

metade da população economicamente ativa. Aqui, trata-se de combater o preconceito, ampliar as chances das mulheres no mercado de trabalho e sua capacitação para funções especializadas, com melhores empregos, salário igual ao dos homens para iguais funções e acesso a cargos de direção.



Todos os anos, 11 milhões de bebês morrem de causas diversas. É uma quantidade alarmante, ainda que venha

caído desde 1980, quando as mortes somavam 15 milhões. O caminho para reduzir esse número dependerá de muitos e variados meios, recursos, políticas e programas, dirigidos não só às crianças, mas também às famílias e comunidades.



Nos países pobres e em desenvolvimento, as carências no campo da saúde reprodutiva levam à morte de uma mãe a cada 48 partos.

A redução da mortalidade materna é um objetivo que só será alcançado com a promoção integral da saúde das mulheres em idade reprodutiva. A presença de pessoal qualificado na hora do parto será, portanto, o reflexo do desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública.



Em grandes regiões do mundo, epidemias mortais vêm destruindo gerações e cerceando qualquer possibilidade de

desenvolvimento. No entanto, a experiência de países como Brasil, Senegal, Tailândia e Uganda vem demonstrando que é possível deter a expansão do HIV. Seja no caso da Aids, seja no de outras doenças, como a tuberculose e a malária, que ameaçam acima de tudo as populações mais pobres e vulneráveis, parar sua

expansão e depois reduzir sua incidência dependerá fundamentalmente do acesso da população à informação e aos meios de prevenção e de tratamento, sem descuidar da criação de condições ambientais e nutritivas que estanquem os ciclos de reprodução dessas doenças.



Cerca de 1 bilhão de pessoas no planeta ainda não têm acesso à água potável. Ao longo da década de 1990, no entanto,

quase o mesmo número de pessoas ganhou acesso à água, bem como ao saneamento básico. A água e o saneamento são dois fatores ambientais essenciais para a qualidade da vida humana. Junto com as florestas, as fontes energéticas, o ar e a biodiversidade, compõem o amplo leque de recursos naturais de que dispomos e de cuja proteção dependemos, nós e todas as demais formas de vida do planeta. Sem a adoção de políticas e programas ambientais, nada se conserva em grande escala, assim como, sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e saudáveis para seu próprio entorno.



Muitos países pobres gastam mais com os juros de suas dívidas do que para superar seus problemas sociais. Já se abrem

perspectivas, no entanto, para a redução da dívida externa de muitos países pobres altamente endividados. Os objetivos levantados para atingir esta meta levam em conta uma série de fatores estruturais que limitam o potencial para o desenvolvimento da imensa maioria dos países do sul do planeta. Entre os indicadores escolhidos está a ajuda oficial para a capacitação dos profissionais que pensarão e negociarão novas formas de organização da economia e de distribuição de riqueza.

Apresentação

Dez anos antes do início do novo milênio, em 1990, foi realizada a Conferência Educação para Todos, na cidade de Jomtien, na Tailândia. Patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo Banco Mundial, o encontro formou alguns consensos importantes em torno dos objetivos básicos da educação. Um deles, talvez o de implicações mais decisivas para países como o Brasil, defendia o direito de todo cidadão de ser alfabetizado na língua de seu país. "Educação não é privilégio", dizia o título de um livro do educador baiano Anísio Teixeira, publicado em 1957, o qual já apontava para essa questão que está na raiz de toda exclusão social. Educação é direito de todos, foi o que ficou claro em Jomtien.

Um ano depois da assinatura daquele compromisso internacional, nascia outro compromisso, dessa vez do Brasil para com sua população. O Plano Nacional de Educação, de 1991, reconhecia a necessidade de enfrentarmos dois desafios educacionais de grande porte, desde sempre adiados: reduzir o número de analfabetos e melhorar a qualidade do ensino.

Em setembro de 2000, representantes de 189 países firmaram na Organização das Nações Unidas (ONU) o compromisso de cumprir, até 2015, oito grandes objetivos de desenvolvimento, as chamadas Metas do Milênio. A segunda delas estabelece o direito universal à educação de qualidade.

Portanto, de planos, consensos e acordos nacionais e internacionais, estamos bem servidos. Já de execução do que foi combinado, estamos apenas no começo. Como qualquer trabalho consistente em educação, o processo de acompanhamento deve ser permanente e a medição dos resultados deve abranger décadas.

No mesmo ano 2000 das Metas do Milênio, havia ainda no Brasil 16 milhões de indivíduos completamente analfabetos. E que falar dos "relativamente analfabetos"? Esse novo grupo, os analfabetos funcionais, foi identificado nas discussões de educadores a partir dos anos 80, quando ficou claro que, na sociedade contemporânea, não basta "saber ler e escrever um bilhete simples", como avaliava o Censo Demográfico para indicar se o entrevistado era alfabetizado. Exames nacionais, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ou internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), passaram a revelar um grau de aprendizagem sofrível entre estudantes que haviam cursado as quatro primeiras séries do ensino fundamental. Se o acesso à escola melhorou na última década, a qualidade do ensino em nosso país vem se mostrando muito aquém das exigências de um mundo cada vez mais mediado por sistemas interligados e interdependentes, enxurradas de informações, bits, redes virtuais, enfim, a torre de Babel contemporânea.

Para mostrar como a questão do alfabetismo funcional influencia diretamente o dia-a-dia das empresas, seu grau de competitividade e de preparo para a concorrência globalizada, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em parceria com o Instituto Paulo Montenegro, desenvolveu esta publicação, contando com o patrocínio dos grupos Carrefour e Gerda, com o patrocínio institucional do Banco Safra e com o apoio institucional da Inter-American Foundation (IAF).

O objetivo da publicação **O Compromisso das Empresas com o Alfabetismo Funcional** é trazer simultaneamente o problema do analfabetismo funcional nas empresas e algumas soluções já experimentadas por organizações de variados históricos, portes e áreas de atuação. Queremos mostrar como as empresas podem melhorar sua mão-de-obra, investindo na habilidade mais fundamental para qualquer indivíduo inserido num esquema de produção: a capacidade de ler e compreender. Parece fácil para quem conseguiu ler e compreender estas linhas. Mas quantos funcionários conseguiriam dar conta dessa tarefa?

Entender o alcance do analfabetismo funcional e suas implicações na vida dos funcionários e das empresas é o primeiro passo. Isso pode ser conseguido com a leitura dos primeiros capítulos, que também trazem um breve histórico da luta contra o analfabetismo no Brasil. Apresentamos ainda o Inaf Empresarial, uma ferramenta inédita, concebida para avaliar o grau de alfabetismo funcional em cinco áreas de atividade industrial. Essa ferramenta foi desenvolvida a partir do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), que foi criado em 2001 pelo Instituto Paulo Montenegro, braço social do Ibope, e pela organização não-governamental Ação Educativa, e está em sua quinta edição.

Como a educação é tarefa primordial do Estado, e cabe às empresas ações complementares ao dever constitucional dos poderes executivos nas suas três instâncias (municípios, estados e União), há um capítulo dedicado a duas experiências nacionais tão diferentes quanto bem-sucedidas, em termos de melhora no nível de educação de um povo. Coréia do Sul e Cuba mostraram que é possível reverter situações históricas de analfabetismo, desde que haja vontade política.

Selecionamos ainda 13 experiências de empresas com programas de alfabetização para seus funcionários ou voltados para as comunidades nas quais estão inseridas. Servem para lembrar que cada um pode fazer a sua parte. Como afirma a campanha publicitária que divulga os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil, sim, "nós podemos" mudar o mundo, e um bom começo é pela nossa casa.

Esta publicação se apresenta como um instrumento de orientação pelo qual as empresas comprometidas com a gestão socialmente responsável e com o desenvolvimento sustentável podem implementar práticas efetivas de promoção do alfabetismo funcional.

CAPÍTULO I

Alfabetização e Letramento

"O Brasil não tem problemas, só soluções adiadas."

Luís da Câmara Cascudo

Algumas conquistas na vida parecem encontrar um lugar tão confortável em nosso cotidiano que até nos esquecemos de como era a realidade antes delas. Quem consegue ler estas linhas, concatenar as idéias lançadas nestas páginas, a começar pela epígrafe que cita o pesquisador de nosso folclore Luis da Câmara Cascudo, absorver as informações que emanam de uma simples frase certamente já se esqueceu de como foi difícil e desafiador enfrentar as primeiras linhas de leitura e de escrita. Pegar um lápis e transformar o traçado do grafite em uma mensagem na folha branca se assemelhava a atravessar um rio caudaloso, cheio de pedras escorregadias, dúvidas, incertezas. Depois de fazer a travessia, olhava-se com orgulho a página vencida, como aquele motorista que acabou de tirar sua carteira de habilitação e se sente orgulhoso ao completar o primeiro trajeto.

A alfabetização gera um sentimento de pertencimento, já que estamos cercados de letras e números que pedem continuamente nossa atenção e compreensão. Ganhando significado as letras, ganha significado a vida, principalmente nos ambientes urbanos, fortemente transformados pela ação humana. Os ônibus, com seus itinerários afixados nas portas, deixam de ser identificados pela cor, pelo motorista ou por meio de um pedido humilhante a algum passageiro "do lado de lá", na outra margem da educação. À satisfação de ver garantido para si o sagrado direito de ir e vir, que só se assegura quando é possível fazê-lo com segurança e autonomia, pode-se dar o nome de cidadania.

Também a possibilidade de estreitar laços sociais e familiares, por meio de cartas, é geradora de pertencimento. Escrever uma carta de próprio punho significa ser capaz de expressar sentimentos como saudade, amor, esperança e até solidão. Isso também é cidadania, uma palavra que vem do latim *civitas*, que significa cidade. Ir e vir, dominar os códigos urbanos, transitar livremente pela cidade, como se vê, está na própria origem da palavra. Solidão mesmo vivem aqueles que se encontram fora do mundo de letras e números que nos cerca, tentando sobreviver a ele, contornar ou decifrar aos poucos seus mistérios. Antes que sejam devorados.

"A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente."

Paulo Freire, educador pernambucano

Vivemos em uma cultura escrita, na qual a cidadania vem por escrito. Desde a lógica adotada pelo espaço urbano, passando pelas formas como as pessoas se relacionam no espaço público, a cultura, os princípios e interdições morais, a organização das leis e da produção econômica, tudo faz parte da sociedade de cultura escrita. Vivemos em um mundo grafocêntrico, ou seja, centrado na grafia, na palavra escrita.

Para tomar parte plena desse mundo regido por essa norma é preciso adquirir a tecnologia para decifrar as mensagens espalhadas por todos os lugares. A essa tecnologia se dá o nome de alfabetização. Portanto, alfabetizado é aquele que detém a competência de decifrar o código daquele país, daquela cultura, moldada dentro de determinada corrente lingüística — no nosso caso, a língua portuguesa.

O domínio dessa competência se dá pela aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos desenvolvidos num processo escolar ou fora dele, por meio de alguém alfabetizado. Mas quando é que alguém está alfabetizado?

Um conceito em mutação

Há uma grande mudança em curso na área da alfabetização, que nos últimos 20 anos reformulou velhos conceitos, alterando também o que entendemos por analfabetismo. Mudou o mundo e mudaram as necessidades no manejo da palavra escrita e dos cálculos numéricos, graças às novas compreensões do que significa ser alfabetizado na sociedade contemporânea.

Essa mudança foi motivada pelo fato de que, na maioria dos países desenvolvidos, a educação básica já está universalizada há pelo menos 50 anos. Ou seja, os analfabetos praticamente desapareceram dessas sociedades. Porém, diante das inúmeras dificuldades de compreensão que muitos alfabetizados apresentam, seja no ambiente de trabalho, seja nas relações sociais — e, presumidamente, nas domésticas —, surgiu a necessidade de se categorizar melhor o processo de aquisição da linguagem e as habilidades desenvolvidas para conquistar o domínio da tecnologia de ler, contar e escrever.

Como o domínio básico que tradicionalmente separou analfabetos dos demais revelou-se insuficiente para explicar aqueles que, mesmo alfabetizados, não "funcionavam" adequadamente diante das exigências contemporâneas, foi necessário que se diferenciasse o analfabeto absoluto daquele que seria relativamente analfabeto. E esse relativismo teria que ter ligação também com os diversos níveis de competência em lidar com um número cada vez maior de informações e com o fluxo do conhecimento disseminado em larga escala após o surgimento das grandes redes virtuais, no ambiente da internet. É quando se começa a falar em "letramento", que vem do inglês literacy, termo que era tradicionalmente traduzido no Brasil por "alfabetização". Desde a década de 80, porém, essa palavra passou a designar o processo de alfabetismo pelo qual todos passam. O letramento procura entender a leitura e a escrita como práticas sociais complexas, desvendando sua diversidade, suas dimensões políticas e implicações ideológicas. Os diversos níveis de letramento de uma população são indicados pelos graus de alfabetismo e representam os níveis de habilidade da população em práticas de leitura, escrita e cálculo matemático. Passando a ser compreendida como aquisição da tecnologia da escrita, a alfabetização pode ser dividida em habilidades específicas, como a numérica, a digital, a científica, a musical etc.

Uma vantagem do termo “letramento” é que ele encerra uma idéia de processo e pode se dar tanto por meio da escola quanto por outros meios, como a leitura de jornais, a participação em movimentos sociais, o uso de serviços ou no ambiente de trabalho. Enquanto chamar alguém de alfabetizado implica uma condição do tipo “tudo ou nada”, o letramento (ou alfabetismo) sugere uma multiplicidade de níveis.

Magda Soares, professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e uma das principais responsáveis pela adoção do conceito no mundo acadêmico brasileiro, resume a grande mudança operada: “A inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia — a isso se chama alfabetização — e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos, atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita — a isso se chama letramento”.

Essa distinção entre os vários níveis de alfabetismo é especialmente útil em países com altos índices de analfabetismo, pois muitas dificuldades de uso competente da língua escrita — ou seja, problemas de letramento — são freqüentemente atribuídas a deficiências no processo de alfabetização.

“Alfabetização é um contínuo, mas um contínuo de certa forma linear, com limites claros e pontos de progressão cumulativa que podem ser definidos objetivamente. Já o letramento é também um contínuo, mas um contínuo não linear, multidimensional, ilimitado, englobando múltiplas práticas com múltiplas funções, com múltiplos objetivos, condicionadas por e dependentes de múltiplas situações e múltiplos contextos, em que, conseqüentemente, são múltiplas e muito variadas as habilidades, conhecimentos, atitudes de leitura e de escrita demandadas, não havendo gradação nem progressão que permita fixar um critério objetivo para que se determine que ponto, no contínuo, separa letrados de iletrados. O processo de letramento jamais chega a um ‘produto’ final, é sempre e permanentemente um processo.”

Magda Soares, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A difícil medida do analfabeto

Justamente por ser um processo, o letramento sofre influências diversas, desde o meio no qual a pessoa se insere na sociedade escrita até os usos que ela faz da tecnologia adquirida em seu cotidiano. O risco de regressão ao analfabetismo existe, mas é difícil ser mensurado em anos de estudo. Quantos anos seriam necessários para que uma pessoa não regressasse ao estado de analfabeto?

Daniel Wagner², um respeitado especialista internacional sobre o tema do letramento, indica a necessidade de mais estudos, de preferência longitudinais (ao longo do tempo), para que se possa avaliar o que fica depois do processo de alfabetização. Ele mesmo coordenou um estudo com adolescentes marroquinos, testados logo após completarem cinco anos de escolarização e dois anos depois; os testes mostraram que esses estudantes,

¹ SOARES, Magda. “Letramento e Escolarização”, in *Letramento no Brasil*, Global Editora, São Paulo, 2003.

² O educador americano Daniel Wagner é diretor do National Center on Adult Literacy, da Universidade da Pensilvânia, nos EUA.

mesmo sem continuar seus estudos, não haviam perdido as habilidades adquiridas, e alguns até evoluíram, por conta do uso cotidiano. Outros estudos feitos pelo Banco Mundial no Egito e em Bangladesh demonstraram que quatro anos de escolaridade não são suficientes para garantir a alfabetização funcional³. Todos esses estudos revelaram que mais importante do que o tempo de estudo é a qualidade do processo de aprendizagem. No fator qualidade mora a chave da permanência do conhecimento adquirido.

Até 1940, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) computava como alfabetizado todo aquele que declarasse saber ler e escrever. A partir de 1950, a pergunta foi ampliada, indagando-se ao entrevistado se ele era capaz de "ler e escrever um bilhete simples", revelando que o conceito de alfabetização tornava-se mais abrangente.

A hélice do desenvolvimento

Como as pessoas altamente alfabetizadas conseguem atingir seus níveis de conhecimento e habilidade? Uma possível resposta pode ser encontrada na chamada "hélice do desenvolvimento": habilidade, prática e educação. Assim, crianças em idade pré-escolar com pais de nível educacional elevado adquirem um considerável vocabulário oral e conhecimentos sobre "o som da palavra escrita" antes de se alfabetizarem. Essas crianças apresentam melhor desempenho na escola. Na medida em que lêem mais, desenvolvem suas habilidades de processamento da informação, aumentando o léxico. Pesquisas em vários países apontam que a prática de leitura, especialmente de livros, contribui poderosamente para a maior eficiência no reconhecimento de palavras e no processamento da linguagem e dos dispositivos gráficos da informação.

Quem passa pela escola é submetido, deliberadamente, à prática de trabalhar com o conhecimento como objeto; essa prática provavelmente instrumentaliza o aluno para o modo de funcionamento intelectual típico da sociedade letrada.

A permanência de quem se alfabetiza no ambiente escolar é de tal importância que o relatório do International Literacy Institute (Instituto Internacional de Alfabetização), apresentado no Fórum Mundial sobre a Educação, realizado em Dacar, no Senegal, em 2000, indica que a permanência dos alunos nos cursos de educação básica é um dos grandes desafios para o milênio.

³ OLIVEIRA, Marta Kohl de; VÓVIO, Claudia Lemos. "Homogeneidade e Heterogeneidade nas Configurações do Alfabetismo", in *Letramento no Brasil*, Editora Global, São Paulo, 2003.

Escola e livros: papéis decisivos

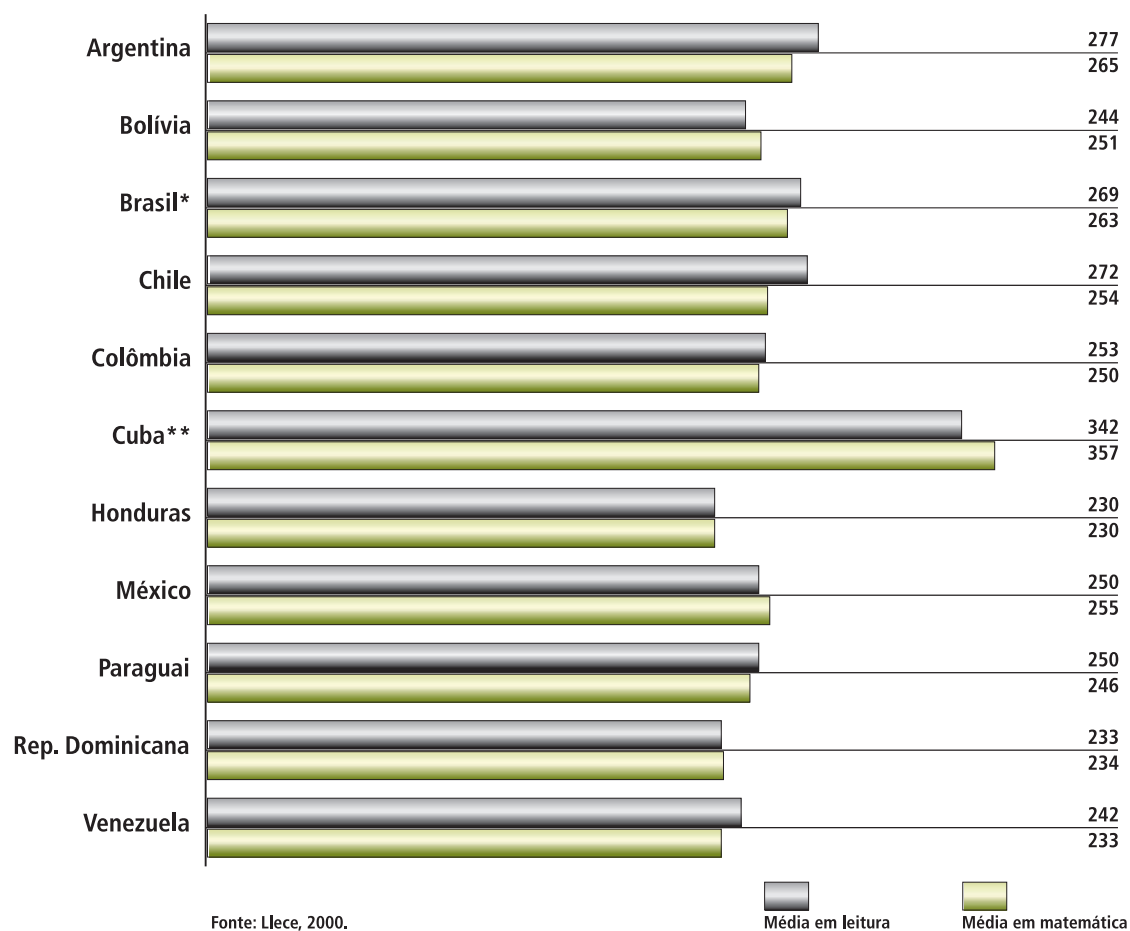
Conforme salientam alguns especialistas na questão, não é possível saber se é o nível mais alto de alfabetismo que permite a participação em práticas mais sofisticadas no mundo do trabalho ou se, inversamente, é a experiência no trabalho que contribuiu para a elevação dos níveis de alfabetismo. Tampouco é possível determinar se é a maior escolaridade que propicia melhores oportunidades de desenvolvimento no trabalho ou se, ao contrário, a experiência mais qualificada no trabalho passou a exigir a busca pela elevação da escolaridade. O que resulta claro é que a escola e o tipo de ocupação profissional têm papel preponderante entre os diversos fatores que influenciam um nível de letramento elevado.

A título de comprovação do que foi exposto acima: uma pesquisa feita em 2001 pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros), entre 5.503 pessoas,⁴ revelou que aqueles que estudaram mais costumam se lembrar de algum professor como influência decisiva para a aprendizagem; quem estudou menos valoriza mais a influência familiar, destacando como decisivo o papel do pai ou da mãe. A mesma pesquisa apontou que é quase unânime o reconhecimento da importância do livro como meio de aquisição de conhecimento: 89% vêem nos livros um meio eficiente de transmissão de idéias; 78% gostam de ler livros; 62% leram ou consultaram livros no ano anterior à pesquisa; 30% leram livros nos três meses anteriores e 14% estavam lendo algum no dia da entrevista. A pesquisa também confirmou que vivemos numa sociedade cercada de signos impressos: 98% dos entrevistados tinham algum material escrito em casa. E, por incrível que pareça, havia dicionários na casa de 34% dos analfabetos. O capítulo seguinte, sobre analfabetismo funcional, trará outras informações interessantes sobre a presença de materiais escritos na vida de todos. Não há quem escape das palavras, desde que elas se tornaram signos poderosos, há mais de 10 mil anos.

⁴ CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO *et alii*. Retrato da Leitura no Brasil, 2001, São Paulo.

O Papel da Escola: um Estudo Comparativo na América Latina

Em 1997, o Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (Llece) conduziu um estudo comparativo entre 13 países latino-americanos, repetido em 2000. O levantamento avaliou a proficiência dos alunos da educação básica que cursavam a terceira e a quarta séries do ensino fundamental em leitura e matemática.



* A amostra brasileira cobriu apenas os estados de Minas Gerais, Ceará e Rio Grande do Sul. Considerando-se o que se conhece dos desempenhos regionais de mineiros e gaúchos, acima da média nacional, existe a possibilidade de esses resultados estarem superestimados.

** Para compreender o desempenho nitidamente superior dos estudantes cubanos, leia nesta publicação o capítulo "Coreia do Sul e Cuba: Duas Experiências Nacionais Bem-Sucedidas".

Principais conclusões

O estudo, que envolveu mais de 54 mil alunos, cerca de 40 mil pais, 3.675 professores e 1.387 diretores de escola, foi suficientemente amplo para permitir algumas conclusões interessantes:

1. Quem frequentou a pré-escola tem resultados ligeiramente melhores, especialmente em leitura.
2. A escolaridade dos pais, que tem efeito positivo na pontuação dos filhos, influencia mais quanto maior for a diferença nos níveis de escolaridade em cada país.
3. A presença de materiais de instrução na escola (mapas, cartazes, calculadoras), bem como a existência de biblioteca com mais de 1.000 livros, têm efeito direto sobre o desempenho dos alunos. Cada item desse tipo acrescenta, em média, dois pontos.
4. Quanto maior o número de alunos por classe, menor o rendimento.
5. A capacitação do professor ou sua experiência não revelaram influência significativa no resultado final, mas sua escolaridade sim. Para cada ano de estudo do professor (além do 2º. grau), a média dos alunos aumenta em mais de dois pontos.
6. Alunos cujos professores atuavam em uma só escola obtiveram cerca de 10 pontos a mais do que alunos de professores que trabalhavam em duas ou mais escolas.
7. Professores satisfeitos com sua remuneração e com sua autonomia implicam também melhor desenvolvimento dos alunos. A diferença chegou a 27 pontos.
8. Alunos de professores que controlam sistematicamente a aprendizagem e realizam avaliação permanente têm desempenho entre 4,5 e 5,5 pontos superior aos dos que não fazem avaliação.
9. Alunos mantidos em classes separadas de acordo com o rendimento estão cerca de 11 pontos abaixo dos resultados médios de escolas em que essa separação não acontece, provando que a diversidade conduz a um melhor rendimento. O Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)*, outro teste de desempenho de estudantes feito entre 22 países, a maioria desenvolvidos, também vem confirmando esses resultados.
10. O clima entre os alunos também influencia. Nas classes em que o ambiente de aprendizagem é favorável, sem brigas ou disputas, os resultados são significativamente melhores do que naquelas em que o clima está deteriorado. A diferença apontada chega a 92 pontos em leitura e 115 em matemática.
11. Nas classes em que os alunos não são separados por desempenho, havendo avaliação permanente e clima de cordialidade e cooperação, a pontuação média é muito superior à das classes em condições opostas: 108 pontos acima em leitura e 131 pontos acima em matemática.

* O Pisa (Programme for International Student Assessment) é uma avaliação trienal da educação mundial patrocinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

CAPÍTULO II

Uma História do Analfabetismo no Brasil

"Com essa celeridade de milésimos por ano, em menos de 799 anos não teríamos chegado à situação que se anela à situação normal de alguns países já hoje, onde toda a população de idade escolar recebe a instrução primária."

Rui Barbosa, em relatório sobre a educação brasileira apresentado em 1882

E ducar analfabetos no Brasil nunca foi uma tarefa fácil. Por vezes mal vista, por vezes ignorada e até proibida, a educação de adultos jamais foi compreendida como prioritária ou estratégica. E no início de nossa história chegou a ser considerada subversiva. Uma Carta Régia datada de 26 de abril de 1730, por exemplo, proibia a existência de correio por terra; outra, expedida em 18 de junho de 1800 ao capitão-general de Minas Gerais, advertia a Câmara de Tamanduás por ter criado um curso de "primeiras letras". Um alvará expedido pela Corte em 20 de março de 1720 proibia "letras impressas no Brasil". Pior: em 1747 o governo português mandou destruir e queimar a primeira gráfica brasileira⁵.

Esse quadro de abandono e falta de perspectiva não impediu, entretanto, que surgissem diversos colégios, notadamente os dirigidos pelos padres jesuítas, até a expulsão da ordem pelo marquês de Pombal, ocorrida em 1759.

Durante o período jesuítico os colégios surgiram associados aos ciclos econômicos. Assim, o primeiro colégio brasileiro, o da Bahia, surgiria apenas meio século após o descobrimento, em decorrência do estabelecimento do Governo Geral no Brasil em 1549. Coerentemente com a política da metrópole, esse colégio teria negada sua pretensão de ser equiparado ao de Évora, em Portugal, em 1675.

Logo surgiram outros colégios nas regiões canavieiras: Olinda, São Vicente, Recife, Santos e Espírito Santo. O Colégio de São Paulo, fundado em 1554, deu origem à cidade. O Colégio do Rio de Janeiro surgiria apenas em 1567, ano em que os franceses foram expulsos da região, onde tentaram estabelecer a França Antártica em 1555.

A fundação de outros colégios na época colonial também acompanha os ciclos econômicos: a do Colégio de Ilhéus, em 1604, em zona de cultivo de açúcar e cacau; a do Colégio de Mariana, em 1750, coincidindo com o ciclo do ouro; e a do Colégio de Belém, em 1652, que pode ser associada ao início do comércio exportador da região amazônica, iniciado em 1616, com produtos silvestres como cravo, castanhas, peixes, madeira etc. Igualmente o Colégio de Desterro (atual Florianópolis) surgiu em decorrência da produção de couros no sul, em 1750.

⁵ FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil*. 2ª. edição. Cortez Editora, São Paulo, 1993.

Fernando de Azevedo, um dos mais importantes educadores do Brasil, destaca o papel unificador exercido pelo predomínio incontestado dos jesuítas na educação brasileira no período colonial: "Uma das conseqüências, certamente a mais larga e a mais importante dessa cultura urbanizadora que se desenvolveu pela ação pedagógica dos jesuítas, foi a unidade espiritual que ela contribuiu naturalmente para estabelecer, fornecendo uma base ideológica, lingüística, religiosa e cultural à unidade e defesa nacionais". Sim, o país sobrevivera às várias tentativas de separação, ganhara unidade, mas era um gigante inculto. Para Ana Maria Araújo Freire, os jesuítas "inauguraram o analfabetismo no Brasil". Mas não seriam os únicos patrocinadores, nem os últimos, como se verá.

Expulsos em 1759, os jesuítas voltariam ao país apenas em 1847, sem a mesma força. Mas durante seu período hegemônico, apesar de existirem colégios beneditinos, carmelitas e franciscanos, marcaram o tipo de ensino que se praticava no Brasil.

A expulsão dos jesuítas

A reorganização do ensino no Brasil após a expulsão dos jesuítas foi confusa. O país ficou 13 anos sem escolas e os cursos regulares foram substituídos pelas "aulas avulsas". As obras dos filósofos modernos (Descartes, Rousseau, Locke, Voltaire) continuavam proibidas. Um ponto altamente positivo foi a valorização e o estudo da e na língua materna. De fato, só a partir da expulsão dos jesuítas é que a língua portuguesa tomaria nas escolas o lugar dominante antes ocupado pelo latim, língua privilegiada no currículo medieval e tomista da Companhia de Jesus. Demonstrando o abismo que separava a realidade escolar da vivida pela colônia, enquanto o latim predominava nos colégios jesuítas, nas ruas falava-se predominantemente a chamada língua geral, uma variação do tupi, proibida a partir de 1727.

O estado de abandono no período colonial é evidente. Apenas em 1772 surgiria a Real Mesa Censória, primeiro departamento burocrático brasileiro para cuidar dos negócios da educação. No mesmo ano foi instituído um imposto sobre carne, aguardente e vinho para ser aplicado no Fundo Escolar.

Com a primeira dotação orçamentária, surgiram alguns cursos, principalmente no Rio de Janeiro: um de filosofia (em 1774), outro de história natural (em 1784) e nove de "primeiras letras", além de cursos de matemática, latim, grego e retórica.

Ironicamente, o maior impulso à educação no Brasil seria dado graças à fuga da família real portuguesa, em 1808, em decorrência da invasão da metrópole pelas tropas de Napoleão. O estabelecimento da corte no Brasil trouxe a necessidade de preparar o aparato burocrático destinado a tocar os negócios portugueses e servir aos 15 mil novos habitantes chegados da Europa com o então príncipe regente d. João. Com a expansão dos serviços públicos e o fim das absurdas proibições e restrições à cultura e à educação, se multiplicaram as escolas e as "aulas avulsas" na nova sede do Reino, o Rio de Janeiro. Nessa época surgem os cursos superiores profissionalizantes, como os de medicina, odontologia, engenharia, farmácia e química.

A escola no tempo dos Pedros

Apesar de a Constituição de 1824 prever “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”, quase nada foi feito para combater os altos índices de analfabetismo da população adulta ou, até mesmo, da população em idade escolar. Uma lei de 11 de agosto de 1827 criou duas faculdades de direito, a de Olinda e a de São Paulo, destinadas principalmente a preparar bacharéis para comporem o aparato jurídico do novo Estado Nacional. Mas um projeto de educação nacional ainda estaria muito longe de ser estabelecido.

As escolas de “primeiras letras” do período imperial duravam de dois a três anos e tinham currículos diferenciados segundo o sexo. Dos homens, era esperado que aprendessem a ler, escrever e efetuar as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, e que tivessem noções de geometria e gramática, além de princípios de moral cristã. Como material de trabalho, usavam-se textos da Constituição do Império e de História do Brasil. Para as mulheres, acrescentavam-se prendas domésticas, excluía-se a geometria e, em matemática, era exigido apenas que as alunas executassem as quatro operações fundamentais.

A pedagogia na época imperial seguia o método lancasteriano⁶, segundo o qual as lições deveriam conter poucas idéias para poderem ser retransmitidas facilmente, sendo uma lição necessariamente preparatória da seguinte. Eram aulas curtas, de 10 a 15 minutos, repetidas até serem fixadas pelos alunos. Esse método, criado na Revolução Industrial, tinha a vantagem de permitir que o aluno estudasse quatro lições em uma hora; não deixava o docente entregue a seus próprios esforços e não exigia um grande número de professores, pois um só mestre poderia ter até 600 alunos, auxiliado por monitores que retransmitiam as lições curtas para as classes anteriores.

Em 1876 o escritor Machado de Assis publicava uma crônica comentando o recenseamento: “70% dos cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber por que nem o quê. Votam como vão à festa da Penha — por divertimento. A Constituição é para eles uma coisa inteiramente desconhecida. Estão prontos para tudo: uma revolução ou um golpe de Estado”. Na época do Império, os analfabetos podiam votar, desde que possuísem bens e títulos. Já os poucos que eram alfabetizados só tinham direito a voto se possuísem renda...

O café traz a classe média

Uma pequena classe média brasileira, que ameaçava surgir desde o ciclo do ouro, expandiu-se com a riqueza gerada pelo café na região Sudeste. O novo ciclo econômico, embalado pelo alto consumo do produto na Europa e a reduzida concorrência internacional, gerou um excedente de riqueza capaz de propiciar o surgimento de pequenas manufaturas e o início da urbanização.

⁶ Também conhecido como sistema monitoral ou de ensino mútuo, o método criado pelo pedagogo inglês Joseph Lancaster (1778-1838) foi implantado no Brasil pela lei de 15 de outubro de 1827, que definia, as diretrizes do ensino geral. Dentre outros princípios, Lancaster propunha que um aluno treinado, ou mais adiantado, ensinasse um grupo de dez alunos, sob a supervisão do professor, o que resolvia, em parte, o problema da falta de professores na época, quando cada escola podia ter apenas um educador.

Por esse período, final do século XIX, a extinção do comércio de escravos também mobilizaria recursos para outras áreas da economia, pois, como aponta Caio Prado Junior, "era o maior negócio brasileiro da época. Os 50 mil escravos importados anualmente equivaliam à importação total de outras mercadorias"⁷. Houve nesse período a substituição gradativa do trabalho escravo pelo assalariado imigrante. Em 1880, oito anos antes da abolição da escravatura, as fazendas de café quase que só contavam com mão-de-obra assalariada.

Apenas em 1879, com o decreto de Leôncio de Carvalho⁸ instituindo cursos noturnos para adultos analfabetos nas escolas públicas de instrução primária no "município da Corte", o Estado brasileiro toma a primeira atitude oficial para enfrentar o analfabetismo. Esses cursos funcionariam à noite, com duas horas de aula no verão e três no inverno, abertos aos homens adultos, maiores de 14 anos, livres ou libertos. Mas, extremamente rigoroso, dentro do espírito liberal ilustrado, "prevê as mesmas matérias que são lecionadas naquelas escolas", com um período de tempo menor, sabatinas para repetir as lições aprendidas durante a semana e, ainda, uma nota de merecimento por mês. No fim do curso um exame com banca de três mestres, sendo um deles indicado pelo inspetor geral. O exame era uma prova escrita com apenas meia hora de duração, feita em recinto fechado, seguida de prova oral, pública.

Essa "gincana de obstáculos" ainda levaria em conta aplicação e comportamento. Quem sobrevivesse a tudo isso, teria "direito de preferência" em cargos como os de servente, guarda, contínuo, correio, ajudante de porteiro e porteiro de repartições. Desnecessário dizer que pouquíssimos adultos deixaram de ser analfabetos em decorrência do "magnânimo" decreto. Dava-se, no entanto, com ele, um modesto passo ao se incluir o adulto homem analfabeto no discurso educacional brasileiro.

O cálculo de Rui Barbosa

Em 1882, Rui Barbosa apresentou um parecer sobre a educação no país. Comparando o crescimento pífio das matrículas escolares entre 1857 e 1878 (0,57%), calculou: "Com essa celeridade de milésimos por ano, careceríamos 37 anos para que a inscrição [matrícula] crescesse 1% e com a nossa população de idade escolar (6 a 15 anos) está para a população total livre na razão de 22,6%, em menos de 799 anos não teríamos chegado à situação que se anela à situação normal de alguns países já hoje, onde toda a população de idade escolar recebe a instrução primária"⁹.

Por esta época, a população livre no Brasil era de aproximadamente 8,5 milhões de pessoas, das quais 6,5 milhões eram analfabetas. A taxa geral de analfabetismo medida pelo censo de 1876 era de 78,11%. A simples comparação com a situação de outros países revela o tamanho de nosso atraso e o peso social e econômico que esse descaso acarretaria no século seguinte.

⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

⁸ Carlos Leôncio de Carvalho (1847-1912), ministro do Império, instituiu em 19 de abril de 1879 o Decreto 7.247, cuja idéia central era a liberdade de ensino.

⁹ BARBOSA, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*. Vol. X, Tomo I, Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1947.

Os primeiros a perceber o potencial econômico da educação foram os ingleses, que há 350 anos defendiam a educação para todos até os 10 anos de idade, inclusive as mulheres. Além da universalização do ensino, houve igualmente a secularização do conhecimento científico, separando definitivamente ensino e religião. Na França o mesmo aconteceria a partir da Revolução Francesa.

No século XIX muitos países já haviam se dado conta da mesma necessidade. Nos Estados Unidos, em 1870, a taxa de analfabetismo era de 14%, semelhante à atual taxa de analfabetismo absoluto no Brasil. Na Holanda, em 1872, 7% da população não sabia ler. Na França, em 1869, estavam nessa situação 20% dos habitantes. Do outro lado do mundo, a revolução educacional Meiji praticamente eliminaria o analfabetismo no Japão em 1860, criando as bases para a expansão econômica do país e, posteriormente, sua expansão militar.

Nos países de maioria protestante, graças ao incentivo à leitura direta da Bíblia, os índices eram ainda mais reduzidos. Em 1864 a taxa de analfabetismo na cidade de Colônia, na Alemanha, era de apenas 0,8%; em Berlim, 0,3%! A taxa brasileira só encontrava semelhança entre os países europeus que demoraram a ingressar na Revolução Industrial, como Portugal e Espanha. Em 1860, 75% da população espanhola ainda era analfabeta.

No Brasil, nenhum tipo de movimento para nos tirar da paralisia. As revoluções liberais do século XVIII não tiveram a menor influência, e nossa educação havia surgido impregnada pelo espírito da Contra-Reforma dos jesuítas. Não havia nem a necessidade de formar exércitos competentes, seja para a defesa ou para a conquista, nem um aparato burocrático amplo, já que o modelo econômico brasileiro fizera opção pelo modo extrativista, latifundiário e centrado na mão-de-obra escrava. Nada disso demandava grandes necessidades educacionais.

Surge a Liga Brasileira contra o Analfabetismo

O período monárquico seguiu a passos de cágado, ou a "milésimos por ano", como avaliara Rui Barbosa, com seus poucos colégios nas capitais das províncias ministrando cursos propedêuticos, ou seja, preparatórios para estudos superiores, voltados exclusivamente aos filhos da elite econômica. Em 1886, a porcentagem de brasileiros letrados era de apenas 1,8%, enquanto na Argentina esse índice já alcançava 6%¹⁰. A proclamação da República, em que pese o papel decisivo de alguns intelectuais ligados ao positivismo, trouxe poucas novidades, até o ano de 1915, quando no dia 7 de setembro, no Clube Militar do Rio de Janeiro, formou-se a Liga Brasileira contra o Analfabetismo. Nascida de uma ideologia que dava ao analfabeto uma inferioridade intrínseca, seu lema era: "Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro".

¹⁰ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil, 1500-1889*. Editora da PUC/MEC-Inep, Brasília, 2000.

Seu estatuto e seus objetivos, bem como seu modo de atuação, estão ligados ao positivismo e ao espírito autoritário do nacionalismo militar da República Velha. Seu objetivo principal era conseguir a obrigatoriedade do ensino primário para que o país chegasse ao centenário da independência (ou seja, em escassos sete anos) sem analfabetos. É claro que 1922 encontrou o mesmíssimo país...

A Liga Brasileira contra o Analfabetismo trouxe, no entanto, a discussão sobre a necessidade de se enfrentar o problema com uma política de Estado, embora também colaborasse para disseminar o preconceito diante dos analfabetos. Com efeito, seus integrantes usavam expressões como "expurgar-se da praga negra", "maior inimigo do Brasil", "libertarem do cativo do analfabetismo", "uma vergonha que não pode continuar", "cancro social da nossa Pátria" e outras adjetivações de ordem higienista.

Um de seus ideólogos, Aleixo de Vasconcelos¹¹, afirmava, em 1924: "Quem não souber ler nem escrever, não pode reter nem compreender nem explicar o que viu e ouviu diferente dos seus hábitos ordinários, das suas idéias entranhadas, do que lhe contam aos ouvidos todos os dias os seus pais, cheios de alusões e credences e mergulhados na mais negra escuridão". Curioso observar as diversas expressões de cunho racista, tais como "praga negra", "trevas" e "negra escuridão".

Portanto, paralelamente às campanhas de saúde que tomaram corpo nas primeiras décadas do século XX, como a da vacina obrigatória, liderada por Oswaldo Cruz, surgiu uma concepção higienista da educação, segundo a qual o problema do saneamento do Brasil envolveria a alfabetização do povo e o ensino sistemático de noções de higiene nas escolas. Nascia, nesse momento, a idéia do "alfabetização como vacina", a educação como saneamento nacional, que viria alimentar várias campanhas até os anos 80, quando finalmente esse conceito é deixado de lado, substituído pela visão de que o alfabetismo é um processo que não se encerra após a alfabetização.

Por essa época, refletindo a grande efervescência política e cultural da Europa, surgem outros movimentos que, a exemplo da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, contemplavam o problema, como a Liga Nacionalista de São Paulo, liderada pelo poeta Olavo Bilac, fundada em 7 de setembro de 1916. Influenciada pela eclosão da I Guerra Mundial, tinha entre seus objetivos defender a obrigatoriedade da instrução militar e combater o analfabetismo. Outras associações civis, como a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista, de inclinações fascistas e ligadas a grupos católicos, disputavam espaço político com o movimento anarquista.

¹¹ Aleixo Nóbrega de Vasconcellos (1886-1961), médico e cientista carioca para quem o analfabetismo era um "fantástico inimigo que embrutece a alma, compromete a saúde, nulifica a espécie, avilta os ideais, enfraquece o país".

Primeiras conquistas sociais

A chegada de imigrantes estrangeiros e o crescimento do movimento anarquista entre os operários urbanos resultaram na eclosão de duas greves, uma em 1917 no Rio de Janeiro, e outra em 1918, em São Paulo. No ano seguinte, foi promulgada a primeira lei sobre acidentes de trabalho. Mas nesse mesmo ano a polícia fechou duas das principais Escolas Modernas, mantidas pelo movimento operário. Tais escolas eram réplicas de outras, surgidas em Barcelona, na Espanha, no seio das idéias libertárias do pedagogo anarquista Francisco Ferrer.

A presença dos imigrantes determinou mudanças na capacidade de mobilização política da população urbana, que passou a atuar, cada vez mais, no sentido de exigir ações protetoras por parte do Estado. Em 1925, surgiria a legislação trabalhista que determinava férias de 15 dias; no ano seguinte, foi aprovada a lei regulamentando o trabalho do menor de idade. A maioria das indústrias não se curvou a essas exigências, mas o processo de conquistas sociais fora deflagrado. Com a Revolução de 1930 e a chegada ao poder de Getúlio Vargas, o país teria, finalmente, alguns direitos trabalhistas consolidados. A educação vista como direito, no entanto, teria ainda de esperar mais uma década.

Escola Nova: o otimismo pedagógico

Com o fortalecimento da burguesia urbana de classe média, surge na década de 30 o movimento Escola Nova, que teria em Fernando de Azevedo¹² e Anísio Teixeira¹³ seus líderes e maiores pensadores. Instaurava-se um período de "otimismo pedagógico", pois, à luz de novos conhecimentos vindos da psicologia e fortemente influenciados pela noção de escola democrática do filósofo americano John Dewey, os "escola-novistas" acreditavam num trabalho de reconstrução social da sociedade a partir da reforma do homem. Não deixou de ser um movimento de reação às propostas autoritárias do fascismo, de um lado, e do anarco-sindicalismo, de outro.

Esse grupo foi responsável pelas primeiras reformas de cunho democratizante no país: Lourenço Filho¹⁴, em 1923, no Ceará; Anísio Teixeira, em 1925, na Bahia; Francisco Campos¹⁵, em 1927, em Minas Gerais; e Fernando de Azevedo, em 1928, no então Distrito Federal. O próprio Ministério da Educação seria criado apenas em 1930, quando o país começa a ter dados mais confiáveis a partir do primeiro censo escolar, que seria feito em 1931. Anos mais tarde, em 1937, para melhorar o trabalho de pesquisa e avaliação do ensino seria criado o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), revelando um país que, pela primeira vez, pensava a educação como um valor estratégico.

¹² Fernando de Azevedo (1894-1974), educador e sociólogo mineiro.

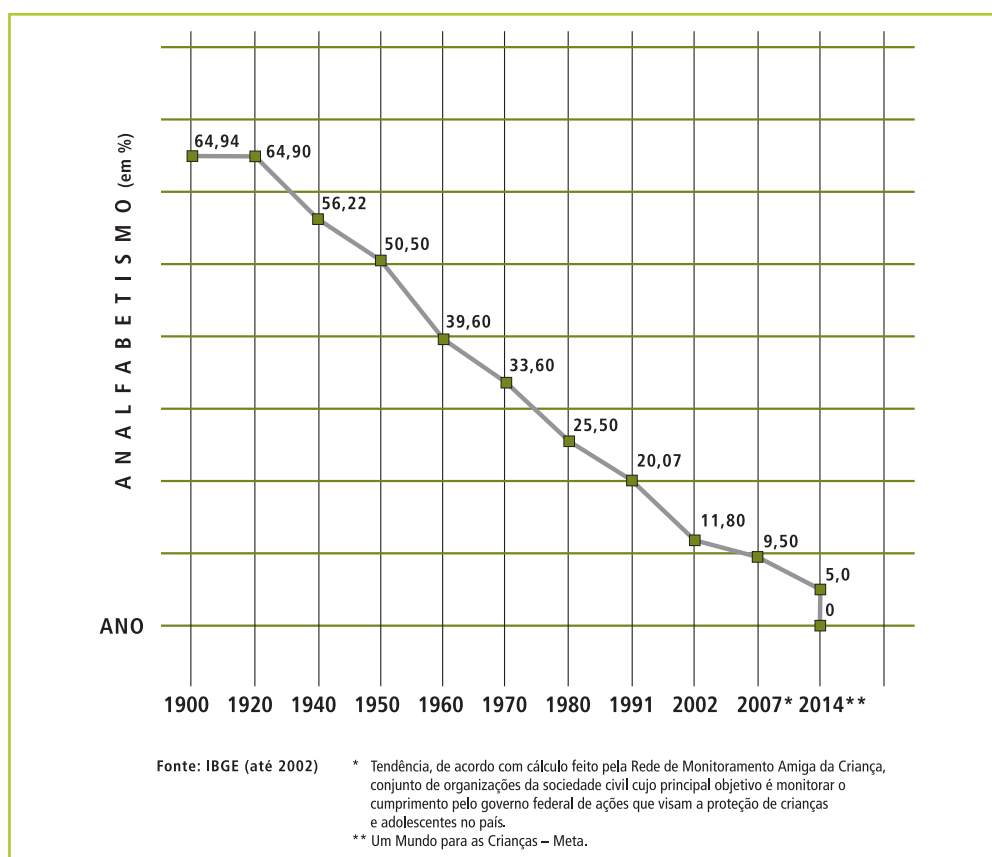
¹³ Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), educador baiano.

¹⁴ Manoel Bergström Lourenço Filho (1897-1970), educador paulista.

¹⁵ Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), jurista e político mineiro.

Apesar desse esforço e do "otimismo pedagógico" dos integrantes da Escola Nova, o analfabetismo continuou elevado no Brasil e a educação ainda era voltada para os filhos da elite. Em 1920, cerca de 75% da população brasileira era analfabeta e, em 1929, o país tinha menos de 14 mil alunos matriculados no ensino superior. Mas o quadro abaixo revela, além da resistência na queda dos índices gerais, o primeiro avanço efetivo, ocorrido na década de 50, após a redemocratização do país.

Taxas de Analfabetismo no Brasil (entre pessoas com 15 anos ou mais)



Na década de 50, a primeira vitória

Sérgio Haddad¹⁶ explica a queda nos índices ocorrida na década de 1950 graças ao aumento da oferta de educação infantil e à Campanha Nacional de Alfabetização, lançada em 1947, que, pela primeira vez, contava com recursos federais para seu desenvolvimento¹⁷. Houve distribuição de material pedagógico, como cartilhas e livros, além de folhetos contendo noções de higiene, saúde e conservação de alimentos. Também foi um período de desenvolvimento econômico com mobilidade social. A campanha foi lançada no ideário da importância da educação básica para a participação democrática e a geração do desenvolvimento econômico e social. Dentre seus objetivos políticos não explícitos certamente estava o desejo de diversos

¹⁶ Sérgio Haddad é professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação da PUC de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong).

¹⁷ HADDAD, Sérgio (coord). *A Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)*. Série Estado do Conhecimento, nº. 8, MEC/Inep, Brasília, 2002.

grupos políticos de ampliarem o número de cidadãos preparados para votar. A chegada dessas grandes massas urbanas ao cenário político nacional, fenômeno conhecido como populismo, alteraria profundamente o quadro político de um país que se tornava cada vez mais urbano e um pouco menos iletrado.

Um dos motivos deflagradores da Campanha Nacional de Alfabetização foi o recenseamento geral de 1940, que apurou uma taxa em torno de 55% de analfabetos na população acima de 18 anos. A taxa pela primeira vez foi considerada elevada e motivou a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1942, e do Decreto 19.513, promulgado em agosto de 1945, que regulamentava os recursos federais enviados a estados e municípios. No bojo desse decreto foi definido que 25% dos recursos deveriam ser aplicados "na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos". Ufa! Até que enfim o país descobria seus analfabetos.

A partir de 1952 a campanha se estendeu para o interior do país, com as missões rurais, uma força-tarefa formada por um educador, um médico, dois agrônomos, um agente de saúde, um veterinário e um assistente social. As missões atuavam por tempo limitado em cada localidade, visando criar lideranças e fortalecer associações entre os moradores.

Um trabalho em Angicos faz história

Paulo Freire¹⁸ trabalhava na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fazia parte do Movimento de Cultura Popular (MCP) no início da década de 60, quando realizou as primeiras experiências de alfabetização popular usando o método que depois seria batizado com seu nome, nas cidades de Angicos e Mossoró, no Rio Grande do Norte, e em João Pessoa, na Paraíba. Foram 300 lavradores nordestinos alfabetizados em 45 dias.

Os resultados impressionaram o presidente João Goulart e seu ministro da Educação, Paulo de Tarso, que decidiram aplicar o método em todo o território nacional. A meta era instalar 20 mil círculos de cultura, capazes de formar no mesmo ano dois milhões de alunos. Cada círculo educava, em dois meses, 30 alunos. Só no Estado da Guanabara foram formados 6.000 coordenadores de alfabetização. Entre junho de 1963 e março de 1964, foram criados cursos de formação de coordenadores nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Mas o golpe militar que deporia João Goulart em 31 de março de 1964 já estava em marcha acelerada, e os inimigos políticos do governo também estavam atentos ao projeto nacional de alfabetização em andamento. Tanto que, em fevereiro daquele ano, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, apreenderia lotes da cartilha *Viver é Lutar*, do Movimento de Educação de Base (MBE). Após a deposição de João Goulart, Paulo Freire foi preso e permaneceu exilado por 16 anos. Seu método, porém, tornar-se-ia mundialmente conhecido, aplicado em vários países, e ganharia consistência teórica a partir das pesquisas que os discípulos de Jean Piaget realizavam sobre os processos de aquisição da linguagem em crianças, o chamado "construtivismo". O educador pernambucano trilhara os mesmos caminhos, intuitivamente, na educação de jovens e adultos (leia adiante capítulo sobre o método Paulo Freire, seu alcance e sua atualidade).

¹⁸ Paulo Freire (1921-1997), educador pernambucano.

O Mobral e a nova ordem

Durante o regime militar surgiu outra campanha de alfabetização em massa, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), de caráter conservador, nascido como forma de se contrapor ao trabalho de alfabetização de adultos que vinha sendo feito pelos educadores ligados ao antigo governo, notadamente o Movimento de Educação de Base. Coordenado pelo economista Mario Henrique Simonsen, foi financiado por recursos obtidos na Loteria Esportiva e em opções voluntárias de pagamento de 1% do imposto devido por empresas. Graças a essa estrutura, o Mobral ganhou autonomia financeira, ao mesmo tempo que o regime garantia a centralização pedagógica e o controle doutrinário, alfabetizando 7,3 milhões de pessoas entre os anos 1970 e 1972¹⁹.

Findo o período militar, o primeiro governante civil após o golpe, José Sarney, substituiria, em 1986, o Mobral pela Fundação Educar, que pretendeu descentralizar as políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). O governo seguinte, de Fernando Collor, extinguiu a Fundação Educar e criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que, a despeito de ter sido lançado com grande estardalhaço, não teve qualquer ação duradoura.

O período que se seguiu ao governo Sarney representa um esforço de expansão da educação básica a todas as crianças em idade escolar, fruto em especial da ênfase dada ao ensino fundamental pelos ideólogos do Banco Mundial, que durante as décadas de 80 e 90 tornou-se o principal financiador da educação nos países emergentes. Desse esforço ficaram excluídos os ainda enormes contingentes de adultos analfabetos.

A decisão de dar as costas a quem não teve oportunidade de estudar antes, espécie de "genocídio educacional de Estado", era justificada por argumentos eminentemente econômicos, como este, esgrimido pelo ministro da Educação do governo Collor, o físico José Goldenberg: "O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. Vamos concentrar nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazendo isso agora, em dez anos desaparece o analfabetismo"²⁰.

Em entrevista concedida ao autor desta publicação, a educadora Vera Masagão, doutora em história e filosofia da educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora da organização não-governamental Ação Educativa, rebate esse tipo de visão economicista de que é possível tratar da educação no Brasil saltando uma geração inteira, a dos adultos analfabetos: "Trata-se de uma postura equivocada, como se a questão da educação de adultos estivesse resumida à inserção no mercado de trabalho. E mesmo com a expansão da oferta de educação básica para crianças em idade escolar, o Brasil continua produzindo novos analfabetos, como comprovam os sucessivos exames do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que revelam grande quantidade de analfabetos absolutos na quarta série do ensino fundamental".

¹⁹ CORRÊA, Arlindo. "Mobral: Realizações e Perspectivas", Revista *Educação*, nº. 2, vol. 7, 1973.

²⁰ Entrevista publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1991.

O reconhecimento da dívida

Apenas em 1991, com a Lei 5.692, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) iria merecer um capítulo especial na História do Brasil. Antes disso, o artigo 60 da Constituição Federal de 1988 definia o prazo de dez anos para a erradicação do analfabetismo. O Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado em 1993, definiu então que até 2003 não haveria mais analfabetos no país — um prazo tão irrealista quanto o estabelecido em 1915 pela Liga contra o Analfabetismo, que previa todos alfabetizados em sete anos.

Em 1997 realizou-se em Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (Confitea 1997), que reuniu 1.500 representantes de 170 países. Nesse grande encontro, patrocinado pela Unesco, os países signatários assumiram o compromisso de garantir o direito dos cidadãos de todo o planeta à aprendizagem ao longo da vida, para além da escolarização formal.

A chamada Declaração de Hamburgo, documento final da conferência, é extremamente reveladora de que se fazia necessário criar um novo patamar educacional, fruto das grandes inovações tecnológicas que a rede mundial de computadores estabelecera em poucos anos. Segundo o documento, educação de adultos significa "o conjunto de processos de aprendizagem, formais ou não, graças aos quais as pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram suas qualificações técnicas ou profissionais, ou as reorientam de modo a satisfazerem suas próprias necessidades e as da sociedade. A educação de adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural, em que são reconhecidas as abordagens teóricas e baseadas na prática"²¹.

Reflexo desse novo movimento de inclusão dos analfabetos nas sociedades grafocêntricas e "multiculturais", nas quais os excluídos do sistema de ensino entram pelas brechas ou franjas, a oferta de EJA cresceu 43% no Brasil entre 1997 e 2003. Nesse período, 1 milhão de estudantes entraram no sistema de ensino, principalmente a partir do Programa de Alfabetização Solidária, criado em 1997 e financiado parcialmente pela União, em parceria com universidades públicas e organizações não-governamentais. Com o aumento da procura de qualificação por uma parcela significativa da população de jovens e adultos analfabetos ou muito pouco alfabetizados, pela primeira vez na história do país o número absoluto de analfabetos diminuiu — o que antes acontecia apenas percentualmente (*veja o quadro*).

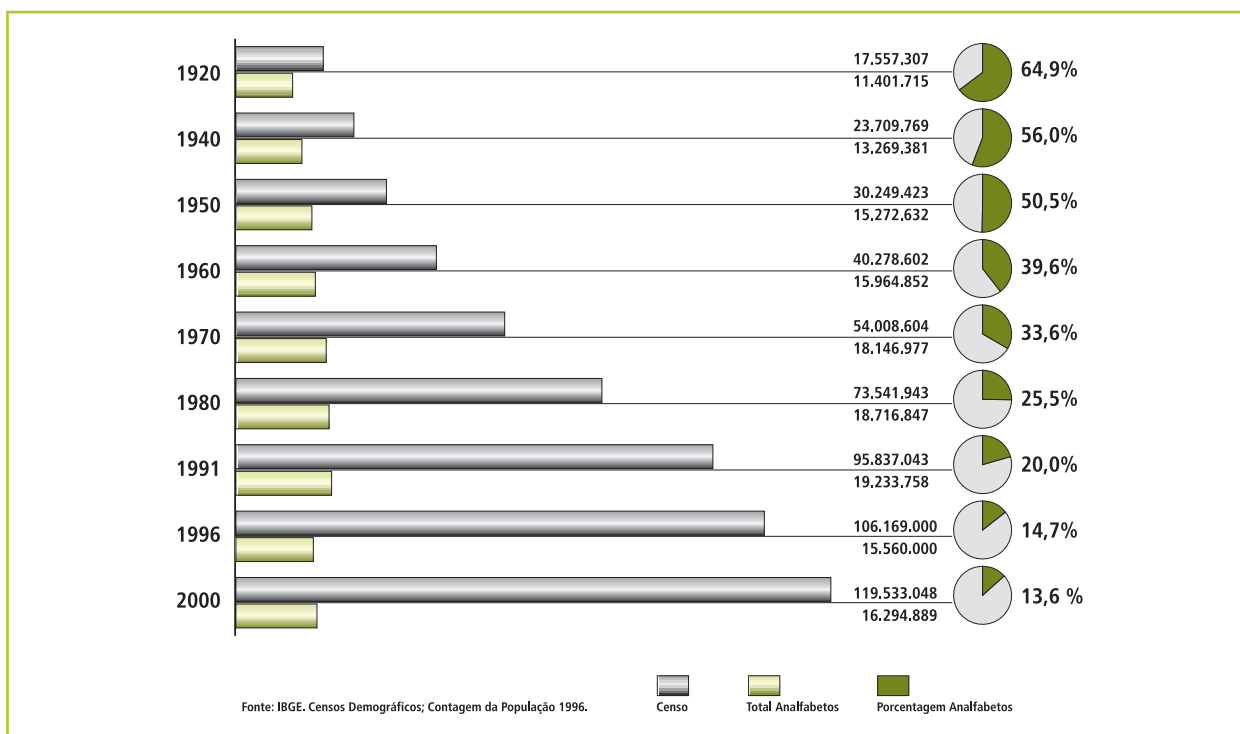
Em 1953, Anísio Teixeira alertava, em seu livro *Educação Não É Privilégio*²², que não bastava a queda da taxa de analfabetismo; era fundamental também sua redução em números absolutos. Isso porque, do ponto de vista dos recursos despendidos pelo país, o que importa é o número absoluto de analfabetos. Na época, esse número estava em torno de 15 milhões. Duas décadas mais tarde, a essa cifra gigantesca seriam acrescentados 3 milhões de analfabetos, fruto do crescimento vegetativo da população. Havia em 2000 um número maior de analfabetos do que aquele existente em 1960 e quase duas vezes e meia o que havia no início do século XX²³.

²¹ Artigo 3º. da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, 1997.

²² TEIXEIRA, Anísio. *Educação Não É Privilégio*. Editora Nacional, 1971, São Paulo.

²³ *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC, Brasília, 2003.

Analfabetismo no Brasil entre Pessoas de 15 Anos ou Mais



O *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, publicado pelo MEC em 2003, revela que 125 municípios concentram um quarto do total de analfabetos, que 586 municípios respondem pela metade do total de analfabetos de 15 anos ou mais no país e que metade dos analfabetos do país se encontra na região Nordeste.

O quadro a seguir demonstra que houve, nos últimos anos, um crescimento do percentual do orçamento do Ministério da Educação voltado para o segmento EJA. A partir de 2000, há um evidente crescimento nessa participação: o investimento cresce 225% nesse ano e 578% em 2003.

ANO	ORÇAMENTO DO MEC PARA EJA (%)
1997	0,40
1998	0,32
1999	0,25
2000	0,56
2001	3,37

Fonte: Ministério da Fazenda, STN, SIAF.CCONT.

As exigências estão aumentando

A ampliação da oferta de vagas no ensino básico na última década está gerando na atualidade um choque entre gerações no país. Mais de 70% dos estudantes que concluíram o ensino médio no ano passado têm escolaridade superior à de seus pais. Em 2000, os familiares com escolaridade inferior à dos alunos eram 38% do total. Segundo um estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), organismo vinculado à estrutura do Ministério da Educação, 65% das mães e 66% dos pais nem sequer passaram do ensino fundamental. Na média, 70,8% dos pais e 72,8% das mães tinham escolaridade inferior à dos filhos. Esse estudo é baseado nas respostas da pesquisa do perfil socioeconômico dos 1,3 milhão de alunos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2003.

O Enem é feito principalmente por alunos que concluíram ou estão terminando o ensino médio e se preparam para o vestibular — 78,7% dos que fizeram a prova tinham de 17 a 21 anos de idade. A média das notas de estudantes cujas mães tinham completado até a quarta série do ensino fundamental foi de 39 pontos. A pontuação subiu para 53 quando as mães tinham o ensino médio completo. E chegou a 65 para filhos de mães com diploma do ensino superior ou pós-graduação.

Os dados mostram que a maior escolaridade dos alunos em relação aos pais é ruim para eles mesmos, diz Simon Schwartzmann, ex-presidente do IBGE e presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets). Segundo ele, é difícil para a família ajudar na evolução da nova geração. "O fato de virem de uma família de pouca educação reflete em maus resultados para os alunos no ensino médio. As famílias não têm condições de ajudar nos estudos nem de propiciar um ambiente que incentive a leitura." Para Schwartzmann, "é preciso quebrar esse ciclo, criando um sistema educativo melhor, que compense a má qualidade da educação dos pais dessa atual geração. Uma solução é aumentar o apoio, melhorar a formação de professores e o currículo das aulas e ter jornadas maiores na escola"²⁴.

A diferença entre a escolaridade das gerações já era esperada, desde que havia sido ampliada a inserção das crianças e adolescentes no sistema de ensino. Ou seja, os filhos das classes mais pobres finalmente entraram na escola. De fato, o número de matrículas no ensino fundamental subiu de 29,2 milhões em 1991 para 34,4 milhões em 2003. Já no ensino médio subiu de 3,8 milhões para 9,1 milhões no mesmo período. O número de estudantes de EJA no ensino médio também vem crescendo. De 2003 para 2004, por exemplo, o total de matrículas cresceu 18%.

²⁴ STRAUSS, Luís Renato. "Vestibulando Estudou Mais Que Seus Pais", in *Folha de S.Paulo*, 3 de setembro de 2004.

CAPÍTULO III

O Analfabetismo Funcional

"O mundo não é. O mundo está sendo."

Paulo Freire

Os primeiros testes que buscaram dimensionar o grau de analfabetismo funcional foram feitos por psicólogos do Exército dos Estados Unidos, durante a I Guerra Mundial (1914–1918), por uma necessidade muito pragmática: avaliar quais soldados teriam condições de ler instruções, compreender mapas ou assimilar estratégias no *front*. Foram criados dois tipos de teste, um para os nativos em língua inglesa e outro para recrutas estrangeiros. No setor civil, o primeiro estudo seria feito também nos Estados Unidos, pela Universidade de Chicago, em 1937.

Mas tais estudos ficaram em estado latente até o início dos anos 60 do século passado, quando o desenvolvimento dos computadores pessoais daria início à grande revolução tecnológica, chamada por muitos de terceira revolução industrial. Em decorrência de alterações profundas na forma como as pessoas recebiam, acessavam e manejavam as informações, surgiram nessa época quatro publicações quase simultâneas que buscavam compreender o impacto dos meios de comunicação de massa na vida das pessoas: *A Galáxia de Gutenberg*, de Marshall McLuhan²⁵, *O Pensamento Selvagem*, de Claude Lévi-Strauss²⁶, *Os Efeitos da Alfabetização*, de Jack Goody e Ian Watt²⁷, e *Prefácio a Platão*, de Eric Havelock²⁸. Em comum, todas as obras chegavam à constatação de que os meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão, surgidos nas décadas anteriores, afetavam a vida das pessoas e os próprios conteúdos veiculados. Mais: instauravam uma nova oralidade, bem diferente da cultura baseada na escrita dos veículos de mídia existentes até então, jornais e revistas.

Em 1975, no Simpósio Internacional de Persépolis, no Irã, promovido pela Unesco, surgiram duas concepções diferentes sobre analfabetismo funcional: para uma linha mais economicista, a funcionalidade da alfabetização referia-se principalmente à formação de mão-de-obra adaptada às exigências da modernização econômica. Para uma corrente de inspiração humanista, filiada às idéias do educador brasileiro Paulo Freire, a funcionalidade deveria ser interpretada como adequação das iniciativas de alfabetização aos interesses da população excluída da sociedade letrada, visando a transformação das estruturas políticas e econômicas, e não a adaptação a elas. A segunda corrente ganharia mais espaço numa publicação da Unesco de 1991, que defendia a necessidade de se vincular a alfabetização ao trabalho, à ciência e à técnica, à participação popular e à cultura²⁹.

A importância desse novo conceito de educação, trazido às discussões por mérito da Unesco, é que ele abarca os diferentes usos sociais da escrita, entendendo que, dessa forma, o problema deixa de afetar apenas os adultos que não sabem ler e escrever — os analfabetos absolutos — e se expande também para as populações escolarizadas. Tanto que o Censo do IBGE de 2001, ao adotar a expressão "analfabeto funcional" para identificar aquele que tem

²⁵ MCLUHAN, Marshall. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto Press, Canadá, 1998.

²⁶ LEVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Papirus, Campinas, 2005.

²⁷ GOODY, Jack e WATT, Ian. "The Consequences of Literacy". In: GOODY, Jack (org.). *Literacy in Traditional Societies*. Cambridge University Press, Cambridge, 1968.

²⁸ HAVELOCK, Eric A. *Prefácio a Platão*. Papirus, Campinas, 1996.

²⁹ UNESCO. *Fifth Consultation of Member States on the Implementation of the Convention and Recommendation against Discrimination in Education*. 26ª. Sessão, Paris, outubro de 1991.

menos que quatro anos de estudo, justifica-se dizendo que "o processo de alfabetização somente se consolida de fato entre as pessoas que completaram a quarta série, em razão das elevadas taxas de regressão ao analfabetismo entre os não concluintes desse ciclo de ensino". Só que, nos países desenvolvidos, todo aquele que não completar o ensino fundamental, ou seja, oito ou nove anos, é considerado analfabeto funcional.

A pesquisadora Vera Masagão discorda do critério usado pelo IBGE: "Tendo em vista que a Constituição estabelece oito anos de ensino como direito de todos os cidadãos, e que só após esse período é possível obter uma certificação mínima, este seria o número de anos de estudo mais apropriado para se estabelecer um indicador dessa natureza".

Primeiros estudos. E um susto

Apesar de logo ficar evidente aos educadores do mundo inteiro que as formas de aprendizagem fatalmente seriam afetadas, com profundidade, pela nova tecnologia baseada em bits de informação — tecnologia que ainda hoje parece não encontrar limites de expansão e possibilidades —, apenas em 1985 surgiria o primeiro estudo feito para avaliar o grau de alfabetismo funcional em um país, o Young Adult Literacy Survey. Essa pesquisa pioneira avaliou a alfabetização de jovens entre 21 e 25 anos de 48 estados americanos, em três modalidades: textos em prosa, textos esquemáticos e textos com informação numérica ou quantitativa.

Sete anos mais tarde, o National Adult Literacy Survey (NALS), conduzido pelo Departamento de Educação dos Estados Unidos em 1992, expandiria a análise sobre analfabetismo funcional para a população adulta. Foram entrevistadas 13.600 pessoas com mais de 16 anos, em 11 estados. Outros dois testes, feitos nos mesmos estados e entre 1.147 presos de 87 prisões federais e estaduais, totalizaram uma amostragem de 26.092 adultos³⁰.

Já o primeiro estudo comparativo entre os níveis de letramento (ou alfabetismo) entre diversos países só surgiria em 1996, com o International Adult Literacy Survey (IALS), que realizou três grandes pesquisas internacionais envolvendo 22 países. Os resultados desses levantamentos foram alarmantes. Até mesmo a Suécia, que seria o país mais bem "alfabetizado funcionalmente", apresentou um analfabeto funcional para cada três habitantes. O único país latino-americano da amostragem, o Chile, revelou 85,1% de analfabetos funcionais.

As principais conclusões dos resultados do IALS, o mais abrangente estudo mundial sobre analfabetismo funcional já realizado, foram os seguintes:

1. Há diferenças significativas entre as nações.
2. Metade ou mais dos adultos em todos os países fica num dos dois níveis mais baixos de alfabetização (o estudo estabeleceu cinco níveis).
3. Alfabetização funcional não é sinônimo de escolaridade, embora esta seja um dos fatores contribuintes.
4. Adultos com baixo nível de alfabetização geralmente não reconhecem o problema.
5. O grau de alfabetismo do indivíduo tem relação direta com sua renda.

³⁰ Em www.nald.ca/FULLTEXT/adlitUS/cover.htm, há um relatório de avaliação do analfabetismo funcional nos EUA.

O analfabetismo funcional no Brasil

Em 2001 surgiu o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), criado em 2001 pelo Instituto Paulo Montenegro, organização sem fins lucrativos vinculada ao Ibope, e pela organização não-governamental Ação Educativa. Não é uma avaliação escolar. Seu objetivo é apurar as habilidades e práticas de letramento da população de jovens e adultos em geral, entre 15 e 64 anos. Dos 2.000 entrevistados pelo Inaf 2001, somente 385 freqüentavam escola na época da entrevista: 182 no ensino fundamental, 144 no ensino médio e 59 no superior.

A metodologia empregada visou abarcar as habilidades, os usos e as representações sobre a leitura e a escrita nas seguintes esferas: doméstica, do trabalho, do lazer, da educação, da participação social e política e a da religião. Para cada uma delas foram criados diversos exemplos de suportes de escrita, gráficos, tabelas e fotografias, dispostas em uma revista de variedades criada especialmente para a pesquisa. Essa publicação fictícia serve como meio para se conseguir a comparabilidade dos dados obtidos nos diferentes anos. Os indicadores de 2001, 2003 e 2005 buscaram captar as habilidades de leitura e escrita, enquanto os de 2002 e 2004 foram direcionados para avaliar as habilidades matemáticas.

Síntese do Inaf 2001

GRAU DE ALFABETISMO	POPULAÇÃO	ESCOLARIDADE	CLASSE	FAIXA ETÁRIA
Analfabetismo Absoluto	9%	54% sem estudo; 39% da 1a à 3a do EF	91%: classe D/E; 79% moram no interior	38%: 35/49 14%: 25/34 10%: 15/24
Nível 1 de Alfabetismo	31%	4%: sem estudo 31%: mais de 4 anos 53%: de 4 a 7 anos	70%: D/E	19%: 15/24 23%: 25/34 31%: 35/49
Nível 2 de Alfabetismo	34%	7%: mais de 3 anos 23%: até 4a do EF 26%: da 5a à 7a 44%: EF ou mais	47%: D/E 38%: C	37%: 15/24 24%: 25/34
Nível 3 de Alfabetismo	26%	27%: até EF 43%: EM completo ou incompleto 23%: ES	28%: D/E 39%: C 34%: A/B	44%: 15/34 28%: 25/24 28%: mais de 35

EF: ensino fundamental; EM: ensino médio; ES: ensino superior

Nível 1: consegue localizar informações explícitas em textos muito curtos, cuja configuração auxilia o reconhecimento do conteúdo solicitado, como um cartaz de campanha de vacinação, por exemplo.

Nível 2: consegue localizar informações em textos curtos e médios, mesmo que elas não apareçam de forma literal. Por exemplo: em uma notícia sobre deslizamento de terra na qual são citadas as pessoas que morreram, consegue responder quantas foram as vítimas.

Nível 3: consegue ler textos mais longos, orientar-se por subtítulos, localizar mais de uma informação. Consegue também comparar dois textos, inferir e elaborar sínteses. Exemplo: em uma programação de TV, consegue identificar, dentre os filmes que passarão, quais têm crítica negativa.

Apenas um entre quatro brasileiros é plenamente alfabetizado

O Inaf 2003 classificou 8% da população entre 15 e 64 anos como analfabetos absolutos e 30% apresentaram níveis rudimentares de habilidades de leitura, suficientes apenas para encontrar uma informação simples em uma ou duas frases. Outros 37% conseguiam detectar informações em pequenos textos e apenas 25% demonstraram competência para comparar textos diferentes e localizar informações em conjuntos mais complexos.

O Inaf 2004, por sua vez, revelou que o número de analfabetos com total incapacidade de compreensão de números é bastante reduzido, apenas 3%. No entanto, 29% dos entrevistados apenas conseguiram demonstrar reduzidos usos numéricos em ações do cotidiano, tais como identificar um número de telefone ou o preço de uma mercadoria. Outros 46% foram capazes de resolver problemas envolvendo uma operação matemática simples, enquanto 23% dos entrevistados mostraram-se alfabetizados em termos de letramento numérico, sendo capazes de calcular porcentagens, interpretar gráficos simples e mapas.

O Inaf 2005, divulgado em setembro de 2005, novamente mediu as habilidades de leitura e escrita, que apresentaram uma ligeira melhora diante das edições anteriores, conforme revela o quadro a seguir. Diminuiu o número de analfabetos absolutos e houve uma melhora em 4 pontos percentuais no nível médio de alfabetismo funcional. Na última edição do indicador, apenas 26% dos entrevistados foram enquadrados no nível 4, o que indica alfabetismo pleno³¹.

Evolução Histórica do Inaf

	INAF 2001	INAF 2003	INAF 2005	DIFERENÇA 2001/2005
Analfabetismo	9%	8%	7%	-2 pp.
Alfabetismo Nível 1	31%	30%	30%	-1 pp.
Alfabetismo Nível 2	34%	37%	38%	+4 pp.
Alfabetismo Nível 3	26%	25%	26%	0

Fonte: Instituto Paulo Montenegro/ Inaf 2001, 2003 e 2005.

O Alfabetismo Funcional nas Habilidades Matemáticas

	INAF 2002	INAF 2004	DIFERENÇA
Analfabetos	3%	2%	-1 pp.
Alfabetismo Nível 1	32%	29%	-3 pp.
Alfabetismo Nível 2	44%	46%	+2 pp.
Alfabetismo Nível 3	21%	23%	+ 2pp.

Fonte: Instituto Paulo Montenegro, Inaf 2002 e 2004

³¹ As análises e tabelas das cinco séries do Inaf se encontram no site do Instituto Paulo Montenegro (www.ipm.org.br).

A professora Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, do Núcleo de EJA da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordenou a análise de dados dos Inaf 2002 e 2004, que mediram as habilidades matemáticas. Veja a seguir algumas de suas conclusões, apresentadas em setembro de 2005 no Seminário Leitura, Escrita e Matemática para Alfabetização (Lema), promovido pelo Instituto Paulo Montenegro em São Paulo:

- Mais de 30% da população brasileira, ou seja, a soma dos analfabetos com aqueles que possuem o nível 1 de alfabetismo, têm fortes limitações no manejo de números e cálculos.
- Mais de 70% não conseguem extrair informação de um gráfico simples, daqueles mostrados nas primeiras páginas dos jornais.
- No Brasil, o perfil de habilidades matemáticas masculino é superior ao feminino, seguindo uma tendência mundial. Verificamos que as atividades de preparação são mais bem desempenhadas pelas mulheres e as de controle pelos homens.
- As pessoas que mais incorporam a calculadora à sua prática cotidiana são as que têm melhor nível de alfabetismo. Desmistifica-se, dessa forma, a crença há muito tempo instalada entre muitos professores de que o uso da calculadora é prejudicial ao pensamento matemático.

Sobre os desafios que o Inaf de habilidades matemáticas revelou aos educadores e formuladores de políticas públicas de educação, Maria da Conceição resume quatro ações prioritárias:

- É preciso abordar de modo mais efetivo, nas escolas, a resolução de problemas.
- Vale a pena incorporar e orientar didaticamente a utilização crítica da calculadora.
- Deve-se trabalhar de maneira assídua e diversificada com as várias representações matemáticas, proporcionando experiências que envolvam atividades de medição, expressão, leitura e interpretação de medidas.
- Se observarmos que 70% da população brasileira não conseguem extrair informações de gráficos simples, como aqueles que os jornais trazem sobre pesquisas eleitorais, estamos diante de um risco à democracia. A falta de letramento aparece como um fator impeditivo do fortalecimento da cidadania.

“Numeramento (numeracy) pode ser definido como um agregado de habilidades, conhecimentos, crenças e hábitos da mente, bem como as habilidades gerais de comunicação e resolução de problemas, que os indivíduos precisam para efetivamente manejar as situações do mundo real ou para interpretar elementos matemáticos ou quantificáveis envolvidos em tarefas.”³²

³² CUMMING, Joy; GAL, Iddo; GINSBURG, Lynda. *Assessing Mathematical Knowledge of Adult Learning: Are We Looking at What Counts?*. National Center on Adult Literacy, Pensilvânia, EUA, 1998.

As diferentes práticas de letramento medidas pelo Inaf

Na esfera doméstica

Tarefas: administração da casa, vivência em família, cuidado e educação de pessoas, consumo, contas domésticas, transporte.

Materiais escritos: calendários, folhetos de propaganda, embalagens, correspondências, livros, jornais.

Na esfera do trabalho

Tarefas: obtenção de emprego e ações vinculadas ao próprio trabalho.

Materiais escritos: memorandos, formulários, orçamentos, relatórios, planilhas, práticas de correspondência, reuniões, presença em feiras, supervisão, trabalho em grupo.

Na esfera do lazer

Tarefas: leitura por distração ou interesse, hábitos culturais, esportivos.

Materiais escritos: jornais, livros, revistas etc.

Na esfera da participação cidadã

Tarefas: tirar documentos, acessar benefícios sociais, votar, participar de associações.

Materiais escritos: fichas, formulários, textos de divulgação.

Na esfera da educação (práticas relacionadas à educação formal e não formal)

Tarefas: participação em oportunidades de educação.

Materiais escritos: livros didáticos e paradidáticos, obras de referência, dicionários.

Na esfera da religião

Tarefas: participar de cultos, ler e escrever nas comunidades, ler livros religiosos ou de auto-ajuda

Materiais escritos: bíblias, folhetos e outras publicações.

A Família Ajuda o Alfabetismo

Em 1993, três pesquisadores americanos, Baydar Nasli, Jeanne Brooks-Gunn e Frank Furstenberg, publicaram uma pesquisa³³ na qual procuravam avaliar o grau de influência do meio familiar nos níveis de alfabetismo e como as circunstâncias do início da infância, da pré-adolescência e da adolescência influenciariam o nível alcançado. Para isso, acompanharam durante 20 anos 250 mães adolescentes e suas crianças de Baltimore, nos Estados Unidos, quase todos de baixa renda. Quando os filhos atingiram idades entre 19 e 21 anos, o teste foi realizado, revelando que:

- 1. A presença do pai na família e o fato de a mãe ser casada implicaram índices mais altos de alfabetismo.*
- 2. Quando a mãe era o único adulto na casa por mais de três anos durante a adolescência, o nível de alfabetismo era mais baixo.*
- 3. O nascimento de dois ou mais irmãos nos primeiros 5 anos de vida resultava em nível mais baixo de letramento; quando os irmãos nasciam na adolescência do primogênito, não havia influência no alfabetismo deste último.*
- 4. A qualidade no relacionamento entre mãe e filho foi mais decisiva na infância do que na adolescência para o processo de aquisição de competências de leitura e escrita.*
- 5. O envolvimento da mãe na educação do filho durante a primeira infância revelou-se decisivo.*
- 6. A renda média também foi outro fator importante para a boa alfabetização.*

³³ NASLI, Baydar et alii. *Early Warning Signals of Functional Illiteracy: Predictors in Childhood and Adolescence*. National Center on Adult Literacy, OP 94-01, 1994.

Salário e alfabetismo: uma relação direta

O International Adult Literacy Survey comprovou o que todos suspeitavam: ganha mais dinheiro quem tem melhor nível de alfabetismo. O estudo revelou saltos consideráveis, principalmente quando se passa do nível 1 (menor letramento) para o nível 2; a tabela continua a evoluir até os níveis mais elevados. Apenas a Suécia, cuja população foi a mais bem colocada em níveis de alfabetismo, não demonstrou saltos significativos. Nos Estados Unidos, uma pesquisa feita entre trabalhadores, classificando os salários de acordo com o nível de alfabetismo, etnia e gênero, chegou à mesma conclusão. No Brasil, um levantamento da Ação Educativa, feito em 1997, mostrou que essa relação vale para nosso país também.

Salários médios mensais de trabalhadores nos EUA, segundo o nível de alfabetização (em US\$)

GRUPOS	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5
MÉDIA GERAL	355	436	531	709	910
GÊNERO					
Homens	391	507	623	830	1.041
Mulheres	272	336	411	548	716
ETNIA					
Branços	408	445	539	712	927
Negros	333	389	501	679	--
Hispanicos	302	431	436	679	--
Asiáticos	391	596	702	--	--
ESCOLARIDADE					
0 a 8 anos	298	351	--	--	--
9 a 12 anos	364	357	414	--	--
Ens. médio	369	420	436	493	--
Superior 2 anos	386	504	578	610	630
Superior 4 anos	586	677	739	866	993

Fonte: Literacy in the Labor Force; (--) significa número desprezível em termos estatísticos.

Nível de alfabetização funcional e renda mensal (em R\$) em São Paulo, 1995

NÍVEL	Analfabeto	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Renda mensal	517,33	679,53	827,68	1.030,08	1.356,13

Fonte: Ação Educativa (1997) e adaptação do professor Daniel Augusto Moreira em 2003 (para adequação aos 5 níveis das pesquisas internacionais).³³

³⁴ MOREIRA, Daniel Augusto. *Analfabetismo Funcional: o Mal Nosso de Cada Dia*. Pioneira Thomson Learning, São Paulo, 2003.

Aumentam as exigências educacionais

O processo de expansão das exigências de letramento é irreversível e vem impondo novos parâmetros de contratação e manutenção do emprego. Um relatório feito pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, em 1992, entre homens de 25 a 54 anos, revelou claramente essa tendência. O “valor de mercado” do diploma da *high school* (equivalente ao final do ensino médio) está caindo: entre os anos de 1969 e 1989, o número de pessoas abaixo do nível de pobreza aumentou de 8,3% para 22,6% entre indivíduos com 12 anos de escolaridade; para os negros, de 20% para 42,7%; para os hispânicos, de 16,4% para 35,9%.³⁵

O mesmo vem acontecendo no Brasil. Entre 1994 e 1998, o nível de emprego caiu 7,9% para pessoas entre zero e quatro anos de estudo, consideradas pelo IBGE como analfabetas funcionais. O nível permaneceu estável para quem tinha entre 5 e 8 anos de estudo e subiu 4,7% para quem tinha entre 9 e 11 anos de estudo; pessoas com mais de 12 anos de escolaridade aumentaram sua empregabilidade em 3%, segundo estudos feitos por Edward Amadeo³⁶.

O International Adult Literacy Survey também revelou outro dado perverso: quanto maior o grau de alfabetismo, mais esses profissionais se engajam em programas de treinamento na empresa, aprofundando o fosso entre os níveis de alfabetismo. Sabe-se que o treinamento na empresa faz aumentar o salário dos empregados mais do que outras formas de treinamento. Esse estudo também apurou que em países como Suécia, Dinamarca e Finlândia, mais de 50% dos entrevistados haviam feito algum curso nos últimos 12 meses; nos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, cerca de 40%; no Brasil, pelo Inaf, 14%.

A crença generalizada de que o nível de alfabetismo está relacionado linearmente com o progresso econômico e a mobilidade social num país é discutível. Numa questão complexa como essa, não é possível fazer esse tipo de generalização, independentemente de haver consenso sobre a importância de os países buscarem elevar seus níveis de alfabetismo funcional.

Como um Analfabeto Funcional “Se Vira”

Estudo realizado por Kathryn Tyler³⁸ detectou alguns comportamentos típicos daqueles funcionários analfabetos funcionais que encontraram “caminhos” para a sobrevivência:

1. *Evitam fazer determinado tipo de trabalho ou usar uma ferramenta específica.*
2. *Não seguem instruções escritas.*
3. *Não anotam mensagens telefônicas.*
4. *Levam para casa os formulários que precisam preencher.*
5. *Parecem desmotivados para melhorar ou recusam promoções.*
6. *Ressentem-se de mudanças nos procedimentos ou mudanças tecnológicas.*
7. *Cometem os mesmos erros repetidamente.*
8. *Culpam outras pessoas por seus erros.*

Analisando um conjunto de indicadores demográficos e econômicos referentes à industrialização nos Estados Unidos, o historiador Harvey Graff³⁷ percebeu que a hierarquia nos postos de trabalho estava mais ligada a variáveis como gênero ou etnia do que ao grau de escolaridade. O trabalho fabril na época não exigia nenhum tipo de habilidade letrada, podendo, até mesmo, ter contribuído para baixar os níveis de instrução dos trabalhadores, que desde jovens estavam submetidos a jornadas de trabalho extenuantes.

³⁵ US DEPARTMENT OF LABOR. *Learning a Living: a Blueprint for High Performance*, The Secretary's Commission on Achieving Necessary Skills, abril de 1992, EUA.

³⁶ AMADEO, Edward. “Dez Pontos sobre a Situação Recente do Mercado de Trabalho”. *Série Notas sobre o Mercado de Trabalho*, nº 5, 1998.

³⁷ GRAFF, Harvey. *Os Labirintos da Alfabetização: Reflexões sobre o Passado e o Presente da Alfabetização*. Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 1995.

³⁸ TYLER, Kathryn. “Brushing Up on the Three R's”. *HR Magazine*, EUA, outubro de 1999.

Para Graff, a expansão dos sistemas de ensino elementar verificada na Europa no século XIX não teve qualquer funcionalidade do ponto de vista da disseminação de habilidades necessárias à industrialização. A expansão dos sistemas de ensino serviria ao interesse da classe dominante de exercer, por meio da escolarização, controle sobre os trabalhadores, inculcando nos ex-camponeses atitudes de submissão à nova disciplina imposta pela fábrica. A alfabetização promovida pela escola propiciaria aos trabalhadores uma primeira experiência de treinamento que poderia depois ser transferida para o trabalho fabril; a escola serviria, portanto, para treiná-los a serem treinados. A escola cumpriu um papel doutrinário e disciplinador no início da revolução industrial.

Houve também períodos de expressivo aumento nos índices de alfabetismo da população sem qualquer avanço econômico, como aconteceu na Suécia, que já no século XVIII havia praticamente acabado com o analfabetismo, graças a motivações de natureza religiosa, sem que disso decorresse qualquer transformação significativa na atividade econômica ou nos indicadores de desenvolvimento econômico do país. Por outro lado, em alguns países menos desenvolvidos, o vínculo entre a elevação do nível de alfabetismo e seu desenvolvimento econômico surge mais claramente. A título de exemplo, em 1960 a Malásia tinha renda per capita de US\$ 2.000 e sua população, uma média de escolaridade de 3,22 anos. Em 2000, quando a média de escolaridade subiu para 9,31 anos, a renda per capita apresentou salto equivalente, indo para US\$ 6.000³⁹. Ou seja, o alfabetismo é um fenômeno multifacetado e sofre diversas influências.

As competências profissionais

Sessenta bilhões de dólares por ano. Foi esta a cifra imponente que a agência empresarial americana National Alliance of Business (coligação de organizações voltada para o aperfeiçoamento da mão-de-obra) e o National Institute of Literacy estimaram como prejuízo causado pela deficiência de habilidades básicas dos empregados nos Estados Unidos. Os problemas são causados por trabalhadores que não entendem sinais de aviso de perigo, instruções de segurança, instruções ao longo do processo, recomendações de embalagem, estocagem ou embarque de produtos etc.

A competência profissional poderia ser sintetizada em quatro competências, conforme uma divisão proposta por G. P. Bunk⁴⁰, professor da Universidade de Glessen, na Alemanha:

1. Competência técnica: dominar as tarefas e conteúdos de sua área de trabalho e possuir os conhecimentos e destrezas necessários.
2. Competência metódica: capacidade de descobrir caminhos novos, saber reagir a mudanças de processo, encontrar soluções sensatas e saber aproveitar experiências anteriores em novas situações-problema.
3. Competência social: saber colaborar de forma amistosa com outras pessoas e compreender a complexidade das relações humanas.
4. Competência participativa: capacidade de co-organizar e decidir em conjunto, envolver outros funcionários, saber delegar funções e assumir responsabilidades.

³⁹ UNESCO/OCDE. *Financing Education — Investments and Returns*. World Education Indicators Programme (WEI), Unesco Publishing, Paris, 2003.

⁴⁰ BUNK. G. P. "Prestação de Competências na Formação Profissional Inicial e Contínua na RFA". *Revista Européia Formação Profissional*, nº. 1, 1994.

O problema é que os analfabetos funcionais geralmente não percebem sua própria condição.

O International Adult Literacy Survey revelou que nove entre dez entrevistados com nível 2 de alfabetismo (bastante deficiente) consideravam boa ou excelente sua habilidade de leitura e 88,6% não se sentiam prejudicados ou limitados por ela. Por que isso acontece?

A primeira hipótese seria de ordem psicológica. A fim de não macular sua auto-imagem, a pessoa se ilude, mente para si mesma. Outra explicação é de ordem funcional. As pessoas entrevistadas estariam alocadas em ocupações condizentes com seu nível de alfabetismo. Por fim, existe também a possibilidade de o analfabeto funcional ter construído para si um "caminho" na organização, com estratégias artificiais de sobrevivência, como o apoio de colegas mais alfabetizados ou processos de memorização, que driblam seu baixo alfabetismo.

Outro problema associado ao analfabetismo funcional é o baixo aproveitamento em programas de treinamento. Antes, porém, de falarmos mais detalhadamente sobre como agir diante desse problema, não apenas gerencial e administrativo, mas social, vale a pena conhecer, para além das estatísticas, quem são e como vivem esses analfabetos funcionais. É o que veremos no próximo capítulo.

A Vida sem Escrita

O psicólogo bielo-russo Lev Vygotsky estudou, em 1930, as características de culturas tribais, descritas por exploradores e sociólogos no início do século XX como decorrentes de um estágio de desenvolvimento cultural anterior ao desenvolvimento da escrita e dos conceitos científicos. Esses povos selvagens apresentavam vários aspectos em comum, como a extraordinária memória visual e topográfica e a capacidade de realizar operações numéricas baseadas unicamente na percepção.

Quando esses povos desenvolvem alguma forma de escrita, ocorre uma atrofia nos modos mais primitivos e orgânicos de percepção. Um exemplo de mecanismo de controle em povos que não usavam a escrita é o quipo, um sistema de nós atados em fileiras de cordéis que os pré-colombianos usavam para registrar saldos de batalhas ou contar rebanhos. A edição da revista Science de agosto de 2005 publicou pesquisa de Gary Urton e Carrie Brezine, da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, pela qual se conclui que o quipo era usado como artefato contábil por chefes locais encarregados de fiscalizar o pagamento de tributos.

CAPÍTULO IV

Esses Analfabetos Funcionando

*“Mas há milhões desses seres
Que se disfarçam tão bem
Que ninguém pergunta
De onde essa gente vem

São jardineiros,
Guardas noturnos, casais
São passageiros,
Bombeiros e babás”*

Chico Buarque,
na canção Brejo da Cruz, de 1984

O analfabeto é, antes de tudo, um sobrevivente. É como um corpo estranho em um mundo no qual os códigos de circulação e de reconhecimento e ascensão social passam necessariamente pela leitura, cálculo e escrita. E esse mundo de códigos se multiplica velozmente, gerando novos ícones, novas padronizações, impondo processos de trabalho inovadores — que, naturalmente, se oferecem para serem decifrados por escrito...

Lemos muitas vezes sem nos darmos conta disso. É como um motorista exausto que, depois de um longo dia de trabalho, volta para casa dirigindo maquinalmente, sem num único momento se conscientizar da complexidade das operações que realiza, como trocar a marcha no tempo certo, controlar o fluxo de veículos à frente e atrás, optar por caminhos, negociar passagens com outros motoristas e pedestres e, até, escolher a música do rádio.

Se por um instante, nos imaginarmos fora desse meio feérico de mensagens que são codificadas por nossos cérebros quase instantaneamente, teremos algum vislumbre do que seria esgueirar-se entre os que interpretam aquilo que não conseguimos decodificar. Imagine-se, por exemplo, vendo os símbolos gráficos expressos num ônibus, num outdoor ou na sua própria camiseta se eles estivessem escritos em ideogramas chineses. Seu cérebro começaria imediatamente a tentar estabelecer relações entre símbolos e objetos, entre a repetição deste ou daquele, tentando formar um conjunto compreensível. Pois é esse tipo de mecanismo colocado em funcionamento, o de criar estratégias de sobrevivência em um mundo hostil e cujas regras não são claras para quem não domina o código, que todo analfabeto (ou pouco alfabetizado) adota no seu dia-a-dia.

A prontidão moderna

Em 1958, trabalhando para a Unesco a partir de dados de 73 países, o sociólogo americano Daniel Lerner constatou que o grau de alfabetismo era a variável que mais alta correlação mantinha com outros indicadores de modernização em países do Terceiro Mundo: a urbanização, o consumo de meios de comunicação de massa (jornal, rádio, televisão, cinema) e a participação política. Lerner definiu, na época, a atitude moderna como sendo a "prontidão para aceitar mudanças e a expectativa de progresso"⁴¹.

Atitudes como o sentido de eficácia pessoal, a crença de que sozinho ou em conjunto se pode mudar o curso da vida, o interesse por assuntos públicos, a rejeição à passividade e ao fatalismo, além da flexibilidade cognitiva, derivariam, principalmente (embora não exclusivamente), de um processo de alfabetismo. Para Lerner, a capacidade de mobilizar conhecimentos prévios a partir da leitura de uma manchete de jornal, por exemplo, aumenta de acordo com o grau de alfabetismo. Perguntados, diante de uma página de jornal, qual a notícia mais importante, a maioria dos entrevistados com grau baixo ou médio-baixo não consegue associar a disposição gráfica com a importância da manchete. Também têm dificuldade em inferir o conteúdo do texto a partir da manchete.

A professora Martha Kohl de Oliveira, da Faculdade de Educação da USP, exemplifica a situação de exclusão vivida pelo analfabeto numa sociedade letrada ao diferenciar o pensamento de um indígena que classifica a baleia como peixe, porque na sua cultura não existe a informação de que a baleia seja um mamífero, e o pensamento de um analfabeto que diz que "estamos no ano 15" porque é o 15º aniversário de uma rede de televisão. "O indígena está falando a linguagem da sua cultura; o analfabeto está interpretando mal um dado por falta de instrumental para lidar com uma informação de sua própria cultura"⁴².

Nas últimas décadas, diversos historiadores enveredaram pelos caminhos do que se convencionou chamar de micro-história. Para essa linha de estudiosos, uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise — da escala de observação — em que escolhemos situá-la. Ou seja, fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o analfabetismo funcional, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentamos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles.

*"Os adultos que chamamos de analfabetos, imersos no mundo letrado, vão sendo contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimentos sobre suas regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita. Numa sociedade saturada de escrita como a grande cidade contemporânea, raramente encontramos pessoas completamente analfabetas."*⁴³

Marta Kohl de Oliveira, professora da Faculdade de Educação da USP

⁴¹ LERNER, Daniel. *The Passing of Traditional Society*. Free Press, Nova York, 1958.

⁴² OLIVEIRA, Martha Kohl de. "Analfabetos na Sociedade Letrada: Diferenças Culturais e Modos de Pensamento". Revista *Travessia*, v. 5, São Paulo, 1992.

⁴³ Idem.

Dai a importância de se realizarem estudos por amostragem da população, pois com esse tipo de pesquisa qualitativa pode-se chegar aos diferentes modos de leitura, escrita e cálculo, as tais estratégias de sobrevivência que os pouco letrados criam para se mover num mundo intermediado pela escrita.

Já existem diversos estudos na linha de analisar histórias de trajetórias particulares de leitores como forma de ultrapassar a análise desencarnada que as estatísticas tendem a mostrar. Os diversos graus de domínio da linguagem oral e escrita ganham "carne e osso", em vez de se encontrarem diluídos em variáveis como origem social, renda ou grau de escolaridade.

A professora Geovânia Lúcia dos Santos, da Universidade Estadual de Minas Gerais, é autora de uma tese que faz uso de forma bem interessante dos recursos da observação de trajetórias daqueles que voltavam aos bancos escolares⁴⁴. Dentre suas principais conclusões, fiquemos com uma especialmente útil quando observamos as motivações que movem aqueles que, depois de muitos anos, decidem completar os estudos interrompidos. Geovânia constatou que, para a maioria, a escola ganhava significado sobretudo por sua função "cartorial", como se o diploma de conclusão do ensino fundamental ou médio fosse "um documento comprobatório, uma credencial que os habilitaria para a vida pública".

Mas a experiência de reinserção escolar representou bem mais do que esperavam, em um processo de ressignificação da escola, como atesta este depoimento de José, aluno de Educação de Jovens e Adultos, colhido por Geovânia: "No início pensei no lado financeiro que traria no futuro, mas no decorrer do curso, à medida que o conhecimento vinha chegando, o lado financeiro ficou para trás. Tornar-me um cidadão foi e será o mais importante, pois deixei de ser manipulado e [passei a] entender todo o sistema que no Brasil e no mundo existem. Passei a conhecer melhor o meu corpo, situar-me no meu país e no continente. Entender o que acontece nas escolas públicas no nível de primeiro e segundo grau, enfim, toda exploração que existe sobre aqueles que não têm o mínimo de conhecimento."

Poderíamos dizer que esse José descobriu, naquele momento, a cruel ambigüidade que existe na instrução pelo fato de ela ser "portadora de dupla consciência: a do direito e a da espoliação", como afirma a filósofa Marilena Chauí⁴⁵, professora da Universidade de São Paulo. Aprender a ler e escrever pode não trazer dinheiro, mas faz compreender melhor por que ele não vem.

A superação do fracasso

Curiosamente, as elevadas taxas de evasão escolar no Brasil são compreendidas de modo muito diferente por aqueles que estudam o fenômeno e pelos que poderíamos chamar de "vítimas" da exclusão, os que se evadiram. Enquanto na literatura educacional o fracasso escolar é considerado como um fenômeno provocado pelo próprio sistema educacional e pela estrutura social do qual deriva, nas justificativas dos

⁴⁴ SANTOS, Geovânia Lúcia dos. "Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção de adultos das camadas populares em um programa de EJA". Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em julho de 2001. Resumo publicado na *Revista Brasileira de Educação* nº. 24, 2003.

⁴⁵ CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

indivíduos que abandonam a escola, o fracasso escolar surge como resultado de suas opções, de suas limitações pessoais ou das limitações de suas famílias. Para o aluno, a culpa pelo abandono da escola sempre recai sobre ele mesmo, jamais sobre o sistema de ensino.

Para Geovânia Lúcia dos Santos, "a aceitação, por parte dos sujeitos entrevistados, da interrupção dos estudos como algo natural, constitutivo mesmo de suas trajetórias, deve-se ao fato de eles não perceberem as possíveis conseqüências que esse acontecimento poderia vir a gerar em suas vidas no futuro". Se bem que essa impossibilidade de visualização do futuro deva ser relativizada, uma vez que é bastante difundida, nos meios populares, a idéia de que "aquele que não estuda puxa carroça", vai ser "*oreia seca*" ou "motorista de fogão". "*Oreia seca*", por exemplo, é uma expressão muito usada entre os trabalhadores da construção civil e designa o servente de pedreiro, o grau hierárquico mais baixo na construção civil, que tradicionalmente reúne grandes contingentes de analfabetos.

O pior de tudo é que a saída da escola, por não suportar a sobrecarga de atividades juntamente com a luta pela sobrevivência, gera naqueles que desistem uma autopercepção negativa. Eles "fracassaram", mesmo que a escola não tenha oferecido as mínimas condições para a continuidade dos estudos.

Dificuldades da reinserção

Se abandonar a escola resulta em diminuição da auto-estima pelos ex-alunos, retornar a ela representará novos desafios. A começar pelo medo de ter de passar por uma seleção. A existência de algum processo seletivo já é, por si só, fator desestimulante, conforme relatou Solange, outra aluna de EJA entrevistada por Geovânia: "Eles me informaram que tinha que vir e fazer a inscrição e se passasse na prova de seleção não teria que pagar nada, que só teria que comprar caderno, que as apostilas eles mesmos davam. E eu vim, fiz a prova e pensei: 'Não vou passar não; dez anos sem estudar!'".

Da mesma forma, a apatia e a passividade dos alunos adultos dos cursos noturnos, freqüentemente comentadas por professores e educadores, devem ser compreendidas como parte desse conjunto de problemas que bate na frágil percepção que essas pessoas têm de si mesmas. "Diante de alguém que consideram superior, no trabalho ou na escola, ou num meio que não o deles, calam-se, envergonham-se, sentem-se tímidos", analisa Geovânia. "De um lado, a insegurança diante do código lingüístico dominante, imposto como legítimo, que lhes foi negado pela própria escola. De outro, a atribuição individual da culpa: o que é a imposição social do silêncio torna-se para eles timidez e 'falta de cultura'".

Outro problema enfrentado por aqueles que decidem voltar a estudar está fora da escola, nas próprias famílias dos estudantes, que nem sempre apóiam a iniciativa, seja por conta da dedicação aos estudos que aquele membro da família terá em detrimento de outras atenções familiares, seja por preconceito ou até mesmo por não verem nenhuma vantagem em estudar "depois de velho".

A estudante de EJA Solange lembra: "Foi uma barra muito grande. Na época meu marido falou que ia me largar. Aí eu falei: 'Pois pode largar!' Porque eu quero uma coisa pra mim, sabe? Eu sempre lutei por uma

coisa melhor pra mim.(...) Mas quando ele viu mesmo que eu não arredei meu pé... ele tá lá até hoje!" Ela também enfrentaria resistência de suas irmãs, que "falavam que eu já tinha muito diploma dentro de casa, que eram os filhos. Para que eu ia caçar mais?"

Prosseguindo no relato de suas dificuldades no *front* doméstico, Solange menciona um distanciamento dos filhos, além de ter de enfrentar diariamente uma tripla jornada (serviços da casa, além do trabalho e dos estudos): "Meu marido pegava a Marcele pra mim e levava a Emanuelle. Ele dava banho, ajudava assim com as crianças, levava para passear... Portanto, a Emanuelle é mais apegada ao pai nesse fato, pois ela ficou mais próxima dele do que de mim".

Ao contrário do que ocorre em diversos países em desenvolvimento, no Brasil a questão de gênero, no que diz respeito ao ensino, não é desfavorável às mulheres, e sim aos homens, que quando se tornam adolescentes ingressam no mercado de trabalho em maior número do que as mulheres. Tanto que, a partir da quinta série do ensino fundamental, as mulheres representam a maioria das matrículas, até atingirem 56,3% no ensino superior, segundo o *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, de 2003⁴⁶.

José também declara que enfrentou resistência em casa: "Minha esposa não viu com bons olhos, que ela é muito ciumenta. Ela estava achando que eu estava querendo era aprontar alguma coisa. No início ela não gostou, ficou de cara feia". Para ele, outro convencimento difícil veio de onde não esperava — dos filhos: "No início eles não ficaram entusiasmados, não, mas eu acho que até por estarem na adolescência, eles acharam aquele negócio assim estranho: 'Poxa, meu pai depois de velho voltar a estudar!' (...) Acho que eles pegaram mais como se eu estivesse assim tentando mostrar para eles que eles estudavam mas não davam tanto valor ao estudo igual eu dava valor".

Grandes e pequenas vitórias

Contra esse quadro de resistências, entraves e culpas, o resgate do desejo de aprender surge como a primeira tarefa a ser realizada em qualquer projeto de alfabetização. Uma proposta pedagógica baseada na valorização dos conhecimentos prévios dos educandos, na aposta em um processo de construção do conhecimento no qual o educando precisa se colocar como sujeito permite esse resgate do desejo de aprender.

Na experiência analisada pela professora Geovânia Lúcia dos Santos, um dos alunos sugeriu que eles pudessem ter acesso ao restaurante universitário para jantar. A direção do curso concordou com a proposta e criou um subsídio para a refeição. Para a professora, "o fato de os alunos terem acesso ao restaurante e ao Clube Universitário, possuindo carteirinha de estudante, aumentava a identificação deles não só como alunos do Proef II⁴⁷, mas como membros da comunidade universitária". Outro benefício decorrente da reivindicação atendida foi a melhoria do convívio social, pois o grupo de alunos passou a jantar junto, num mesmo local e horário, aumentando a sensação de pertencimento.

⁴⁶ INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. MEC, Brasília, 2003.

⁴⁷ Projeto de Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Proef), do Centro Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Proef II corresponde ao segmento que vai da quinta à oitava série do ensino fundamental.

A transformação comportamental dos alunos adultos das classes de alfabetização é nítida e freqüentemente relatada por professores de EJA. Sérgio Haddad, da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), secretário-executivo da organização não-governamental Ação Educativa e presidente da Associação Brasileira de ONGs (Abong), foi durante 20 anos coordenador pedagógico em uma escola noturna para jovens e adultos em São Paulo. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, relembra o que viu acontecer com seus alunos, em sua maioria emigrantes dos centros mais pobres do país. "A mudança mais expressiva e importante foi comportamental. Os alunos saíam da escola reforçados em sua auto-estima, com capacidade de argumentar e participar, sem medo de serem atores sociais. Recebíamos retornos do tipo 'agora, quando saio com meu namorado, discuto, converso', 'agora, argumento com meu patrão'. Isso é muito importante em uma cidade tão agressiva e opressiva quanto São Paulo. Uma escola deve ser participativa, com controle social dos alunos, um universo permanente de diálogo e atuação. Este tipo de escola tem impacto fundamental sobre pessoas que normalmente são tolhidas em sua condição de cidadãs."⁴⁸

As estratégias de sobrevivência

Em seu livro *Alfabetismo e Atitudes*⁴⁹, a educadora Vera Masagão Ribeiro, coordenadora de Projetos da organização não-governamental Ação Educativa e do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf), esmiúça as atitudes e estratégias de sobrevivência de um grupo de 26 entrevistados, com os quais foram realizadas mais de 70 horas de gravação, em visitas domiciliares. Durante o levantamento, feito no âmbito de uma pesquisa mais ampla, coordenada pelo Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe da Unesco para dimensionar o analfabetismo funcional em sete países latino-americanos, a pesquisadora pôde observar atentamente um grupo de indivíduos previamente classificados em quatro níveis de alfabetismo, segundo critérios internacionais. Seu objetivo era compreender como o grau de alfabetismo influenciava nas tomadas de decisão, na comunicação cotidiana e no relacionamento social e familiar.

Para entender como os pesquisados faziam (ou não faziam) uso de seus saberes no cotidiano, Vera procurou primeiramente separar os tipos de uso de escrita, leitura e cálculo numérico. Assim surgiram quatro grandes domínios, cujas informações foram cruzadas com quatro níveis de alfabetismo: baixo, médio-baixo, médio-alto e alto. Dessa forma, a pesquisadora conseguiu diferenciar as atitudes das pessoas em vários aspectos de suas vidas, conforme o grau de familiaridade que possuíam com a escrita.

1. Domínio da expressão da subjetividade

É orientado para fins não-pragmáticos. Nele, a leitura e a escrita interessam como forma de entretenimento ou de desenvolvimento pessoal, como meio de tranquilizar o espírito ou como experiência religiosa. Inclui ações voltadas para o reconhecimento e para a afirmação da própria identidade, principalmente o aperfeiçoamento da capacidade comunicativa.

⁴⁸ BARDANACHVILI, Eliane. "Para Alfabetizar, Boa Escola e Boas Condições Sociais". *Jornal do Brasil*, 03 de setembro de 2000, Rio de Janeiro.

⁴⁹ RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e Atitudes*. Ação Educativa e Editora Papirus, Campinas, 1999.

Neste domínio, os indivíduos de menor grau de alfabetismo do grupo de 26 entrevistados fazem associação com textos de poesia e religiosos; apenas os de maior grau mencionam livros, jornais e revistas. Muitos se preocupam em exercitar a escrita como forma de impedir o embotamento das próprias habilidades, revelando o limitado trânsito desses indivíduos pela cultura escrita. A formulação de cartas pessoais também é citada.

Os de nível médio-baixo costumam escrever cartas para familiares e duas mulheres registram diários pessoais. Há também a leitura de livros religiosos e de auto-ajuda.

Nos indivíduos com grau médio-alto de alfabetismo, a consciência sobre os efeitos da leitura na ampliação de horizontes culturais e na capacidade comunicativa é mais evidente.

No grupo com grau alto, a leitura e a escrita integram diversas atividades, como a correspondência com pessoas de fora do círculo familiar. Os indivíduos desse grupo também demonstram uma visão mais analítica sobre os diversos modos de ler.

2. Domínio da busca de informações e orientações

Envolve ações como localizar um endereço, ler uma bula de remédio ou fazer funcionar um aparelho. Também entra neste domínio a busca por se manter atualizado em relação a assuntos públicos.

Nas pessoas de grau baixo e médio-baixo, predomina o recurso à oralidade para buscar informações sobre problemas práticos da vida diária. Para manejar um aparelho novo, por exemplo, fazem manuseio exploratório, na base do acerto e erro, ou pedem ajuda a outros, diferentemente dos que têm grau alto, que sempre recorrem à leitura dos manuais.

Em relação às estratégias de locomoção em regiões desconhecidas da cidade, a consulta a guias só é relatada por pessoas com grau médio-alto e alto; os de nível médio-baixo valorizam o fato de poderem ler o nome dos ônibus e das estações de metrô. Já quem tem pouco alfabetismo se vale das informações de motoristas e cobradores, além de se orientar pelo senso de direção e pela memória.

A situação de busca de emprego é especialmente desafiadora para os grupos com os níveis mais baixos de alfabetismo. A maioria afirma ter conseguido emprego por meio de indicações pessoais ou anúncios na porta dos estabelecimentos, sem precisarem preencher fichas. É apenas para procurar emprego que as pessoas com grau baixo de alfabetismo recorrem aos jornais.

3. Domínio das estratégias de planejamento e controle

Vai desde o emprego de registros mnemônicos simples, formas padronizadas de registro, até a elaboração de procedimentos para transmitir informações para outras pessoas. Nesse domínio já se insinuam atitudes relacionadas à auto-instrução ou à instrução de outros.

Das pessoas com grau baixo de alfabetismo, duas declararam fazer anotações das dívidas; a maioria não precisa, dada à exigüidade do dinheiro que recebem. As pessoas de grau médio-baixo e médio-alto mantêm registros de controle de dívidas, especialmente relativas a compras a prazo. As de alto grau trabalham com agendas, nas quais registram suas dívidas e planejam atividades.

4. Domínio da aprendizagem sistemática e apropriação de novos conhecimentos

Neste domínio, tem papel decisivo a relação dos sujeitos com as formas institucionalizadas de educação.

Perguntados sobre as estratégias que utilizavam para se adaptar a um novo emprego, para aprender alguma coisa ou para ensinar algo a um colega novato, os de baixo grau afirmam que aprenderam o ofício apenas observando. Os de nível médio-baixo também usam mais a observação e valorizam a capacidade de aprender "sozinho", sem instruções. Mas pessoas desse grupo também fazem cursos práticos e profissionalizantes (cortador, atendente de enfermagem, modelador etc.). Nos grupos com grau médio-alto e alto, menções a cursos são mais freqüentes.

Flagrantes de sobrevivência: os quatro graus de alfabetismo

1. Grau baixo

Neste nível, o principal instrumento de comunicação, aprendizagem e informação é a oralidade, e tem como base o saber prático, a observação e a experimentação. O grau de instrução varia de nenhuma escolaridade até as séries intermediárias do ensino fundamental. No trabalho, não são exigidas muitas habilidades de leitura ou de matemática. Os mais jovens desse grupo não percebem que suas oportunidades profissionais estão restringidas pelo grau de alfabetismo. No grupo havia um folguista (que cobre folgas de porteiros e faxineiros), uma lavadeira, uma cozinheira, uma empregada doméstica, um pedreiro, um estampador e duas donas de casa, sendo que uma delas faz também vendas em domicílio.

Quase todos são filhos de pais sem escolaridade, e suas lembranças de leitura e escrita no ambiente familiar são escassas, tratadas como eventos extraordinários. Esse grupo apresenta dificuldade em perguntar e esclarecer dúvidas por falta de autoconfiança.

Exemplos de nível 1 de alfabetismo

Floricélia, lavadeira, 41 anos, gosta de ler livros espíritas e a Bíblia, que considera de fácil leitura e que pode ser lida um pouco de cada vez. Cita Jorge Amado e Castro Alves como autores e diz que consegue ler algum livro que foi adaptado para a televisão, de vez em quando. Gosta de copiar receitas, embora raramente faça uso delas depois; servem mais para treinar a escrita.

Rosemeire, 29 anos, empregada doméstica, já trabalhou como cabeleireira em um salão. Declara ter muito prazer em folhear revistas de moda em busca de figuras bonitas e tenta ler algum título. Gosta de copiar o próprio nome para treinar sua assinatura. Usa a seguinte estratégia de registro: "Tem produtos [para cabelo] que às vezes eu não entendo direito; tem uns produtos meio fortes. Então, eu coloco uma letrinha pra não me confundir, dou uma marcação neles pra não fazer confusão".

Manuel lê a Bíblia e é o único do grupo que considera a imprensa escrita mais confiável que a televisão. Todos os demais desse nível de alfabetismo acham que a televisão é mais confiável do que jornais e revistas.

Sebastião, pedreiro, acredita que a TV é mais fidedigna por ter de "mostrar os fatos" e por ter um público maior. Suas anotações são simples, de preços e quantidades de materiais necessários à realização do serviço prestado.

Wellington, 39 anos, cursando a quinta série do ensino fundamental noturno, é estampador. Declara que aprendeu o ofício apenas observando e não tem interesse por leitura, embora leia sobre futebol e música. Lembra-se de, recentemente, ter copiado a letra de um samba-enredo da escola de samba que frequenta. Se pudesse, faria curso de inglês, para entender as letras das músicas que aprecia.

2. Grau médio-baixo

Nesse grupo há uma exigência profissional um pouco maior em relação à capacidade comunicativa, ainda centrada na oralidade. No grupo estudado havia uma balconista, uma vendedora em domicílio, a proprietária de uma pequena lanchonete, uma garçonete, uma cozinheira escolar, dois vigilantes de empresa e um operário. Precisam demonstrar desembaraço diante do público e realizar registros por escrito, ainda que simples. A leitura aparece fora de atividades voltadas para o trabalho, sobretudo de livros de auto-ajuda, religiosos e didáticos. O contato com matemática se restringe ao controle do orçamento doméstico. A escolaridade é variável, desde nenhuma até o primeiro ano do ensino médio. Destaca-se no grupo um grande esforço para superar barreiras sociais e conseguir uma posição econômica melhor. Embora tenham demonstrado no teste um desempenho mais alto que os componentes do grupo anterior, estes se percebem mais fortemente limitados.

Esse grupo costuma manter registros mais ou menos sistemáticos de suas contas, conferindo extratos bancários e crediário. Nesse grupo também é freqüente a estratégia de evocar conhecimentos prévios para compensar a dificuldade de extrair informação de um texto.

Exemplos de nível 2 de alfabetismo

Rubens trabalha como cortador numa confecção. Fez um curso de riscador e cortador no Senai que o introduziu na profissão. Lê jornal com certa freqüência e é conhecido na empresa em que trabalha como "Senhor Sindicato", pois vai sempre à entidade buscar jornais e informações. Gosta de escrever para "enxergar outras coisas, muitas coisas que eu não passo pras pessoas naquele momento porque não sai na hora". Usa a escrita, às vezes, como uma espécie de "arma oral": "É uma palavra que eu já usei umas cinco vezes, e as pessoas pararam pra pensar. É assim: 'Vencedor não é aquele que vence o fraco e sim aquele que ajuda o fraco a vencer', certo? Então, eu li e aprendi essa palavra e já combati gente só com essa palavra".

José Roberto, vigilante, cursou até a primeira série do ensino médio e já trabalhou numa fábrica de eletrodomésticos. Não lê nada, mas precisa escrever constantemente, preenchendo um registro de forma padronizada: "Tem umas folhas em que eu tenho que marcar o horário que o pessoal sai, o horário que a pessoa entra. Tudo isso aí, tenho que escrever. Então, escrevo demais". Fez alguns cursos de treinamento na empresa.

3. Grau médio-alto

Este nível inclui pessoas cujas habilidades de alfabetismo são mobilizadas também fora do universo do trabalho, principalmente no ambiente familiar, com o objetivo de lazer, educação dos filhos e autoformação. Exercem profissões mais especializadas, que exigem aprendizagem técnica ou contato mais próximo com consumidores. Havia no grupo um taxista autônomo, uma secretária, um dono de lanchonete aposentado e outro, também aposentado, que estuda abrir o próprio negócio. Das sete pessoas, três têm o ensino fundamental completo e as outras o fundamental incompleto. Todas realizaram algum tipo de curso de qualificação profissional ou desenvolvimento pessoal.

Exemplos de nível 3 de alfabetismo

Juarez, taxista, lê jornais diariamente para ter assunto com os passageiros. Não gosta de escrever nem precisa, mas como subcoordenador do ponto de táxi em que trabalha, foi encarregado de escrever o estatuto. Antes trabalhava como ferramenteiro e fez vários cursos. Nos meses anteriores à pesquisa, Juarez buscara mais informações sobre uma doença que teve; a partir desse problema de saúde, descobriu que gosta de ler matérias médicas em jornais.

Antônio, recepcionista, tem apenas um ano de estudo formal. Controla a contabilidade de uma pequena lanchonete que adquiriu recentemente. Também ajuda na tesouraria da igreja. "Certamente eles pensaram que eu tinha leitura, né? E eu também não dizia que não. Fazia de conta que sabia, eu me virava, escrevia tudo, colocava direitinho. Nunca disse que isso não faço porque minha leitura não dá." Evidenciando preocupação com o vocabulário reduzido, revelou para a entrevistadora: "Eu precisava muito de palavras. Quem não chegou a grau tem o vocabulário muito pobre. Nos cursos, eu sugava muito mais o vocabulário do que a própria escrita. Porque, do contato com aqueles que eram formados, eu tirava muito proveito".

Roberto, contador, usa muito a escrita em seu trabalho. Fez cursos de especialização e outros visando o desenvolvimento pessoal, como um sobre fotografia, outro sobre pintura e, ainda, um sobre controle da mente. Gosta de anotar e guardar recortes de jornais.

4. Grau alto

Os integrantes desse grupo exercem atividades ou têm seus interesses mobilizados pela escrita. Lêem jornais, livros e revistas de diferentes áreas de interesse. Uma é operadora de telemarketing e cursa o primeiro ano de pedagogia; outra é professora de educação física numa escola municipal e noutra particular; outro é fotógrafo e trabalha há 20 anos numa grande editora. Todos do grupo estão inseridos em contextos nos quais sentem necessidade de se atualizar continuamente. Possuem muitos livros em casa

e são mais constantemente convidados a falar em público. O trato com a informação numérica também não apresenta dificuldade. Os salários e a classe social dos indivíduos desse grupo são inferiores aos de algumas pessoas do grupo anterior.

Exemplos de nível 4 de alfabetismo

Fátima, professora de educação física, se corresponde com pessoas de outros países e com profissionais de sua área. Sobre o uso dos meios de comunicação, "acho superimportante estar me inteirando com o mundo, com a sociedade em si, estar recebendo informações e passando também para outras pessoas". Faz questão de registrar por escrito as experiências que vivencia em sala de aula, a fim de aperfeiçoar seu trabalho docente. "É para depois poder estar fazendo uma auto-avaliação, porque senão a gente estagna, pára no tempo." Fez diversos cursos de atualização na área de educação física, datilografia e inglês. Mesmo depois de saber operar um eletrodoméstico novo, gosta de continuar lendo o manual para usufruir mais recursos.

Andréia, operadora de telemarketing, usa intensamente a escrita como meio de trabalho. Gosta de anotar tudo o que acontece durante as conversas com os clientes, mesmo detalhes aparentemente irrelevantes que outros não registrariam, pois numa próxima oportunidade podem ser fonte para algum comentário que demonstre uma atenção especial.

Olíbio, fotógrafo, não concluiu o ensino fundamental e trabalha há 20 anos numa grande editora. Gosta de livros da filosofia Seicho-no-iê, biografias de pessoas bem-sucedidas, a história de empresas de sucesso, o *Guinness Book* e a revista *Seleções*, além de livros sobre fotografia e artes gráficas. Sobre suas estratégias de controle e planejamento financeiro, declara: "Faço um pré-cálculo; sempre arredondo tudo pra uma questão de acerto. (...) Tenho os canhotos todos controlados e vou dando baixa. Aí é que entra aquele lance da agenda; eu levo dentro tudo marcado certinho e faço um cálculo superficial, quando é de cabeça, pra saber se posso fazer um negócio". Tem costume de freqüentar feiras e exposições de artes gráficas e fotografia. Era montador de fotolito e gravador e sente necessidade de se atualizar com a introdução da informática no ramo gráfico: "Vou apanhar, porque no início vai ser um burro olhando pro castelo, mas depois..." Comprou um computador pensando em, mais pra frente, trabalhar por conta própria e introduzir os filhos em seu ofício. Interessa-se por equipamentos eletrônicos e seus manuais. Olíbio traz um depoimento muito interessante sobre pessoas como ele, que aprenderam "na vida", enquanto trabalhavam: "O cara prático fica preguiçoso, porque normalmente ele lê com uma certa má vontade, porque ele sabe que vai encontrar muita coisa que ele sabe e às vezes ele quer até pensar, por uma questão de comodismo, que já sabe quase tudo o que vai ler. Era legal se o cara pensasse 'eu vou ler isso aqui, eu vou degustar', porque, mesmo que você saiba tudo, ou quase tudo, alguma coisinha faz você mudar pelo menos o jeito de fazer, algum proveito traz".

Como avaliar o grau de alfabetismo numa empresa

O nível de alfabetismo funcional pode ser visto tanto como causa quanto como consequência da competitividade de uma empresa. Na indústria, perde-se matéria-prima porque algum funcionário, em determinada etapa do processo, não leu ou não soube interpretar corretamente as instruções de transporte ou estocagem. Perde-se tempo e capital preciosos decorrentes de quebra de equipamento, reposição de peças danificadas, dificuldades de adaptação a novos processos, além do baixo índice de aproveitamento nos cursos de capacitação. Em outros ramos de atividade econômica também são inúmeras as perdas provocadas pelo letramento precário dos empregados. De um engano miúdo no troco à contagem incorreta do estoque, o comércio, a agricultura e o setor de serviços também registram perdas significativas.

É difícil mensurar essas perdas, mas estima-se que por conta do alfabetismo precário nas empresas perde-se uma cifra entre US\$ 6 bilhões e US\$ 10 bilhões por ano. Essa estimativa foi feita pelo professor Daniel Augusto Moreira, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP) a partir de estudo feito em conjunto pela National Alliance of Business e pelo National Institute of Literacy dos Estados Unidos. O cálculo considera a proporcionalidade do PIB entre os dois países.

Com o objetivo de oferecer aos empresários brasileiros um instrumento que pudesse avaliar o grau de alfabetismo funcional nas empresas, primeiro passo para realizar ações de melhoria no nível de compreensão de leitura, escrita e cálculo da força de trabalho, o Instituto Paulo Montenegro desenvolveu o Inaf Empresarial. Concebido pelos professores Daniel Augusto Moreira e Geraldo Prado Galhano Jr., o Inaf Empresarial apresenta questões de três tipos: textos em prosa, textos esquemáticos e textos com informações numéricas. Por prosa entendem-se matérias veiculadas na mídia, mensagens escritas, relatórios, e-mails, memorandos, instruções de serviço; os textos esquemáticos são tabelas, gráficos e esquemas; os textos com informações numéricas trazem orçamentos, cálculos e planilhas.

O instrumento é um teste de 28 questões divididas em quatro níveis de dificuldade, que permitem avaliar o grau de alfabetismo funcional dos funcionários em cinco ramos industriais: siderúrgico, automobilístico, petroquímico, de alimentação e de papel e celulose. O teste, que tem duração aproximada de 1h30, solicita diversos tipos de operações mentais, tais como ler uma questão e entender o que se pede, localizar informações e realizar operações de soma, subtração, multiplicação e divisão. Além disso, avalia a capacidade de redigir um texto referente ao universo de trabalho conhecido. "Não pediremos a ninguém para interpretar uma poesia de Cecília Meireles", fazem questão de declarar os autores do teste. As questões são referentes a anúncios de vaga interna, compreensão de gráficos, análise de um texto sobre participação das mulheres na indústria etc. Completam o teste oito questões específicas para os cinco setores industriais para os quais ele foi concebido.

Um levantamento desse tipo pretende avaliar o nível de competência que os funcionários de uma empresa possuem nas chamadas habilidades básicas no ambiente de trabalho, resumidas a seguir:

- Alfabetização em prosa, documentos e cálculo.
- Comunicação efetiva na língua do país.
- Capacidade de prender, entender e aplicar inferências e análises.
- Saber pensar criticamente, avaliar consequências e agir para resolver problemas.

- Usar tecnologias, ferramentas e sistemas de informação.
- Desenvolver uma atitude positiva em relação às mudanças de processo e de instrumentos de trabalho.
- Ter vontade e habilidade para aprender ao longo da vida.
- Revelar capacidade para receber treinamento técnico.

O Inaf Empresarial será disponibilizado gratuitamente, mediante cadastramento e assinatura de um termo de compromisso que inclui garantia de sigilo e o compromisso por parte da empresa de enviar o levantamento realizado ao Instituto Paulo Montenegro, que desse modo poderá aperfeiçoar o instrumental, ampliando-o para outros setores da economia. O cadastramento, as orientações de aplicação e o envio do teste se darão por meio de comunicação enviada ao endereço eletrônico ipm@ibope.com.br.

Demitir, um péssimo negócio

Para Fabio Montenegro, diretor-executivo do Instituto Paulo Montenegro, o Inaf Empresarial surge como um divisor de águas nos esforços para aumentar a competitividade das empresas brasileiras. "Esta é uma previsão que deve se tornar realidade à medida que nossas lideranças empresariais se derem conta de quão danosos são os déficits de leitura, escrita e cálculo para seus negócios. Ao tomar conhecimento de que o problema do analfabetismo funcional existe, de que ele pode estar minando parte de seus esforços para competir, os empresários sensibilizados irão atrás de formas para diagnosticar o problema e buscar soluções", afirma Montenegro, um dos principais responsáveis por trazer o tema do analfabetismo funcional para o centro das discussões.

Adiante-se, aqui, para evitar sobressaltos, que uma auditoria como esta deve trazer à tona a constatação de que há muito que ser feito até uma empresa ter seus funcionários com níveis satisfatórios de letramento. Um levantamento de alfabetismo funcional realizado recentemente em uma multinacional do setor automobilístico, envolvendo 130 funcionários do setor de estampa, todos com ensino fundamental completo e 65% deles com ensino médio, revelou que apenas 21% se situava nos níveis 3 e 4 de alfabetismo, os mais elevados. Sendo esta uma empresa localizada na região Sudeste do país, que apresenta níveis mais elevados de alfabetismo, além de ser uma multinacional, operando com tecnologia de ponta, é possível inferir que os índices de baixo letramento tendem a ser mais elevados em outras atividades econômicas, que usam mão-de-obra menos qualificada.

Uma auditoria de alfabetismo funcional pode sugerir, inicialmente, que a solução mais prática seria demitir os funcionários que não se saíram bem, trocando-os por outros mais qualificados. "Seria um péssimo negócio", adverte Fabio Montenegro, justificando: "De acordo com o Inaf, apenas 26% dos brasileiros dominam a leitura e a escrita. Assim, primeiramente seria difícil para este empresário conseguir repor a mão-de-obra considerada pouco qualificada. Além disso, o analfabeto funcional, após um pequeno investimento para que ele adquira habilidades de leitura, escrita e cálculo, vai se tornar mais produtivo, ficar menos à mercê de acidentes de trabalho, melhorará sua auto-estima e contribuirá, de fato, para a empresa se tornar mais competitiva. Se a empresa optar pela demissão, sua imagem ficará arranhada no mercado. Os funcionários que permanecerem se sentirão inseguros e serão mais infelizes. Os que forem contratados para substituir os demitidos, idem. Sem pensar nos custos para colocar os novos funcionários no patamar de entrosamento em que estavam os demitidos."

Diagnóstico feito, é hora de investir em cursos de alfabetização na própria empresa, de preferência usando materiais de aprendizagem e temas que sejam familiares aos funcionários. E deve-se adotar um forte senso de perspectiva antes de cobrar resultados rápidos. Enquanto alunos recém-saídos do ensino médio precisam de 30 a 50 horas para absorver novos conhecimentos, pessoas com menor convívio com a situação de aprendizagem necessitam de 100 a 120 horas para dominar o mesmo conteúdo⁵⁰.

Para o especialista Larry Mickulecky, é preciso que se adote um senso de perspectiva para se avaliar essas 120 horas mínimas de aprendizagem por ano nas empresas. "É uma barganha se compararmos com a média de horas que uma escola gasta para que seus alunos ganhem esse mesmo ano de aprendizagem. Além do mais, alguns programas de alfabetização funcional mais eficientes conseguem acrescentar um ano de ensino em 50 a 70 horas. Nenhum programa, no entanto, pode elevar o nível de alfabetismo do patamar mais baixo aos parâmetros de uma educação secundária em 20, 30 ou até 50 horas. Isso é importante, porque na maioria das empresas os programas de treinamento duram em média menos de 30 horas."

⁵⁰ MICKULECKY, Larry; LLOYD, Paul. *The Impact of Workplace Literacy Programs: a New Model for Evaluating the Impact of Workplace Literacy Programs*. NCAL Technical Report, Canadá, 1993.

ENTREVISTA

Mostra-Me Como Escreves e Te Direi Se a Vaga É Tua

Especialista em analfabetismo funcional, Daniel Augusto Moreira revela o que as empresas têm a ver com o problema e como devem abordá-lo.

Professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) e autor do livro *Analfabetismo Funcional: o Mal Nosso de Cada Dia*, Daniel Augusto Moreira vem estudando há anos como esse problema afeta o crescimento das empresas, especialmente num país em que grande parte da população está em níveis sofríveis de alfabetismo. Com larga experiência como consultor de empresas e do governo, Moreira enfatiza que o teste de analfabetismo funcional deveria fazer parte dos critérios de seleção nas empresas. E adverte: estão jogando dinheiro fora com cursos que não são compreendidos pelos funcionários, os quais deveriam, antes de tudo, melhorar suas habilidades básicas de ler e escrever.

Instituto Ethos — Como a alfabetização funcional pode mudar uma empresa?

Daniel Augusto Moreira — Primeiro, atuando na seleção, uma etapa fundamental. É preciso selecionar melhor usando os instrumentos de avaliação de alfabetismo funcional, testes de habilidades de comunicação, de lidar com números, com palavras. Mas só o teste de alfabetização já seria grande coisa. Segundo, deve-se fazer um mapeamento, uma auditoria de alfabetismo funcional para identificar os indivíduos cujo nível de alfabetização com não bate com a função que exercem — tanto para mais quanto para menos. Há muitos casos de subaproveitamento de pessoas, os quais precisam ser identificados rapidamente para que haja um processo de incentivo e promoção antes que se perca a mão-de-obra mais qualificada. É o caso de um assistente de torneiro mecânico que apresente um alto nível de alfabetismo. Terceiro, a seleção dos funcionários que fazem treinamento deve ter como base seu nível de alfabetização funcional atual. É preciso avaliar sempre que habilidades determinado curso exige de seus participantes, para, com base nessa avaliação, formar as turmas de aprendizagem.

Ethos — O que se deve avaliar em um teste de alfabetismo funcional?

Moreira — É preciso avaliar a proficiência em prosa de texto corrido, a habilidade numérica, ou seja, o número impregnado pelo texto, e a esquemática, que significa saber compreender gráficos, tabelas, diagramas, figuras.

Ethos — Como fazer essa avaliação?

Moreira — A matriz é complexa, pois será preciso definir questões que satisfaçam as três habilidades que se pretende avaliar, dividindo-as entre os níveis de letramento, que podem ser quatro. O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf)⁵¹, por exemplo, usa como critério de classificação a divisão por quartis: separa pelos quatro níveis os 25% melhores, os 25% seguintes, até os piores. Então, será necessário montar as questões dentro dessa matriz, considerando que o teste não deve exigir mais do que uma hora, uma hora e quinze minutos.

Ethos — Como se aplica um teste de alfabetismo funcional numa empresa?

Moreira — Há uma grande diferença entre aplicar esse teste na população em geral e numa empresa. O teste nesse caso não pode ser muito demorado, para não se alterar a rotina de trabalho. A aplicação deve ser feita em grupos de funcionários, pois não é econômico para um RH fazer testes individuais.

Ethos — Que informação nova um teste de alfabetismo funcional pode trazer?

Moreira — O empresário se interessa por esse instrumento principalmente para medir os níveis de alfabetismo dos ocupantes de cargos de supervisão, a maioria deles supostamente com nível secundário. As deficiências que houver ficarão claras.

Ethos — Como as empresas costumam reagir às deficiências de alfabetismo?

Moreira — Não há uma tendência definida quanto ao comportamento das empresas. Haverá as que investirão na melhoria de seus funcionários e as que tentarão trocar aqueles que apresentam problemas nessa área por outros. O que deve acontecer é que, com o tempo, o teste de alfabetismo funcional passe a fazer parte do processo de seleção de funcionários. Talvez seja até possível dispensar todos os outros tipos de teste, ficando apenas com o de alfabetismo funcional, além de entrevistas para verificar o comportamento emocional.

Ethos — Esse tipo de teste costuma provocar reação entre os funcionários?

Moreira — Aplicar o teste de alfabetismo funcional numa empresa não é fácil, pois causa uma grande tensão entre os funcionários. Há o medo do desemprego, o receio da perda de eficácia... A primeira tentativa que acompanhei de realização desse teste no Brasil consumiu mais de um ano de negociações com os funcionários e com o sindicato.

Ethos — Como age um funcionário com problemas de alfabetismo?

Moreira — Todos procuram justificativas, ninguém quer confessar que não sabe. Repare nessas entrevistas de televisão: quando um repórter pergunta se o indivíduo conhece tal palavra, ele costuma repeti-la, como se aquilo trouxesse a resposta que, na maioria das vezes, ele não tem. Nas empresas acontece a mesma coisa. Alguém recebe uma ordem de procedimento por computador, não entende e chama um amigo para ajudar, muitas vezes alguém mais jovem, que tem mais intimidade com o equipamento. Há o estabelecimento de pequenos segredos, cumplicidades, mentiras.

Ethos — Que tipo de prejuízo esse funcionário pode acarretar?

Moreira — Além de o próprio funcionário ser o principal prejudicado, a empresa sofre por conta de vários fatores: retrabalho, acidentes, aumento do custo de manutenção das máquinas, perda de matéria-prima, expedição errada, tudo o que pode ocorrer pela falta de compreensão de instruções escritas — e muitas vezes orais também, pois quem tem dificuldade com a linguagem escrita costuma ter dificuldades com a comunicação oral.

Ethos — O problema está na qualidade da educação que o funcionário recebeu, não?

Moreira — Com certeza, a questão começa bem antes de o funcionário estar empregado. Há uma pesquisa recente feita

entre ingressantes de uma faculdade de administração privada em São Paulo, que tinham em média 23,6 anos de idade — o que já representa atraso escolar, pois deveriam estar com 17 ou 18 anos. Dos 160 alunos pesquisados, 90% não passaram do primeiro nível de letramento. Não sabiam ler gráficos e não conseguiram entender uma reportagem de economia de uma revista semanal.

Ethos — O senhor alerta em seu livro que se perde muito dinheiro em cursos de treinamento por não se avaliar primeiro a capacidade de compreensão do funcionário. Como melhorar a eficácia do treinamento?

Moreira — Com pessoas que têm nível 1 ou 2 de letramento é muito difícil que algum tipo de treinamento mais especializado funcione. Esses profissionais precisam, antes de tudo, melhorar seu entendimento da língua. Muitos treinamentos não dão resultado por conta do grau de alfabetismo dos funcionários, se bem que as empresas geralmente investem em cursos apenas para os executivos mais graduados, ou seja, mais bem preparados. A International Adults Literacy Survey, que é a principal pesquisa sobre esse assunto no mundo, revela claramente esse lado perverso: recebe apoio da empresa aquele que teria mais condições de montar ele próprio seu cardápio de aprendizagem. Infelizmente, no Brasil quase só existem cursos fragmentados, como aqueles programas de treinamento de 100 horas para melhorar habilidades. Não há programas de formação.

Ethos — Que conselho o senhor daria nesse sentido a um empresário ou gerente de recursos humanos?

Moreira — Eu aconselharia os departamentos de recursos humanos a oferecer um cardápio de atitudes, um conjunto de ações, e não mirar uma coisa só. Como é um investimento de longo prazo, muitos bons profissionais de recursos humanos se vêem de mãos atadas por não disporem de recursos suficientes. O empresário tem lá seus índices na cabeça, seu faturamento por funcionário, taxas de retorno etc., que são como "monstrinhos" que precisam ser alimentados.

Ethos — E os resultados aparecem?

Moreira — Com o tempo, vai se aprendendo a selecionar melhor, a qualificar melhor a mão-de-obra, a dar cursos de habilidades em vários níveis, a cada três ou quatro anos, repetindo as medições de alfabetismo e de habilidades. É um processo longo, para que haja um crescimento seguro. É como plantar azeitona: começa-se agora para se colher daqui a 15 anos.

⁵¹ O Inaf foi desenvolvido pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa para medir o alfabetismo da população adulta em todo o Brasil.

CAPÍTULO V

Histórias de um Professor Exemplar

"A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas, se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer."

Paulo Freire

Paulo Freire é, seguramente, o brasileiro mais reconhecido na área da educação, justamente por sua contribuição ao ensino de jovens e adultos. Para esse educador, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, exilado político em 1964, "espalhador" de experiências pedagógicas em diversos países africanos e latino-americanos e professor convidado de universidades de grande prestígio, a "leitura do mundo" vem sempre antes da leitura da palavra; logo, a posterior leitura desta não pode prescindir da continuidade da leitura que todos já fazem do mundo em que vivem. Ou seja, a linguagem está presa à realidade, e esta se prende dinamicamente à linguagem. Portanto, em vez de alfabetizar adultos com frases sem sentido para eles, como "vovô viu a uva", é melhor empregar palavras que façam sentido e tenham referência ao universo de quem aprende.

Reconhecer a aprendizagem como um movimento dinâmico é um dos aspectos centrais do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire. Daí ele sempre ter insistido em que as palavras utilizadas para organizar o programa de alfabetização devem vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando sua real linguagem, seus anseios, suas inquietações, suas reivindicações, seus sonhos. Devem vir carregadas de significação de sua experiência existencial e não da experiência do educador. Da pesquisa do universo vocabular dos candidatos à alfabetização saíam as palavras do povo, "grávidas de mundo".⁵²

E o que seriam essas palavras "grávidas de mundo"? Peguemos um grupo formado por trabalhadores da construção civil. "Tijolo", por exemplo, é uma palavra que faz sentido para eles. "Areia", "telha", "marmita" e "água" também. Tanto quanto "fome", "dinheiro", "saúde" e "carta". Encontradas as palavras "grávidas", o nascimento se dá por meio de um simples raciocínio comparativo: assim como o nosso corpo tem pedaços, como pés, mãos ou cabeça, as palavras também estão divididas em pedaços: TI — JO — LO. E, se há o "ti", haverá o "ta". A decorrência desse simples jogo de encaixe entre vogais e consoantes gera uma gama de possibilidades de composição:

TA — TE — TI — TO — TU
JA — JE — JI — JO — JU
LA — LE — LI — LO — LU

⁵² FREIRE, Paulo. "A Importância do Ato de Ler", palestra realizada na abertura do Congresso Brasileiro de Leitura, em Campinas (SP), novembro de 1981.

Seguindo-se o método do professor Freire, dissecada a palavra, é hora de deixar que a curiosidade dos alunos faça sua parte. Para o educador, uma das melhores características que um professor pode ter é a capacidade de escutar, de não antecipar aquilo que o aluno pode estar próximo de conseguir por si mesmo. É o que outro educador importante do século XX, o bielo-russo Lev Vygotsky, chamava de zona de aprendizagem proximal, que pode ser compreendida como aquilo que temos condição de alcançar e dominar com algum esforço de aprendizagem — daí a importância do professor, pois todo o processo de conhecimento é necessariamente mediado. Seja por meio de livros ou de professores, somos seres sociais por excelência, sempre aprendemos na relação com os outros. "Na ausência do outro, o homem não se constrói homem", afirmou Vygotsky, lapidando o conceito central do que hoje se conhece como socioconstrutivismo.

Pois foi esse momento, o de observar a reação dos alunos ao segredo da escrita revelado, que Paulo Freire recordou, emocionado, numa de suas conferências após o regresso do exílio. Aconteceu em Angicos, Rio Grande do Norte, no início da experiência pioneira que não se viu estendida a todo o país por conta do golpe militar de 1964. Um aluno levantou-se e arriscou-se a dizer que conseguira formar uma "palavra": "TU JA LE", ou "tu já lê", em bom português. Mais que a estrutura básica da linguagem, o tijolo da frase, a palavra, estava ali construída a casa inteira, ou seja, a frase. Aquele "Tu já lê" mostrou de forma cristalina ao então jovem professor da Universidade Federal de Pernambuco a eficácia de seu método, posto que aquele aluno dera um passo além, usando sujeito, verbo e um advérbio de tempo. Curiosamente, para formar a frase-síntese de sua aprendizagem, o esforço em aprender a ler.

Outro exemplo de frase criada no círculo pioneiro de Angicos: "Janeiro em Angicos é duro de se viver, porque janeiro é cabra danado pra judiar de nós". Uma frase que lembra as de Guimarães Rosa.⁵³

A alfabetização, para Paulo Freire, é um ato político e um ato de conhecimento — e, por isso mesmo, um ato criador. Ele não entende o processo de alfabetização como se o professor fosse "enchendo" com suas palavras as cabeças supostamente "vazias" dos educandos. A esse tipo de postura, Freire chamou, de forma pejorativa, de educação bancária, como se os alunos fossem contas correntes em aberto, nas quais os professores "depositassem" seus conhecimentos, fórmulas, a cultura letrada, enfim⁵⁴. Pelo contrário, no modo de alfabetização criado por Paulo Freire, e chamado por muitos de método Paulo Freire, o aluno é o sujeito da aprendizagem, não sua ponta final. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa que essa ajuda deva anular a criatividade e a responsabilidade que cada um tem na construção de sua própria linguagem escrita e na leitura dessa linguagem.

Ao se lembrar de seus amigos de futebol na adolescência em Jaboatão dos Guararapes, perto do Recife — Toinho Morango, Reginaldo, Gerson Macaco, Dourado, "cedo roídos pela tuberculose" —, Paulo Freire um dia recordou: "Não apenas joguei futebol com meninos de córregos e de morros, meninos das chamadas classes menos afortunadas, mas também com eles aprendi o que significava comer pouco ou nada comer". Seu livro mais célebre, *Pedagogia do Oprimido*, escrito tanto tempo depois daquelas partidas de futebol, "teve a ver com o aprendizado jamais interrompido, que comecei a fazer naquela época — o da necessidade de transformação, de reinvenção do mundo em favor das classes oprimidas."

⁵³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Que É Método Paulo Freire*, Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

⁵⁴ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1970.

Lembranças de um professor

"Ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos." Muito tempo antes de publicar ou dizer essa frase, Paulo Freire aprendeu a praticá-la. Um dia, ainda estudante do Colégio Osvaldo Cruz, no qual fora admitido como aluno gratuito, recebe do diretor da escola, Aluizio Araújo, um convite que julgou audacioso. O diretor queria que ele assumisse as aulas de algumas turmas de português do ensino médio (na época, colegial). Instintivamente, Freire decide ensinar gramática a partir de leituras de outro Freyre (com "y"), igualmente pernambucano. Paulo sempre gostou do modo como o antropólogo Gilberto Freyre escrevia. Era uma de suas assumidas referências de estilo, a que chamou de "arredondado, sem esquinas arestosas, aconchegante". Juntando Gilberto Freyre com Machado de Assis, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e outros, o jovem professor perseguia, junto com seus primeiros alunos, "a boniteza na linguagem, oral ou escrita". Como exemplificou, sempre preferiu um "ela vinha se aproximando" a "ela vinha aproximando-se".

Paulo Freire desde cedo se preocupou com a questão estética da linguagem, tratando de arrancar-lhe as gramatiquices, as cracas de um estilo de saber empinado e empertigado moldado pela escola jesuítica e jamais questionado em profundidade, até o surgimento do movimento Escola Nova, na década de 30. Ele gostava de lembrar que havia sido alfabetizado por sua mãe no chão de terra de seu quintal, "à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz".

Coincidentemente, na mesma época em que educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo propunham reformas radicais na forma como o ensino público era gerido no país até então, aquele estudante ainda assustado com suas novas responsabilidades, experimentava suas primeiras liberdades em sala de aula. Décadas mais tarde, seria ele quem levantaria novamente a questão da pertinência do saber, tão cara aos adeptos do movimento Nova Escola, politizando-a em conformidade com a época de fortes embates ideológicos, que tinha como pano de fundo a Guerra Fria, até, afinal, ser tragado pela reação que se sucedeu à deposição de João Goulart.

No Colégio Osvaldo Cruz, no Recife, diante de um grupo de adolescentes pernambucanos de classe média, Paulo Freire experimentou suas idéias. Uma delas, a de que ética e estética fazem parte de um mesmo conjunto de linguagem. E cada pessoa tem a suprema liberdade de conceber a própria linguagem. Assim, destacando frases de seus alunos que lembravam estilos consagrados, como o de um José Lins do Rego ou o de um Graciliano Ramos, encaixava colocações pronominais, crases, a sintaxe do verbo "haver", o infinitivo pessoal. E o gerúndio... pois foi nessas primeiras aulas no Colégio Osvaldo Cruz que Paulo Freire perceberia a validade de outra frase que escreveria anos mais tarde, e que ficou igualmente famosa: "O mundo não é, o mundo está sendo". A vida vista como um eterno gerúndio.

O resultado de aprender gramática dessa forma foi que a classe passou a escrever mais e a gostar de ler. Isso porque os estudantes passaram a ver no estudo da língua um meio de libertação da criatividade, do risco, e não um "espantinho à aventura intelectual", cheio de "não podes", "não faça assim". Não que o professor novato negasse a gramática, mas acreditou que pudesse superá-la, colocando-a a serviço da capacidade de ler o mundo, de interpretar as coisas ao redor — a língua, escrita ou falada, vista como uma ferramenta de mudança de mundo, por meio da conscientização.

CAPÍTULO VI

Coréia do Sul e Cuba: Duas Experiências Bem-Sucedidas no Combate ao Analfabetismo

"Neste mundo novo, a sobrevivência econômica está ligada, como jamais esteve, à competência da mão-de-obra e até dos consumidores — portanto, de populações inteiras. A educação fundamental — quer dizer, o ensino universalizado e eficaz do idioma, da matemática, das ciências — virou condição prevalente do desenvolvimento econômico."

Sérgio Costa Ribeiro, físico brasileiro

Combater o analfabetismo é uma questão de Estado, primordialmente. A execução de políticas públicas voltadas especificamente para a educação de jovens e adultos que aliem adequação pedagógica, investimentos suficientes para oferecer boa remuneração e formação aos professores, além do compromisso político de continuidade ao longo de anos ou décadas, consegue reverter quadros crônicos de analfabetismo. Examinaremos neste capítulo duas experiências tão díspares em suas opções ideológicas quanto eficientes para atingir seus objetivos.

Antes de suas ações pela melhoria do nível educacional de sua população, a socialista Cuba e a capitalista Coreia do Sul apresentavam situação semelhante. Na ilha do Caribe, no final dos anos 50, quando os guerrilheiros comandados por Fidel Castro desceram das *sierras* e conquistaram o poder, depondo o ditador Fulgencio Batista, um em cada três cubanos estava fora do mundo da escrita. Na Coreia do Sul a situação era ainda pior: 35% de analfabetos e a península traumatizada pela guerra civil com os norte-coreanos, que deixara mais de 1 milhão de mortos, sem contar o desastre social e econômico da década anterior, quando a Coreia esteve sob domínio do exército japonês durante a II Guerra Mundial.

Partindo desse quadro de atraso histórico, deu-se o milagre da educação: no espaço de duas gerações, a partir do início da década de 60, os dois países erradicaram o analfabetismo, expandiram a educação primária e secundária para o conjunto da população e colocaram parcelas significativas dos filhos de antigos cidadãos analfabetos nas faculdades. São duas experiências que deram certo por levarem em conta as singularidades sociais e culturais de cada povo, e a simples transferência desses processos bem-sucedidos para outros países não seria possível.

No entanto, as duas lições nacionais, como veremos, podem trazer algumas reflexões úteis para a nossa realidade. Como a de que é necessário investir em educação para superar o atraso econômico e tecnológico. Ou a de que não há milagres em educação, levando-se em conta o tempo que estudantes coreanos e cubanos ficam nas escolas. São transformações de longo prazo, que passam necessariamente por muitas horas de estudo, durante muitos anos, tendo à frente das turmas profissionais valorizados e bem preparados.

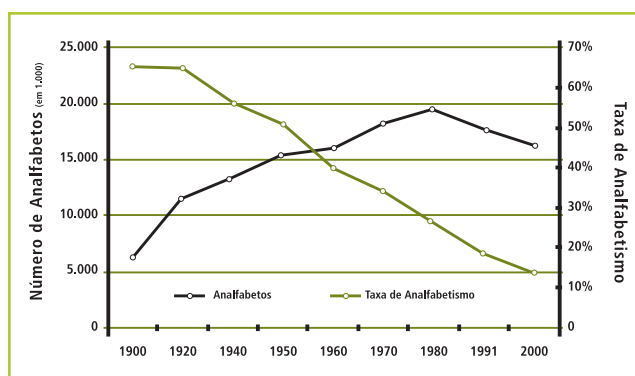
Cuba: uma campanha que deu certo

Analizando o estudo comparativo realizado em 1997 pelo Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de Calidad de la Educación (Llece) entre 13 países latino-americanos, o economista Cláudio de Moura Castro, consultor de educação para o Banco Mundial, concluía, após uma rápida visita a algumas escolas cubanas: "Gostemos ou não, a educação de Cuba é a melhor da América Latina." No curioso artigo "Escolas Feias, Escolas Boas?"⁵⁵, escrito em 1999, após criticar levemente o convencionalismo do ensino e o estado precário de conservação das escolas, Moura Castro, mesmo fazendo parte dos que "não gostam" de Cuba, alinha algumas boas razões para o sucesso educacional do país: classes pequenas, professores motivados e com grande carga horária para preparação de aulas, sistema de pagamento aos docentes por mérito, tradição de planejamento coletivo de atividades e longa permanência dos alunos na escola, nas quais são bem alimentados e incentivados a praticar atividades físicas e a cuidar da saúde.

A ênfase que a Revolução Cubana deu à melhoria da educação no país tem início muitos anos antes da tomada de poder, em 1959. Escondidos em Sierra Maestra, Sierra Cristal e Escambray, os guerrilheiros cubanos começaram a alfabetização de camponeses nessas regiões, que já estavam fora do domínio do governo de Batista. Após a conquista do poder, aproveitando-se da decretação de 1961 como o Ano da Educação, Fidel Castro anunciou na Assembléia Geral das Nações Unidas que ainda naquele ano Cuba eliminaria o analfabetismo. Era uma meta extremamente ambiciosa, pois o censo de 1953 registrara que 23% da população cubana eram analfabetos. Em 1959 havia 2 milhões de analfabetos e semi-analfabetos em uma população de 6 milhões, 600 mil crianças estavam sem escola e o número de estudantes matriculados não passava de 800 mil. Os professores eram 20 mil.⁵⁶ Após o encerramento da campanha, em 22 de dezembro de 1961, o analfabetismo no país estava reduzido a 3,9% da população. Em contas redondas, o número de analfabetos caiu de 6 milhões para 230 mil. Como isso foi possível?

O sucesso da campanha de alfabetização em Cuba traz, também, outra pergunta: por que as dezenas de campanhas para erradicar o analfabetismo no Brasil falharam? Se acompanharmos a taxa de analfabetismo brasileira ao longo de século XX, veremos que ela segue uma queda relativamente constante (*veja gráfico ao lado*). De 1920, quando 65% da população brasileira era composta por analfabetos, ao final do século XX, quando essa taxa foi reduzida para 13%, foram lançadas oito campanhas nacionais de alfabetização, além do Movimento de Educação de Base, vinculado à Igreja Católica, criado em 1961. Houve uma ligeira queda na década de 50, decorrente do impacto provocado pela primeira campanha, lançada em 1947 no governo de Eurico Gaspar Dutra. E só. As demais não deixaram marca sensível no processo aparentemente inexorável de queda contínua desses índices, da campanha prevista pelo governo João Goulart a partir do método Paulo Freire, abortada pelo golpe militar de 1964, à recente experiência de parcerias com a sociedade civil e as universidades feita pelo Programa Alfabetização Solidária, do governo Fernando Henrique Cardoso, passando pelo Mobral da época militar. No Brasil, campanha de alfabetização nunca deu certo. Onde Cuba acertou?

Analfabetismo no Brasil — 1900-2000



Fonte: IBGE

⁵⁵ CASTRO, Cláudio de Moura. "Escolas Feias, Escolas Boas?". Revista *Ensaio*, nº. 25, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 1999.

⁵⁶ LÓPEZ, Pedro Meluzá. "Cuba: um Mestre para Cada 42 Habitantes". In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Havana, 2000.

A pesquisa do vocabulário

Primeiramente, é necessário observar a situação especial vivida por Cuba, a qual passou por um processo revolucionário que culminaria com a tomada do poder por um grupo de guerrilheiros fortemente amparados pelo apoio popular. Os "exércitos de alfabetizadores populares" que surgiram de uma hora para outra eram reflexo do entusiasmo despertado pela Revolução Cubana, tanto no país quanto entre os movimentos de esquerda em todo o mundo, especialmente os latino-americanos. Aproximadamente 15 países tiveram algum tipo de participação no Ano da Educação, enviando desde professores até milhares de lamparinas a gás, como fez a China, instrumento essencial para as zonas rurais. Cuba no ano de 1961 transformou-se numa frenética escola.

Mas apenas o processo revolucionário não explicaria o sucesso educacional cubano, pois outros grupos sob a mesma ideologia socialista ganharam o poder em outros países e não obtiveram o mesmo resultado. Há, portanto, um conjunto de fatores para explicar o sucesso da campanha feita em Cuba no início dos anos 60.

Após os conselhos municipais e provinciais de alfabetização terem realizado o censo dos analfabetos, o governo veiculou na imprensa, no rádio e na televisão, seguidamente, o objetivo da campanha: terminar aquele ano de 1961 "sem um único cubano analfabeto".

Um poderoso instrumento de transformação foi o material didático, que se revelou coerente com a realidade social e política do país e foi embasado por pesquisa prévia de vocabulário. Celso de Rui Beisiegel, da Faculdade de Educação da USP⁵⁷, conta que no ano anterior à campanha foi feita uma apurada pesquisa sobre o universo vocabular dos analfabetos, a qual serviu para a elaboração de uma cartilha chamada *Venceremos*, de maneira semelhante ao que se fazia na mesma época no Nordeste brasileiro, com o Movimento de Cultura Popular de Pernambuco. A cartilha cubana contemplava tanto as características sociais do analfabeto quanto os aspectos político-ideológicos, usando um método baseado na graduação das dificuldades e na repetição, para que ocorresse a fixação do conteúdo. Curiosamente, os cubanos só foram tomar conhecimento do trabalho de Paulo Freire a partir da década de 80, embora empregassem o mesmo método de alfabetização.

Em 14 lições, sempre iniciadas com uma fotografia, a cartilha *Venceremos*, juntamente com o manual do professor, *Alfabetícemos*, seguia os "temas de orientação revolucionária" dentro de um contexto altamente politizado marcado pela Guerra Fria. O objetivo dessa política pública educacional era aumentar a base de apoio ao novo governo, agregando ao processo político aquela terça parte do povo cubano que estava à margem das discussões por conta de falhas no alfabetismo.

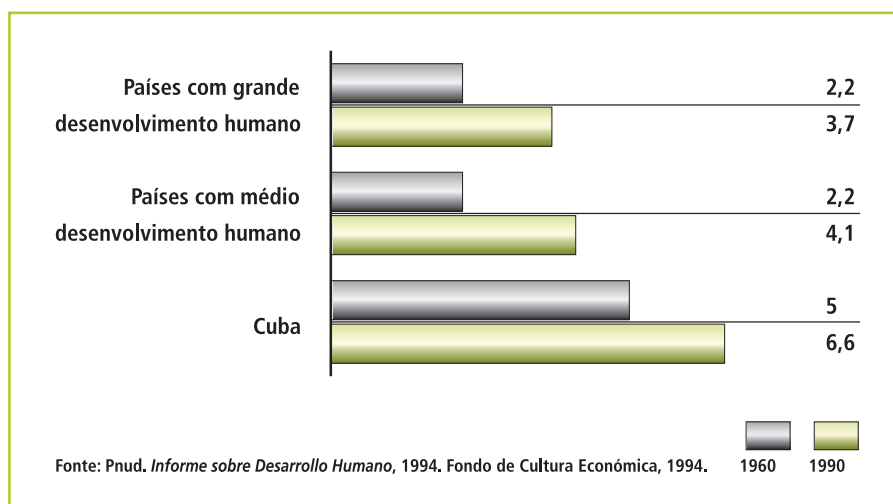
Outro motivo do êxito educacional cubano foi o cuidado com a pós-alfabetização. Os comitês de educação não foram desmobilizados, passando, numa segunda fase da campanha, a atuar na melhoria dos níveis de leitura e na fixação das habilidades adquiridas. Logo após a campanha tiveram início os programas chamados *Superación Obrera para los Adultos Subescolarizados*, cujo objetivo era combater o analfabetismo funcional. Vale lembrar que, entre os analfabetos brasileiros, um em cada três já esteve na escola e retornou à condição de analfabeto por falta de estímulo e políticas educacionais para o período de pós-alfabetização.

⁵⁷ BEISIEGEL, Celso de. "Alfabetização de Jovens e Adultos: Desafios do Século 21". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 84, Brasília, 2003.

O ensino em Cuba é obrigatório até os 18 anos. A ilha tem hoje um professor para cada 42 habitantes, enquanto a média mundial é de um professor para cada 79 habitantes, e 13 alunos para cada professor, contra a média mundial, segundo a Unesco, de 40 alunos por docente. A média por classe é de 20 alunos, aproximadamente a metade do que se verifica no Japão e na Coreia do Sul. Em toda a ilha existem cerca de 12 mil centros educacionais, que contam com quase 230 mil professores e com um pessoal de apoio docente que passa de 87 mil trabalhadores⁵⁸. Além disso, cerca de 500 jovens com graves impedimentos físico-motores são atendidos em seus próprios lares por quase 300 professores itinerantes. Em quatro décadas, o crescimento no número de professores superou os 1.000%, enquanto a população aumentou 100% no mesmo período.

Gasto público com educação

(em % do PIB)



A longa jornada

Desde a campanha de alfabetização, os cubanos adotaram a tradição russa de fazer das escolas "instituições totais", cumprindo funções relacionadas não apenas à educação, mas também à saúde e ao lazer. E esse modelo, inspirador da experiência do Centro Integrado de Ensino Pública (Ciep), implementado na década de 80 pelo antropólogo Darcy Ribeiro, no Estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola, segue vigente até hoje. Há sempre um médico e uma enfermeira entre os funcionários da escola. Os alunos têm exames de saúde semestrais e aplicação de flúor nos dentes toda semana. Altura e peso são periodicamente medidos, para assegurar que os alunos estão bem nutridos e saudáveis. A alimentação escolar é balanceada e as vacinações são feitas na própria escola.

Os estudantes cubanos passam muitas horas na escola e o calendário escolar tem 200 dias letivos, como o adotado no Brasil. A escola primária tem cinco ou seis horas de aula todos os dias. Incluídos os esportes, a presença na escola chega perto das oito horas diárias. No ensino médio, esse período aumenta. Os alunos chegam à escola às 7h30 e saem às 17h30. Depois do almoço, sempre feito na escola, com cardápio

⁵⁸ LÓPEZ, Pedro Meluzá. "Cuba: um Mestre para Cada 42 Habitantes". In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*, Havana, 2000.

balanceado, o tempo é dedicado a aulas práticas ou de reforço e aos esportes. Cuba tornou-se uma respeitável força olímpica, e o estímulo à competitividade entre os alunos encontrará, nesse aspecto, semelhança com o modelo sul-coreano, descrito a seguir. Os estudantes cubanos também devem dedicar outra hora adicional a pesquisas e projetos especiais feitos em casa. No total, um estudante secundário em Cuba ocupa cerca de dez horas diárias com sua educação, durante um ano letivo de 200 dias. “Este é o segredo número um da educação cubana: muitas horas na escola. Aqui está em vigência a teoria simples de que, quanto mais se estuda, mais se aprende.”, avalia Moura Castro.

Um aspecto que chamou a atenção de um grupo de brasileiros da Associação Nossa América durante sua visita a Cuba, em 2004, foi o alto grau de participação dos estudantes nas decisões escolares, no calendário e na discussão das atividades extracurriculares. Desde os primeiros anos escolares, os estudantes se reúnem em grêmios, e alguns de seus representantes têm assento garantido na Assembléia Nacional do Poder Popular, o parlamento cubano. O sistema nacional de ensino tem a mais alta porcentagem do mundo de alunos estrangeiros freqüentando cursos superiores, segundo estudo de Oneida Álvarez Figueroa, do Centro de Investigaciones de la Economía Internacional, da Universidade de Havana⁵⁹.

Os professores cubanos são contratados por 40 ou 44 horas semanais de trabalho. Metade da jornada é dedicada ao planejamento de atividades e orientação de estudos para alunos com dificuldades. Com uma relação de um professor para cada 13 alunos, é possível fazer esse tipo de atendimento pessoal. Com tempo disponível, os professores também podem investir na qualificação profissional. Permite-se, por exemplo, que cada professor dedique um dia por semana para seu aperfeiçoamento. Além disso, os cursos de pós-graduação representam uma renda adicional ao salário, criando um importante incentivo para a continuidade dos estudos. O pagamento está, de certa maneira, relacionado ao desempenho dos alunos. Professores cujos alunos tiram notas abaixo da média correm o risco de perder seus suplementos de salário.

A virada sul-coreana

Recém saída de duas guerras — a II Guerra Mundial, na qual foi invadida pelo Japão, e a Guerra da Coréia, que terminou por dividir a península em dois países, em 1953 —, a Coréia do Sul encontrava-se, em 1960, com taxas de analfabetismo que beiravam os 35% e uma renda *per capita* de cerca de US\$ 900 por ano, equivalente à de países africanos e à metade da renda *per capita* brasileira na época. Quatro décadas mais tarde, restava um analfabetismo residual e 82% dos jovens coreanos cursavam o ensino superior. A cada dez anos desse período a economia sul-coreana triplicou de tamanho, e em 2002 a renda *per capita* atingia cerca de US\$ 8.900 por ano.

O crescimento do ensino superior na Coréia do Sul foi decorrência de uma decisão política tomada na década anterior: concentrar o esforço do Estado em universalizar a educação básica de qualidade, deixando para a iniciativa privada a responsabilidade pelo ensino superior.

⁵⁹ FIGUEROA, Oneida Álvarez. “El Sistema Educativo Cubano en los Noventa”. *Revista de Sociología*, nº. 52, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 1997.

Essa decisão, que se revelaria correta, foi tomada pelo general Park Chung Hee, que assumiu o poder em 1961, por meio de um golpe militar. O general-presidente governaria o país até ser assassinado, em 1979, pelo chefe da Agência Central de Inteligência de seu governo. Foi sucedido por outro general, Chun Doo Hwan, que deu seguimento à sua linha política, até que os movimentos estudantis de 1987 impuseram o fim do regime ditatorial sul-coreano.

O primeiro passo dado por Park Chung Hee foi impor uma reforma agrária. A redistribuição da terra, que também acontecia no Japão sob domínio dos Estados Unidos, acabaria com o poder da aristocracia feudal latifundiária, criando as bases de um mercado interno forte e uma economia mais descentralizada.

O general-presidente tomou para si a responsabilidade por dois aspectos que se revelariam centrais na virada sul-coreana: o planejamento da economia e o da educação. Em termos econômicos, foi feito um grande esforço para tornar o país uma nação industrializada e exportadora de tecnologia. Primeiramente, foi incentivada a instalação da indústria têxtil, que não necessitava de muito investimento tecnológico. Depois, o país investiu na indústria pesada e, por fim, em produtos tecnológicos e automóveis, quando entrou em competição direta com a indústria japonesa. Para formar a mão-de-obra que transformaria a Coreia do Sul num país exportador de tecnologia de ponta, o governo incentivou o fortalecimento de grandes conglomerados econômicos, estabelecendo com eles parcerias na formação de pessoal qualificado que essas empresas necessitavam.

O valor do estudo

A educação pública tornou-se obrigatória e foi rapidamente universalizada. Os jovens em idade escolar deveriam permanecer estudando durante 12 anos ou mais, em período integral, com feroz fiscalização ao trabalho infantil. Buscando também obter mão-de-obra qualificada em nível secundário, o governo atraiu para escolas técnicas os jovens que não tinham condições econômicas para pagar o ensino superior, com a promessa de liberá-los do serviço militar obrigatório, que no país dura três anos. Aliás, a entrada dos alunos nas universidades com idade superior à média mundial revelou-se um ponto positivo para o país. O amadurecimento dos ingressantes no ensino superior favorecia a tomada de decisões e dava mais tempo para a escolha da área de atuação profissional — que no caso de 30% dos sul-coreanos recaía na engenharia. Além de investir em cursos técnicos, o governo criou institutos de ensino superior voltados para ciência e tecnologia, os quais passaram a produzir pesquisa de ponta e patentes, em associação com os conglomerados econômicos.

O currículo primário, que compreende cinco anos, se concentra em nove matérias: ética, língua coreana, ciências sociais, matemática, ciências, educação física, música, belas artes e artes manuais. Outros três anos (correspondentes no Brasil a um ciclo que iria da sexta a uma inexistente nona série) completam o ensino fundamental. No ensino médio, que tem duração de três anos, há dois tipos de curso: o acadêmico e o vocacional (voltado para áreas como agricultura e estudos marítimos, por exemplo). O ensino médio tende a ter um foco na preparação para exames de admissão nas universidades, cujas vagas são muito disputadas. Na Coreia do Sul, entre a população de 25 a 34 anos, 98% concluíram o ensino médio.

Com 80% das crianças sul-coreanas gastando pelo menos dez horas diárias em sala de aula, o sistema público de ensino é bastante homogêneo e de qualidade (os alunos brasileiros dedicam apenas cinco horas por dia aos estudos). Segundo um exame internacional feito em 2003 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliar o rendimento escolar em 40 países, a Coreia do Sul revelou ter o sistema mais igualitário de todos, com pouquíssima diferença no resultado dos alunos, quase todos com média acima da de outros países. No *ranking*, o país alcançou o terceiro lugar em matemática e o quarto em ciências — a título de comparação, no mesmo estudo o Brasil ficou com a última colocação em matemática e a penúltima em ciências. As olimpíadas internacionais de matemática, aliás, são extremamente mobilizadoras dos estudantes na Coreia do Sul, com milhares de jovens lutando pela chance de representar o país na disputa.

Professor, profissão de *status*

Os salários dos professores sul-coreanos estão entre os mais altos do mundo. De acordo com a OCDE, um professor experiente de ensino fundamental ganha na Coreia do Sul um salário mensal médio de US\$ 6.000, numa medição internacional que leva em conta o poder de compra no país. É uma carreira que confere prestígio e inúmeras possibilidades de ascensão social, além da rara chance de ter férias de um mês, exceção no regime de trabalho extremamente competitivo do país.

Há outra explicação para o milagre educacional sul-coreano: a forte participação dos pais na educação dos filhos. A maioria frequenta a página oficial da escola na internet para saber se os filhos têm dever de casa ou prova à vista, participam de reuniões, organizam feiras de ciências e trabalham voluntariamente no refeitório da escola. Estima-se que uma família de classe média invista cerca de 30% do orçamento doméstico em educação, uma das taxas mais elevadas do mundo, ainda mais se levando em conta que a educação básica é eminentemente estatal. É possível conjecturar que a revolução educacional levada a cabo no país tenha sido favorecida pelo lugar de destaque que o estudo tem nas religiões e filosofias orientais, como o budismo, o confucionismo e o taoísmo.

Uma característica marcante do sistema educacional sul-coreano é a acirrada competitividade que desde cedo se instaura entre os estudantes. A busca pela liderança e a obsessão pelo estudo alimenta um mercado de aulas extras particulares em contínua expansão, por conta do espírito competitivo instalado. Só em 2003, o ensino privado particular movimentou US\$ 26 bilhões⁶⁰.

O lado perverso dessa pressão sobre os jovens é que a Coreia do Sul figura entre os países com a maior taxa de suicídio na adolescência. Um em cada cinco alunos do ensino médio já precisou da ajuda de um psicólogo para lidar com o estresse dos estudos. A maioria dos estudantes tem a ambição de se colocar entre os melhores da turma, ganhando, assim, o direito de almejavem "entrar no céu". Explica-se: há uma trindade máxima no ensino superior, representada por três grandes universidades privadas — Seul, Korea e Yonsei —, cujas iniciais formam a palavra sky (céu, em inglês).

⁶⁰ WEINBERG, Mônica. "Sete Lições da Coreia para o Brasil", revista *Veja*, de 16 de fevereiro de 2005.

A Coréia do Sul conseguiu realizar uma forma original de parceria entre o mundo da pesquisa acadêmica e as necessidades da indústria, que cedo se colocou como força motriz para o tão almejado avanço tecnológico. Por meio dessa parceria, as universidades sul-coreanas recebiam investimentos vultosos da iniciativa privada, que por sua vez fazia uso de pesquisadores e da infra-estrutura universitária para desenvolver seus produtos e patentear invenções. Em 2003, por exemplo, foram feitos 2.947 registros de patente internacional; a título de comparação, novamente, o Brasil requereu no mesmo ano, apenas 221.

A Korea University, universidade particular de onde saíram 20% dos atuais CEOs sul-coreanos, teve a colaboração da Samsung na elaboração do currículo de uma faculdade que formará engenheiros especializados na produção de telas de televisão. Em contrapartida, a empresa contribuiu para a construção de um moderno prédio de pesquisa. Em 1986, a Posco, uma das maiores companhias de aço do mundo, investiu US\$ 7 bilhões em uma universidade voltada para tecnologia, a Pohang University of Science and Technology (Postech), que foi a primeira a oferecer curso para formar engenheiros especializados em aço. Hoje 20% dos funcionários da Posco são recrutados no *campus* da Postech⁶¹.

Fecha-se o “círculo virtuoso”

Em termos de gastos gerais, a Coréia do Sul investe mais em educação do que o Brasil (6,8% contra 5,2% do PIB, em 2003) e tem a relação custo/aluno significativamente diferente da brasileira. Decorrente da ênfase do governo sul-coreano na educação básica, gasta-se no país apenas duas vezes mais na formação de um universitário do que na de um aluno de ensino fundamental, proporção equilibrada para padrões internacionais. No Brasil, um universitário custa dezessete vezes mais que um aluno do ensino fundamental. Por conta desse investimento forte, em termos relativos, que o Brasil faz na educação superior — em nosso país, as melhores universidades são públicas (ao contrário das escolas do ensino básico), invertendo a pirâmide sul-coreana —, não damos vexame na publicação de artigos científicos em revistas indexadas. Em 2003, enquanto pesquisadores sul-coreanos publicaram cerca de 17 mil artigos, a comunidade científica brasileira liderou as indexações na América Latina, com aproximadamente 12 mil artigos indexados.

Michael Davidson, pesquisador do Departamento de Educação da OCDE, foi um dos autores do estudo *Education at a Glance — 2003*, feito pela organização que congrega as economias mais dinâmicas do mundo. Uma das conclusões de seu estudo é que o Brasil está perdendo terreno, em termos de competitividade, para países semelhantes, por conta do investimento que eles têm feito em educação. O estudo destaca o esforço de países como o México e a Irlanda, que têm investido 18% do seu PIB *per capita* por estudante matriculado, da pré-escola à pós-graduação; a Índia aplica 16%. Já a média brasileira está em 14%. Num *ranking* de 45 países, o Brasil esteve à frente apenas da Rússia e da Indonésia, ambas com 11%⁶².

⁶¹ Idem.

⁶² UNESCO. *Education at a Glance — OECD Indicators 2003*.

Os resultados do esforço da Coreia do Sul não tardaram a surgir. Em 1970, apenas pouco mais de 200 mil alunos faziam o ensino superior, o equivalente a 0,62% de uma população de 30 milhões de habitantes. Em 2003, de uma população de 48 milhões de pessoas, mais de 3,5 milhões, ou 7,4%, cursavam alguma faculdade no país, enquanto cerca de 200 mil estudantes sul-coreanos faziam graduação tecnológica, mestrado e doutorado nos Estados Unidos, no Japão e na Inglaterra. O crescimento do número de alunos cursando o nível superior na Coreia do Sul foi 12 vezes maior que o experimentado pelo Brasil em idêntico espaço de tempo. A renda *per capita* cresceu 19 vezes desde os anos 60, invertendo a relação com a economia brasileira, cuja renda *per capita* é hoje menos da metade da sul-coreana. O incremento do ensino básico na Coreia do Sul tornou a renda *per capita* 30% a 40% mais elevada quando a taxa de escolaridade atingiu 94%⁶³. Como decorrência direta desse esforço nacional, em 2000, por exemplo, enquanto as exportações brasileiras totalizavam US\$ 55 bilhões, de uma variada pauta na qual ainda sobressaem os produtos agrícolas, a pequena Coreia do Sul somava quase três vezes mais, US\$ 155 bilhões de bens exportados, basicamente produtos tecnológicos⁶⁴.

⁶³ WERTHEIN, Jorge. *Analfabetismo: Proposta para Sua Erradicação*. CIEE, São Paulo, 2004.

⁶⁴ SZAJMAN, Abram. "Lições da Revolução Educacional Coreana". *Jornal Valor Econômico*, 1º. de novembro de 2004.

ENTREVISTA

"Cada País Precisa Encontrar Sua Própria Receita"

Para o pesquisador canadense Scott Murray, há conexões muito claras entre o grau de alfabetismo e a renda; a educação é uma poderosa ferramenta de ascensão social.

Como aquela receita de bolo exclusiva de família, cada país precisa misturar seus próprios ingredientes até chegar ao método para melhorar a capacidade de leitura e escrita de sua população. É dessa forma que o canadense Scott Murray, atual diretor do Instituto de Estatística da Unesco no Canadá, exemplifica a complexidade desse tema. "Não há fórmula milagrosa, mas um conjunto de ações", garante. Ele esteve à frente dos primeiros estudos sobre alfabetismo funcional realizados em seu país e, atualmente, lidera a experiência inédita de criar um instrumento mundial de avaliação do alfabetismo funcional. O Literacy Assessment and Monitoring Programme (Lamp), patrocinado pela Unesco, pretende ampliar o grau de abrangência dos estudos anteriores sobre esse tema, geralmente restritos aos países mais desenvolvidos. Já participam do Lamp países tão diversos como o Equador e a Mongólia. O objetivo do programa é expandir o conceito de alfabetismo funcional para os formuladores de políticas educacionais dos países envolvidos na pesquisa. Murray esteve em setembro de 2005 no Brasil, onde participou do seminário Leitura, Escrita e Matemática para Alfabetização (Lema), sobre o tema do alfabetismo funcional, promovido pelo Ibope em São Paulo. Aproveitou sua vinda para iniciar conversações com o governo brasileiro, visando incorporar o país ao Lamp.

Instituto Ethos: Por que o tema do analfabetismo funcional surge como um problema apenas nas duas últimas décadas?

Scott Murray: Muitos ministros de Educação e formuladores de políticas públicas para a área entendiam que a questão do analfabetismo se resolveria na medida em que a educação básica se expandisse para toda a população. O que se observou na década de 80 do século passado foi que apenas a alfabetização não garantia a capacidade desses indivíduos de ler corretamente. Essa percepção ficou comprovada a

partir do primeiro levantamento mundial sobre capacidade de leitura e cálculo, o International Adults Literacy Survey (IALS). Esse estudo fez surgir um certo desapontamento com a eficiência dos sistemas de educação. Por outro lado, em vários países ficou cada vez mais evidente que algumas habilidades básicas relativas ao universo do trabalho eram essenciais para resolver questões estruturais de desemprego.

Ethos: O senhor mencionou o International Adults Literacy Survey, realizado pela primeira vez em 1994. Qual foi a importância desse estudo?

Murray: O IALS foi extremamente importante, principalmente porque sua metodologia permitiu, pela primeira vez, a comparação entre os sistemas de ensino de diferentes países, além de estabelecer um novo paradigma de análise do alfabetismo funcional, que viria a ser adotado nos estudos posteriores. Por fim, a pesquisa estabeleceu conexões muito claras entre a renda e o grau de alfabetismo, demonstrando que a educação é uma ferramenta poderosa de ascensão social. O mercado de trabalho, os formuladores de políticas públicas e os ministérios da Educação usaram esse estudo para direcionar melhor seus investimentos, dando uma nova ênfase ao desenvolvimento de habilidades que o levantamento provou estarem muito aquém das necessidades do mundo contemporâneo. Mas vale fazer uma ressalva: os 22 países que participaram do IALS detêm cerca de 80% do PIB mundial, mas apenas 20% da população.

Ethos: Que tipo de conexão direta existe entre emprego e nível de alfabetismo?

Murray: Uma pesquisa recente, o Adult Literacy and Life Skills Survey, trouxe uma prova definitiva dessa relação. Um desempregado com altas habilidades de leitura e escrita leva, em média, nove semanas para arranjar um novo emprego; já aquele com níveis baixos de alfabetismo leva, em média, 38 semanas¹.

⁶⁵ Statistics Canada e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Learning a Living: First Results of the Adult Literacy and Life Skills Survey*. Ottawa e Paris, 2005.

Ethos: Países com grandes taxas de analfabetismo absoluto, como é o caso do Brasil, precisam de políticas específicas para enfrentar a questão do analfabetismo funcional?

Murray: Penso que sim. Para países como o Brasil, eu tenho duas observações a fazer. Primeiramente, que a relação entre o nível educacional da população e o crescimento econômico é mais forte para vocês do que para países com níveis melhores de alfabetização. A melhoria nas habilidades funcionais da população foi responsável pelo aumento de 65% no Produto Interno Bruto *per capita* dos países com grandes contingentes de analfabetos, nos últimos 30 ou 40 anos. Isso é de fundamental importância. A segunda observação que tenho a fazer é que o fato de o Brasil ter um grande contingente de jovens em sua população favorece a aquisição de novas habilidades. Mas o risco de se perder o que foi aprendido na escola vale tanto para adultos que pouco exercitam a leitura e a escrita quanto para aqueles jovens que terminaram o ensino secundário e possuem empregos precários, quando têm, nos quais não precisam usar muito do que aprenderam. E isso é grave, pois é um investimento que pode se volatilizar rapidamente caso as habilidades não sejam estimuladas por meio de ações bastante focadas, como programas de incentivo à leitura.

Ethos: Qual é a sua opinião sobre as experiências educacionais de Cuba e da Coreia do Sul?

Murray: As pessoas em geral acreditam que a educação seja como uma receita de bolo, em que você mistura determinados ingredientes de uma determinada forma e o produto será sempre o mesmo. Cada país deve encontrar as suas particularidades, a sua "receita". O que há de interessante em Cuba, por exemplo, é que você encontra médicos ou professores dirigindo táxis, o que não deixa de ser irônico. O nível educacional da população elevou-se extraordinariamente, mas as oportunidades econômicas não. O que nos mostra que, se a educação é uma condição essencial para o desenvolvimento econômico, não é condição suficiente. Por outro lado, a experiência sul-coreana partiu de uma extraordinária concentração econômica. A Coreia do Sul tem meia dúzia de conglomerados com atividades muito variadas. Esses grupos se aliaram ao governo para investir na capacitação da população de modo a tornar o país competitivo, em relação a seus vizinhos, na fabricação de produtos de alta tecnologia. Por isso, existem lá vários institutos de ensino mantidos por esses conglomerados monopolistas.

Ethos: É possível observar diferenças significativas nas habilidades de leitura e de cálculo numérico entre os países, de acordo a cultura de cada um?

Murray: Existem algumas particularidades interessantes nesse aspecto que, de certa forma, reforçam alguns estereótipos. Por exemplo, o excelente desempenho dos suíços em matemática me remete à forte presença dos bancos naquele país. Igualmente os tchecos mostram um excelente desempenho em cálculos numéricos, por conta de uma tradição no ensino de matemática, muito valorizada socialmente. Já em Cingapura, que também possui ótimo desempenho em habilidades matemáticas, não se pode dizer que essa seja uma habilidade da maioria da população. Lá o que existe é uma pequena parcela da população extremamente bem preparada, entre 5% e 8%, embora a média não seja tão elevada quanto a dos holandeses, por exemplo.

Ethos: Que países apresentam, em sua opinião, as melhores respostas ao problema do analfabetismo funcional?

Murray: As melhores respostas vêm de países que adotaram um conjunto de medidas para melhorar a capacidade de ler e escrever de sua população — e aqui não estamos falando apenas de estudantes do segundo grau, mas da população adulta em geral. São países que adotam políticas de incentivo à leitura nas escolas e nos espaços públicos, oferecem condições para que as crianças desde pequenas tenham acesso a bibliotecas e computadores e estimulam políticas de incentivo à leitura de jornais, que nesses países são muito baratos ou, às vezes, até gratuitos. Forma-se, assim, uma espécie de cultura do conhecimento. Na Suécia, um dos países com melhor desempenho tanto nos levantamentos de alfabetismo funcional entre adultos quanto no Pisa [*teste de conhecimentos escolares realizado entre países da OECD e alguns convidados, como o Brasil, que em todas as edições figurou no melancólico último lugar*], todo cidadão precisa comprovar que é alfabetizado para poder se casar. Mas não existe uma fórmula mágica para combater o analfabetismo funcional. Cada país precisa encontrar a sua receita, que nunca se resumirá em uma ou duas medidas, mas em muitas e diferenciadas ações.

CAPÍTULO VII

Boas Práticas de Alfabetismo nas Empresas

Combate ao analfabetismo funcional

Por entender que a primeira responsabilidade de uma empresa é justamente com aqueles que colaboram para ela ser o que é, o Grupo Carrefour criou o Programa Educacional Carrefour – Aula de Cidadania. A iniciativa vem ganhando força desde 2002, quando 60 funcionários de oito lojas paulistas completaram a quarta série do ensino fundamental, freqüentando as aulas ministradas nas próprias unidades com a coordenação pedagógica do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova).

A princípio, a preocupação do Carrefour era ter entre seus colaboradores pessoas capacitadas a entender a importância de seu papel dentro da empresa, pois de nada adiantariam as iniciativas de comunicação interna se os funcionários não fossem capazes de compreender e assimilar as informações. A partir dos primeiros resultados, porém, o Carrefour concluiu que a iniciativa era importante demais para ficar restrita ao ambiente interno da empresa e resolveu estendê-la à população das comunidades de diversos estados em que o grupo opera. Para isso, foram firmadas parcerias envolvendo o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), por meio do Programa Brasil Alfabetizado, e duas entidades da sociedade civil voltadas para a educação: o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB).

Em 2005, são 57 salas de aula que permitem o atendimento de aproximadamente 1.500 alunos. Organizadas em módulos semestrais, as aulas de leitura, português, matemática, história e ciências são ministradas por dezenas de professores, em sua maioria estagiários e jovens que acabaram de concluir o ensino médio e encontram na Aula de Cidadania a chance do primeiro emprego. Depois de seis meses, os alunos passam por um exame oficial de suplência, e os aprovados estão habilitados a prosseguir seus estudos em escolas públicas, nas quais podem concluir o ensino fundamental.

A próxima meta do grupo é desdobrar a ação para a cadeia de fornecedores – mais de 16 mil, distribuídos em 904 municípios. Para isso, o Carrefour, junto com o Vereda – Centro de Estudos em Educação, criou uma proposta pedagógica que levará aos fornecedores do grupo informações, capacitação e ferramentas para desenvolver projetos de alfabetização entre seus colaboradores.

CONTATO

Neide Rocha Sencovici

Gerente de Responsabilidade Social Corporativa

Tel.: (11) 3779-6492

E-mail: sustentavel@carrefour.com

Site: www.carrefour.com.br

Contemplando as expectativas dos funcionários

No início dos anos 80, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) tentou implantar um programa de educação continuada, visando capacitar seus funcionários para lidar com as crescentes demandas do mercado de trabalho. A iniciativa, no entanto, falhou, devido à exigência da presença diária do aluno em sala de aula durante três horas. Em 1998, a empresa resolveu tentar novamente, mas dessa vez por meio de um programa que levasse em consideração o perfil dos colaboradores. Grande parcela dos funcionários da empresa está sujeita a viagens de trabalho e a horários especiais com escala de revezamento.

O Programa de Educação Básica (PEB) foi implantado em julho de 1998 e encerrado em 2001. Por ele passaram 716 funcionários, dos quais 585 concluíram o ensino fundamental. Entre os motivos do sucesso está a metodologia empregada pela Fundação Brasileira de Educação (Fubrae), empresa contratada para executar o programa.

O curso de ensino individualizado da Fubrae tem metodologia e material próprios e rompe com a situação clássica da sala de aula. Os conteúdos são agrupados de tal forma que o aluno pode ir vencendo os módulos previstos para o seu nível no ritmo que lhe convier ou for possível. Essa metodologia também permite que o aluno freqüente as duas horas semanais de aula previstas em qualquer unidade da Cemig que possua um núcleo pedagógico. Durante a vigência do programa, a empresa assumiu todos os custos do curso, inclusive despesas de viagem, deslocamento e hospedagem dos professores. Além do ótimo resultado quantitativo, o PEB proporcionou melhoria no desempenho profissional e na auto-estima dos empregados.

Dando seqüência ao PEB, foi implantado em 2002 o Programa de Ensino Médio. Usando a metodologia de ensino para jovens e adultos do Serviço Social da Indústria (Sesi), que já beneficiou 1 milhão de alunos em todo o Brasil, o programa formou 260 alunos em dois anos. Em 2004, após constatar que ainda existiam 1.000 funcionários sem o nível médio de escolaridade e 50 sem o nível fundamental, a Cemig reformulou os dois programas anteriores e criou o Programa de Escolarização de Empregados, que, além de oferecer cursos de ensino fundamental e médio, por meio da Fubrae e do Sesi, reembolsa parte da mensalidade de cursos supletivos realizados fora da empresa e fornece bolsas de estudo para cursos técnicos.

CONTATO

Elizete Maria Quintão Torres

Analista de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Tel.: (31) 3299-3222

E-mail: elizete@cemig.com.br

Site: www.cemig.com.br

Funcionários são professores na alfabetização de jovens e adultos

Para o Fleury – Medicina Diagnóstica, o mais valioso investimento social que uma empresa pode ter é desenvolver um programa de voluntariado empresarial que esteja alinhado com a atividade principal da companhia e com as expectativas dos colaboradores em relação às suas ações. Por isso, antes de dar início ao planejamento das atividades sociais, o Instituto Fleury, braço social do centro diagnóstico, realizou uma pesquisa interna para conhecer as práticas já desenvolvidas pelos funcionários no âmbito individual, as expectativas de atuação e a disponibilidade deles para atuar num programa social da empresa. A pesquisa demonstrou um contingente representativo de colaboradores que já realizavam ações voluntárias e que tinham interesse em participar de ações organizadas pela empresa em educação e saúde.

Definidas as áreas de atuação, faltava identificar a comunidade a ser beneficiada. Foi escolhida uma comunidade carente no Jabaquara, bairro da cidade de São Paulo, onde está instalada a sede técnica e administrativa do Fleury e que concentra o maior número de funcionários. Para a escolha do projeto educacional, levaram-se em conta a expertise do corpo de voluntários e as necessidades da população.

Assim, no início de 2003, em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o Instituto Fleury passou a oferecer em suas instalações o Programa de Alfabetização e Inclusão desenvolvido pela Secretaria de Educação, o qual tem como objetivo atender a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal na idade própria. Além de alfabetização, o programa oferece escolaridade equivalente às séries iniciais do ensino fundamental.

A primeira etapa é centrada no domínio das habilidades mínimas de leitura e de escrita, assim como na compreensão das operações fundamentais de matemática, na resolução de problemas simples e em algoritmo. As aulas de matemática, português, saúde e higiene e meio ambiente, entre outras, são ministradas pelos próprios funcionários do Fleury que, depois de capacitados pela Secretaria da Educação, atuam como professores voluntários. Além de dar orientação técnica aos colaboradores, a Secretaria de Educação coloca à disposição material didático-pedagógico. Atualmente, o programa atende 45 jovens e adultos da comunidade do Jabaquara.

CONTATO

Eliana A. Soldá

Analista de Educação do Instituto Fleury

Tel. (11) 5014-7470

E-mail: eliana.solda@fleury.com.br

Site: www.institutofleury.org.br

Da escola ao telecurso

***E**m 1999, pesquisa realizada com pais de alunos das unidades escolares da Fundação Bradesco revelou que 13.925 deles não haviam concluído o primeiro ciclo do ensino fundamental. Preocupada com os elevados índices de analfabetismo e a baixa escolaridade dos moradores das comunidades em que atua, a Fundação Bradesco iniciou naquele mesmo ano o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, cuja meta é estender a oportunidade de escolarização aos jovens e adultos que não freqüentaram a escola na idade adequada ou que não concluíram os estudos até a quarta série do ensino fundamental.*

Desde sua implantação, o programa já beneficiou 11.564 alunos em todo o Brasil, que assistem às aulas nas 35 unidades escolares da Fundação Bradesco e em 50 empresas conveniadas, denominadas telepostos. Somente em 2004 foram atendidos 22.009 alunos. Desses, 88% receberam certificado de conclusão do ensino fundamental e médio.

Concluída a quarta série do ensino fundamental, os alunos egressos dão continuidade aos estudos no Telecurso Ensino Fundamental. Por meio do programa de alfabetização e do telecurso, a educação de jovens e adultos da Fundação Bradesco contempla mais que o domínio elementar do conhecimento de letras e números. Visa ao direito à escolarização e à possibilidade de prosseguimento dos estudos, à melhoria na empregabilidade ou ao ingresso no mercado de trabalho e, ainda, à participação social e qualidade de vida.

Os alunos contam com toda a estrutura física e equipamentos das escolas da Fundação Bradesco, como bibliotecas, laboratórios e sala de multimídia, além de todo o material didático necessário.

A Fundação Bradesco também promove desde 1998 a oferta pública de educação de jovens e adultos por meio de uma parceria com o Programa Alfabetização Solidária. Por essa parceria, a fundação se comprometeu a adotar 16 municípios da região Nordeste. Ao todo, a entidade já investiu mais de R\$ 9 milhões nessa iniciativa, que beneficiou 8.000 alunos apenas em 2004.

CONTATO

Daniela Sinhorini de Moura

Gerente do Setor de Relações Institucionais

Tel.: (11) 3684-5361

E-mail: ri@fundacaobradesco.org.br

Site: www.fundacaobradesco.org.br

Literatura para melhorar o rendimento escolar

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 2003 mais da metade dos alunos do ensino fundamental da rede pública não compreendia um texto, e cerca de 20% dos que cursavam a quarta série eram analfabetos funcionais, condição que contribui para o problema da distorção série-idade, situação em que o aluno estuda em série que não corresponde à sua idade. Em 2002, mais da metade dos jovens de 16 anos que estudavam na rede pública ainda cursavam o ensino fundamental.

Embasado pelos números do Saeb e pela crença de que sem leitura não é possível educar, o Instituto Newton Rique, de Salvador, braço social do Grupo Nacional Iguatemi, que administra shopping centers no Brasil, desenvolveu o Programa de Incentivo à Leitura na Sala de Aula. Trata-se da consolidação de uma metodologia de promoção da leitura nas escolas da rede pública que visa melhorar o rendimento escolar do aluno e o desempenho dos professores. Sua implementação passa pela capacitação dos docentes, avaliação inicial dos alunos e acompanhamento das atividades durante o período de dois anos. O aspecto inovador da proposta está no uso da literatura como arte, e não apenas como aprendizado da língua portuguesa.

Os idealizadores do programa, educadores do Instituto Newton Rique e da entidade da sociedade civil Asa da Palavra, acreditam que, por pertencer ao mundo das artes, a literatura faz com que o aluno inicie seu ofício de leitor de forma lúdica e prazerosa, sem quebrar o fio que um dia uniu o leitor do mundo ao leitor do texto, da fantasia e da arte.

Além de fomentar a prática da leitura pelos alunos, que podem ser desde crianças e jovens da rede pública até trabalhadores de empresas, o Programa de Incentivo à Leitura na Sala de Aula ajuda a desenvolver uma postura crítica e consciente do cidadão frente ao mundo.

Desde que foi lançado, em 2001, o programa, que é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), já beneficiou mais de 900 alunos e professores do ensino fundamental da rede pública da Bahia.

CONTATO

Izabel Portela
Superintendente
Tel.: (71) 3350-5526
E-mail: izabel@inr.org.br
Site: www.inr.org.br

Oficina estimula o gosto e o prazer pela leitura entre os jovens

A Fundação Palavra Mágica foi estabelecida em 1999 pela Editora Palavra Mágica, empresa de pequeno porte localizada em Ribeirão Preto, com o objetivo de ampliar suas ações sociais, bem como sensibilizar para a causa outros empresários daquela próspera região do interior paulista. A Oficina Palavra Mágica de Leitura e Escrita, uma das iniciativas da fundação, concentra seus esforços na consolidação da leitura, escrita e oralidade para que jovens e adultos possam exercer plenamente sua cidadania a partir do desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão da linguagem.

Direcionado inicialmente para jovens, o trabalho realizado com a leitura e a escrita durante as oficinas baseia-se sobretudo em questões instigadoras, que tentam fazer o leitor procurar as respostas, ou novas perguntas, e discutir seus pontos de vista. Por meio do estímulo à leitura, a expectativa é que o leitor desenvolva habilidades cognitivas e emocionais que lhe permitam um posicionamento crítico perante o mundo. Espera-se, portanto, uma diminuição do analfabetismo funcional, o aumento do interesse dos adolescentes pela leitura, a melhoria do rendimento escolar, a diminuição dos jovens em áreas e grupos de risco e o fortalecimento das lideranças jovens.

As aulas tratam de temas atuais e adequados ao interesse da faixa etária. E propõem atividades a partir de diversas formas de texto e linguagem: conto, crônica, poesia, música, fotografia, cartazes e teatro, entre outros. Os encontros seguem uma configuração padrão que parte da leitura de um texto, avança para sua reflexão e finaliza com a produção escrita realizada a partir daquilo que foi lido e discutido pelo grupo. Cada oficina tem duração de quatro meses, com encontros semanais de três horas, e atende em média 25 adolescentes.

Apesar de o programa ter sido realizado apenas com jovens, numa parceria com a Rede Globo de Televisão, por meio do programa Criança Esperança, pela qual foram beneficiados 100 jovens da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, faz parte da concepção inicial do projeto sua adaptação e reprodução em diversos contextos, como espaços públicos, empresas, escolas e bibliotecas, e com instituições do terceiro setor.

CONTATO

Luciana Paschoalin Menezes

Presidente da Fundação Palavra Mágica

Tel.: (16) 3610-0204

E-mail: fundacao@palavramagica.com.br

Site: www.palavramagica.org.br

Investimento na educação para aumentar a produtividade

A empresa suíça de material de construção Holcim Brasil desenvolve por meio do Instituto Holcim os projetos *Prosseguir e Educar* nas fábricas de cimento do grupo instaladas nas cidades de Barroso, no sudeste de Minas Gerais, e Pedro Leopoldo, na Grande Belo Horizonte. Ambos os projetos criam oportunidade para que os colaboradores da empresa e os jovens e adultos de comunidades carentes dessas regiões possam concluir os ensinos fundamental e médio, utilizando a metodologia de ensino supletivo do Telecurso 2000 e a infra-estrutura da empresa.

Em Barroso, a Holcim firmou parceria com a prefeitura, que disponibiliza os professores de ensino fundamental e assume um terço das despesas com os professores de ensino médio. Nessa cidade, as aulas acontecem em um centro educacional do Instituto Holcim, localizado no bairro central da cidade. Já, em Pedro Leopoldo, elas são ministradas na própria fábrica.

Os projetos educativos da Holcim Brasil foram criados na década de 90 em virtude da dificuldade da empresa em melhorar seu processo produtivo devido à baixa escolaridade de seus colaboradores. Até então esse ramo de negócio dava preferência à mão-de-obra braçal. Mas, com o desenvolvimento da tecnologia nos processos produtivos e o advento da globalização, que acirrou a competitividade entre as companhias, as empresas do setor de construção passaram a necessitar de mão-de-obra mais capacitada.

Hoje, apesar de apresentar um número reduzido de colaboradores que ainda não concluíram o ensino fundamental e o médio, a Holcim Brasil continua investindo na educação básica para ajudar a promover a qualidade de vida nas comunidades em que está inserida, e para preparar os jovens e adultos dessas comunidades para assumirem futuros postos de trabalho na empresa.

*Atualmente, cerca de 300 pessoas são beneficiadas pelos projetos *Prosseguir*, na cidade de Barroso, e *Educar*, em Pedro Leopoldo. Depois de quase dez anos promovendo a educação de jovens e adultos nessas regiões, a empresa acredita que conseguiu conscientizar seus colaboradores e uma parte significativa da população sobre a importância da educação.*

CONTATO

Antonio Gabriel Cerdeira Moraes
Coordenador de Projetos do Instituto Holcim
Tel.: (32) 3359-3362
E-mail: gabriel.moraes@holcim.com
Site: www2.holcim.com/BR

Empresa une compromisso social e preservação ambiental

A empresa Jari Celulose, que produz papel e celulose de maneira sustentável no norte do país, vem promovendo a escolarização de seus colaboradores em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) desde 1997. A idéia do Projeto Educação Continuada surgiu da necessidade da empresa de elevar o nível escolar de seus profissionais para conseguir implementar melhorias no processo de produção de sua sede em Monte Dourado, cidade paraense localizada perto da divisa com o Amapá.

No entanto, quando o projeto foi implementado, houve uma certa resistência de alguns funcionários em voltar a estudar. Para vencer esse desafio, a área de Recursos Humanos promoveu uma série de atividades, com a participação de orientadoras educacionais e de gestores de áreas, que tinham colaboradores envolvidos no processo de retomada dos estudos. O intuito era convencer os funcionários da importância da escolarização.

Resultado: nos últimos oito anos, o Projeto Educação Continuada beneficiou mais de 250 colaboradores, que tiveram a oportunidade de concluir os ensinos fundamental e médio por meio do sistema de ensino Telecurso 2000, programa de ensino à distância desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pela Fundação Roberto Marinho.

O Telecurso 2000 é destinado a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir o ensino regular. Prepara o participante para os exames supletivos realizados pelas Secretarias de Educação ou por entidades por elas credenciadas — como é o caso do Senai de Belém, parceiro da Jari nessa iniciativa.

Atualmente o Projeto Educação Continuada estende-se aos funcionários das empresas que prestam serviço para a Jari e aos cônjuges de seus colaboradores internos. Recentemente, motivada pelos resultados apresentados pelo seu programa de educação básica, a empresa resolveu dar continuidade à formação educacional de seus colaboradores, passando a oferecer também o Curso Técnico de Celulose e Papel em suas dependências.

CONTATO

Edivaldo P. Nascimento

Coordenador de Relações Humanas

Tel.: (93) 3736-6228

E-mail: edivaldo@jari.com.br

Site: <http://www.jari.com.br>

Investimento na formação de lideranças

Em 2002, a unidade brasileira da Kraft Foods, empresa do setor alimentício presente em 68 países, firmou parceria com a Care Brasil, organização não-governamental que atua no combate à pobreza em todo mundo, para a realização do programa Pequenos Produtores de Cacau do Sul da Bahia (Prosulba). O programa foi iniciado com a articulação dos moradores de comunidades de Itacaré, Ilhéus e Una, visando à inclusão social de grupos da população que sofrem com a decadência da monocultura do cacau na região desde a década de 80.

Para orientar o pequeno agricultor e sua família sobre os direitos aos serviços prestados pelo Estado, como acesso à educação, saúde e saneamento básico, e assim garantir o desenvolvimento integral das comunidades atendidas, o Prosulba utiliza-se de ações educativas, como o curso Formação de Juristas Leigos, criado em 2003, em conjunto com a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR). Ministrado voluntariamente por advogados filiados à AATR, o curso objetiva socializar o conhecimento jurídico para que as lideranças de comunidades em áreas rurais adquiram uma postura positiva diante de suas limitações. O processo de formação é composto de oito módulos bimestrais que abordam direito civil, penal, agrário, ambiental, eleitoral, do trabalho, sindical e outros temas, como noções gerais do Direito e do Estado, direitos humanos, cooperativismo e associativismo.

No início do curso, o analfabetismo funcional apareceu como um limitador do processo de formação dos cerca de 40 alunos. No entanto, essa dificuldade foi logo superada pelo envolvimento ativo dos participantes, pela mobilização de suas experiências de vida e pela postura dos monitores do projeto, que buscam valorizar o saber de cada um. Muitos alunos, no entanto, sentiram-se motivados a voltar à escola para concluir o ensino fundamental e o médio.

Já ao longo do processo de formação diversos juristas leigos tornaram-se ativos no exercício da defesa de direitos. Em Ilhéus, quando da invasão de áreas de cultivo por gado de terceiros, um jurista recém-formado procurou o proprietário do gado para negociar a indenização. Outro resultado do curso foi a grande adesão dos juristas leigos à campanha estadual Quem Não Deve Não Teme, que visa estimular o Ministério Público a concretizar junto às prefeituras da Bahia o preceito constitucional de que entre abril e maio de cada ano devem ser disponibilizadas à população as contas do ano anterior.

CONTATO

Alessandra Garcia

Gerente de Responsabilidade Social Corporativa

Tel.: (41) 3314-4486

E-mail: alessandra.garcia@kraftla.com

Formando professores para a educação de jovens e adultos

A Campanha pela Educação de Jovens e Adultos da indústria de cosméticos Natura é uma das mais bem estruturadas iniciativas empresariais brasileiras do gênero. Focada em educação e capacitação de professores, a campanha atua em três frentes: financiamento de projetos para a formação de professores; o Prêmio Crer para Ver — Inovando a Educação de Jovens e Adultos, que visa mapear, reconhecer e valorizar práticas educacionais; e o encaminhamento de pessoas da comunidade à rede pública de ensino, por meio das consultoras de beleza Natura.

O Programa Crer para Ver é uma rede de mobilização social com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público, oferecendo apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e a implementação de projetos de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos em todo o Brasil que possam ser referência de políticas públicas. Fruto de parceria da empresa com a Fundação Abrinq, o programa teve início em 1995 e conta com o apoio de consultoras e consultores da empresa empenhados em vender, voluntariamente, os produtos da linha Crer para Ver. Em dez anos, foram arrecadados cerca de R\$ 18 milhões, destinados ao fundo que custeia o projeto social.

Em 2005, o Crer para Ver financia quatro projetos para a formação de professores de educação de jovens e adultos (EJA) e investirá cerca de R\$ 450 mil na capacitação de mais de 1.000 professores da rede pública. No financiamento de projetos para a formação de professores, a Natura tem como parceiras entidades da sociedade civil, secretarias de Educação e escolas. Com relação ao Prêmio Ver para Crer, o principal parceiro é o Ministério da Educação (MEC), que por meio de seus especialistas ajuda a equipe técnica do Programa Crer para Ver a analisar os cerca de 200 projetos enviados nesta primeira edição do prêmio.

A grande inovação da campanha foi a mobilização das 400 mil consultoras de beleza Natura para estimular o ingresso de jovens e adultos na rede pública de ensino. Ao envolvê-las na campanha, a Natura levou mais de 32 mil alunos de volta à escola. Com base em uma listagem com mais de 8.000 estabelecimentos de ensino fornecida pelo MEC, as consultoras foram incumbidas de pesquisar em suas comunidades pessoas que não tinham o ensino fundamental e encaminhá-las às escolas da região com programa de educação para jovens e adultos.

CONTATO

Susy Yoshimura
Programa Crer para Ver
Tel.: (11) 4446-2716
E-mail: susyyoshimura@natura.net
Site: www.natura.net

Praia do Forte EcoResort

Conteúdo voltado para a realidade da população local

O Programa de Ensino Supletivo do Praia do Forte EcoResort surgiu em 1996 para alfabetizar os colaboradores do hotel, situado no litoral norte da Bahia, numa região conhecida como Costa dos Coqueiros. O hotel preparava-se para obter o certificado de qualidade ISO 9001 e criou o programa com o objetivo de elevar o nível de escolaridade de seus colaboradores para possibilitar melhor desempenho e qualificação no trabalho, assim como maiores chances de ascensão profissional e fortalecimento da cidadania.

Hoje sob a responsabilidade da Fundação Garcia D'Ávila, instituição sem fins lucrativos que tem entre seus principais mantenedores o Praia do Forte EcoResort, o Programa de Ensino Supletivo (Proes) foi ampliado aos moradores da vila de pescadores da Praia do Forte, no município de Mata de São João, e a outros dez municípios da região. Além de erradicar o analfabetismo e complementar a escolaridade da população local, o novo programa visa capacitar a mão-de-obra local, para que ela possa ser absorvida pelas empresas de turismo da região.

Para garantir o interesse dos alunos pelos estudos, a Fundação Garcia D'Ávila desenvolveu, juntamente com especialistas em educação básica de jovens e adultos, uma metodologia de ensino que busca adequar o conteúdo didático à realidade da população local. Validado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, esse método pedagógico permite ao aluno concluir o ensino fundamental em apenas dois anos, o ensino médio em um ano e meio e a alfabetização em um ano.

As aulas ocorrem nos períodos da manhã, tarde e noite e o corpo docente é formado por professores com licenciatura em curso superior nas diversas disciplinas, bem como por coordenadores e assistentes com curso de pedagogia e pós-graduação em educação de jovens e adultos.

Os investimentos anuais da Fundação Garcia D'Ávila para financiar a iniciativa giram em torno de R\$ 520 mil reais, sendo que cada aluno custa, em média, R\$ 65 por mês. Apesar da abrangência do programa — o Proes tem cerca de 500 alunos em 2005 —, a Fundação Garcia D'Ávila busca parceiros para ampliá-lo, pois nesse mesmo ano outras 500 pessoas deixaram de ser atendidas por falta de vaga.

CONTATO

Alberto Jacques

Diretor operacional

Tel.: (71) 3676-4082

E-mail: jacques@ecoresort.com.br

Site: www.ecoresort.com.br

Estratégias e planejamentos para a educação do trabalhador

Entre 1997 e 2003, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) verificou uma redução significativa no número de trabalhadores da indústria com menos de quatro anos de estudo: de 41.601 para 26.166 trabalhadores, representando cerca de 40% menos. O resultado se deve em grande parte ao Programa Sesi Educação do Trabalhador (Pset), do Serviço Social da Indústria (Sesi), que em todo Brasil já beneficiou mais de 1 milhão de trabalhadores e que na Bahia foi responsável por elevar o nível de escolaridade de 32.231 trabalhadores entre 1997 e 2004.

O Pset é uma prática mantida pelo Sesi em apoio às empresas do setor industrial que visam superar os baixos índices de escolaridade de seus trabalhadores. Para tanto, desenvolve competências nos três níveis de alfabetismo funcional, por meio de cursos de educação de jovens e adultos (EJA), em alfabetização, nos dois ciclos do ensino fundamental (da primeira à quarta série e da quinta à oitava) e no ensino médio. As ações acontecem no próprio local de trabalho dos alunos, isto é, nas empresas, e a metodologia utilizada é do próprio Sesi, que também oferece certificação própria, por meio de uma escola certificadora.

Os docentes do primeiro ciclo do ensino fundamental são estudantes do segundo ano dos cursos de pedagogia e letras, enquanto os do segundo ciclo e os do ensino médio são professores com formação em nível superior e licenciatura na área de atuação.

O programa partilha com as empresas as obrigações para sua execução. No ensino fundamental, o Sesi participa fornecendo o professor, a metodologia, a gestão pedagógica e a certificação; à empresa compete providenciar o espaço adequado, material didático e lanche para os alunos. No ensino médio, a empresa arca com todos os custos. Em 2004, foram gastos, no Estado da Bahia, R\$ 1,5 milhão com o programa.

O Sesi vê o Pset como uma ação estratégica, porque beneficia não só o trabalhador, que se vê apoiado e estimulado a melhorar sua formação, mas também as empresas, que passam a contar com uma força de trabalho mais qualificada, e a sociedade de modo geral, que tem sua dívida social amenizada.

CONTATO

Solange Novis Ribeiro

Gerente do Núcleo de Educação do Trabalhador na Indústria

Tel.: (71) 3343-1404

E-mail: solangen@fieb.org.br

Site: www.fieb.org.br

Universidade de Sorocaba (Uniso)

Programa abre espaço para trabalhar as diferenças

Para ajudar a diminuir a situação de exclusão socioeconômica em que vive uma parcela significativa da população de Sorocaba e região, a Universidade de Sorocaba (Uniso) criou, em 1998, o Programa Sorocaba e Região 100 Analfabetos. A iniciativa, promovida pela Pró-Reitoria Comunitária da Uniso, atende jovens e adultos de nove municípios interessados em concluir o ensino fundamental e o médio. Até 2004 o programa já havia formado 2.327 alunos.

Atuando nos municípios de Alumínio, Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Itu, Jumirim, Laranjal Paulista, São Roque, Sorocaba, Tietê e Votorantim, o programa procura valorizar a história de vida de cada aluno por meio de uma prática pedagógica própria que prioriza a troca de experiências, o respeito aos diferentes níveis de aprendizagem e o incentivo à expressão de opiniões e desejos dos alunos. O conteúdo é trabalhado de forma a privilegiar a investigação, a exposição e a mediatização do saber, envolvendo o ponto de vista do educador e do educando.

O processo de implantação do programa passa pelo levantamento, na comunidade, do número de pessoas que nunca freqüentaram a escola ou que tenham interrompido os estudos durante o ensino fundamental, e pela busca junto à prefeitura de espaço físico para a realização das aulas. Depois são contatadas pessoas dispostas a colaborar voluntariamente, seja ministrando aulas, seja auxiliando na parte administrativa. Em geral, os 117 professores voluntários são alunos dos cursos de graduação da Uniso, principalmente de pedagogia e letras. À Uniso cabe preparar o professor e acompanhar o processo pedagógico.

Entre os parceiros da Uniso estão também o Rotary Club Sorocaba Manchester, que financia a compra de material de apoio, e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que fornece material didático-pedagógico por meio do Programa de Alfabetização e Inclusão (PAI). A Uniso investe anualmente cerca de R\$ 114 mil no programa.

CONTATO

Beatriz Elaine Picini Magagna
Coordenadora do Programa Sorocaba
e Região 100 Analfabetos
Tel.: (15) 2101-4051
E-mail: beatriz.magagna@uniso.br
Site: www.uniso.br



Realização

INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL
BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

Parceria

AÇÃO DO IBOPE PELA EDUCAÇÃO **instituto**
paulo montenegro

Patrocínio institucional



Patrocínio



Apoio institucional



Impresso em Reciclato — capa 240 g/m², miolo 90 g/m² —
da Suzano Papel e Celulose, o offset brasileiro 100% reciclado.